





**RELATÓRIO E CONTAS
REPORT AND ACCOUNTS
2013**

APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL
A 28 DE MARÇO DE 2014
APPROVED AT THE GENERAL MEETING HELD
ON 28 MARCH 2014



BANCA & SEGUROS

Exame

Melhor Seguradora Vida 2013
na categoria de média e pequena dimensão.
Best Life Insurer 2013
in the category of small and medium sized companies.

ÍNDICE	Relatório do Conselho de Administração	3
CONTENTS	<i>Board of Directors' Report</i>	4
	Relatório do Governo Societário	13
	<i>Corporate Governance Report</i>	14
	Demonstrações Financeiras em 2013	21
	<i>Financial Statements for 2013</i>	21
	Demonstração de Ganhos e Perdas	22
	<i>Income Statement</i>	22
	Demonstração da Posição Financeira	24
	<i>Statement of Net Worth</i>	24
	Demonstração de Alterações do Capital Próprio	26
	<i>Statement of Changes in Equity</i>	26
	Demonstração do Rendimento Integral	28
	<i>Statement of Comprehensive Income</i>	28
	Demonstração de Fluxos de Caixa	29
	<i>Statement of Cash Flows</i>	29
	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	31
	<i>Notes to the Financial Statements</i>	32
	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	120
	<i>Inventory of Investments and Financial Instruments</i>	120
	Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	126
	<i>Provision for Claims, for Claims filed in previous financial years and their readjustments (corrections)</i>	126
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	129
	<i>Report and Opinion of the Supervisory Board</i>	130
	Certificação Legal de Contas	131
	<i>Legal Ratification of Accounts</i>	132

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia o Relatório e Contas da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao vigésimo sétimo exercício de actividade, findo em 31 de Dezembro de 2013.

1. Introdução

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., constituída em 1987, dedica-se, exclusivamente, à exploração do Ramo Vida e gestão de Fundos de Pensões e, tem como objectivo responder à protecção das pessoas individualmente, das famílias e das empresas no âmbito da previdência, poupança e reforma.

Prosseguindo desde a sua fundação uma estratégia de desenvolvimento consolidado, alicerçada em rigorosos critérios de selecção de riscos e numa prudente gestão dos activos financeiros, a Empresa registou consecutivamente pelo 23.º ano excelentes resultados.

O exercício de 2013 fica assinalado por um expressivo resultado líquido de 5.8 milhões de euros, resultado particularmente importante por ser obtido numa conjuntura económica e financeira extremamente adversa, como é do conhecimento geral.

A solidez da Empresa e consequentemente a garantia das responsabilidades assumidas, fica expressa no grau de solvência superior a 300% que o balanço bem evidencia.

Com um volume de prémios superior a 117 milhões de euros, o exercício fica marcado por um crescimento superior a 51%, muito acima da média do mercado. Este crescimento é demonstrativo da qualidade dos produtos que a Lusitania Vida disponibiliza e da preferência consistente que os clientes lhe têm dado.

O ratio de crescimento é tanto mais importante quanto se baseia na colocação dos produtos comercializados pela rede de mediação.

O desempenho da Lusitania Vida foi publicamente reconhecido com a distinção que lhe foi concedida pela Revista Exame de melhor seguradora Vida no segmento de pequenas e médias empresas.

Em Maio de 2013 o Sr. Dr. António Tomás Correia, Presidente do Grupo Montepio, cessou funções como Presidente da Lusitania Vida, tendo o Montepio designado para o substituir o Sr. Dr. Álvaro Dâmaso.

Nesta circunstância, cumpre-nos expressar ao Sr. Dr. Tomás Correia o nosso agradecimento pela sua importante e decisiva contribuição para o desenvolvimento do negócio Bancasseguros que, indiscutivelmente, projectou a Lusitania Vida para a posição que hoje detém no âmbito das seguradoras do Ramo Vida em Portugal.

Em Dezembro de 2013 o Montepio Geral Associação Mutualista constituiu a Montepio Seguros, SGPS, S.A., empresa para a qual foram alienadas todas as participações da área seguradora detidas por Empresas do Grupo. Assim, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., passou, a partir dessa data, a ser detida em 99,79% pela Montepio Seguros, SGPS, S.A.

2. Enquadramento Macroeconómico

De acordo com o relatório do Banco Mundial a economia internacional mostrou sinais de recuperação, decorridos que estão 5 anos sobre a crise financeira, devendo apresentar um crescimento de 2,4% em 2013.

Este ritmo de crescimento mostra-se longe do que é necessário para ultrapassar a crise ao nível do desemprego que as economias desenvolvidas enfrentam, designadamente, as europeias e a americana.

**BOARD
OF DIRECTORS'
REPORT**

Dear Shareholders,

Pursuant to legislation and the company's statutes, we hereby submit for the appraisal of the General Meeting the annual Report and Accounts of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., for its twenty seventh business year, ending at 31 December 2013.

1. Introduction

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., was incorporated in 1987 and its business is conducted exclusively in Life Insurance and Pensions Fund management, its objective being to provide protection for individuals, families and companies by offering welfare, savings and retirement cover.

From its very foundation the company has pursued a strategy of consolidated development, underpinned by strict risk selection criteria and cautious financial asset management, and throughout 23 consecutive years the Company has had excellent results.

The 2013 financial year produced a significant net profit of 5.8 million euros, particularly relevant in view of the extremely adverse economic and financial situation, of which we are all aware.

The Company's solid position and consequently the guarantee of liabilities assumed, is expressed in a solvency level of over 300%, as shown on the balance sheet.

The premiums turnover exceeded 117 million euros and the financial year saw growth of over 51%, far above the market average. This growth is a sign of the quality of the products that Lusitania Life offers and the constant preference shown by our clients in selecting them.

The growth ratio is even higher when based on products marketed through the brokerage network.

The performance of Lusitania Vida was recognised publicly by the trade magazine Exame when it awarded the Company the distinction of best Life Insurer in the small and medium sized companies segment.

In May 2013 Dr. António Tomás Correia, Chairman of the Grupo Montepio, resigned as Chairman of Lusitania Vida, Montepio appointing of Dr. Álvaro Dâmaso to replace him.

On this occasion we would like to express our gratitude to Dr. Tomás Correia for his important and decisive contribution to developing the Banking-Insurance business that, without any doubt, thrust Lusitania Vida into the position the company holds today among Life Insurers in Portugal.

In December 2013 Montepio Geral Associação Mutualista incorporated Montepio Seguros SGPS, S.A., the company to which all holdings in the insurance business held by the Group Companies were sold. From this date Montepio Seguros SGPS, S.A. became the holder of 99.79% of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

2. Macroeconomic Background

According to the World Bank report the international economy showed signs of recovery after five years of financial crisis, taking growth in 2013 to 2.4%.

This rate of growth is far from what is required to overcome the unemployment crisis

Apesar dos esforços da Zona Euro para ultrapassar as dificuldades, as medidas de austeridade orçamental nalguns países não conseguem relançar o crescimento económico e criar emprego. Apenas obtém resultados no acalmar dos mercados financeiros, como em Portugal onde a economia reduziu 1,5% e a taxa de desemprego registada no final do ano foi de 15,3%, apesar das condições de acesso aos mercados terem melhorado.

3. Mercado Segurador

A produção do seguro directo em Portugal atingiu, no final de 2013, os 13.1 mil milhões de euros, o que representou um crescimento de 20,2% face ao obtido no ano anterior.

As medidas restritivas de combate à crise económica despertaram a população para hábitos de poupança há muito esquecidos e que se traduziram num crescimento de 33,6% da produção do Ramo Vida que atingiu os 9.2 mil milhões de euros.

Não se tendo verificado em 2013 crescimento económico, continuamos a assistir à descida moderada da produção dos Ramos não Vida de 3,1% que, no final do ano, registou 3.8 mil milhões de euros.

Assim, no final de 2013 a produção do sector segurador encontrava-se distribuída em 70% pelo Ramo Vida e 30% pelos Ramos não Vida.

4. A Lusitania Vida em 2013

Os indicadores económicos e financeiros que a seguir se apresentam traduzem a actividade da Companhia durante o ano de 2013 e reflectem, na maior parte deles, uma melhoria significativa face ao exercício de 2012.

	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO
(Milhares de Euro)			
RECEITA	117.368	77.599	51,24%
BALANÇO			
Activo Líquido	539.693	497.552	8,47%
Investimento	518.693	481.066	7,82%
Capital Próprio	53.860	52.462	2,66%
Provisões Técnicas	186.003	172.376	7,91%
Passivos Financeiros de Contratos de Investimento	275.237	244.758	12,45%
Passivos Subordinados	10.000	10.000	0,0%
CONTA DE GANHOS E PERDAS			
Rendimentos	20.032	20.269	- 1,17%
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	22.548	34.470	- 34,59%
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	5.670	4.493	26,19%
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros	- 6.508	- 3.413	90,68%
Perdas por Imparidades	849	724	17,27%
Resultado Líquido	5.772	5.158	11,90%
RENDIBILIDADE			
Resultado Líquido/Capital Próprio	10,72%	9,83%	0,89p.p.
Resultado Líquido/Activo Líquido	1,07%	1,04%	0,03p.p.
PRODUTIVIDADE			
N.º de Contratos/N.º de Trabalhadores	2.880	2.696	6,82%
Activo Líquido/N.º de Trabalhadores	19.988	18.428	8,47%
OUTROS DADOS			
N.º de Trabalhadores	27	27	0,00%

in the developed economies, particularly the European and American economies.

Despite the Euro Zone's efforts to overcome difficulties, the budgetary austerity measures applied in some countries are not reviving economic growth and creating jobs. They are only getting results as financial markets settle down, as in Portugal, where the economy decreased 1.5% and unemployment at the close of 2013 was 15.3%, despite access conditions to markets having improved.

3. Insurance Market

Production turnover in direct insurance in Portugal at the close of 2013 stood at 13.1 thousand million euros, a growth of 20.2% compared to 2012.

Restrictive measures put in place to combat the economic crisis have encouraged people to return to the long-forgotten habit of saving, and this was reflected in a production rise of 33.6% in the Life Sector, which rose to 9.2 thousand million euros.

With no economic growth in 2013, we continue to witness a moderate fall in production in the Non-Life Sectors of 3.1%, to the sum of 3.8 thousand million euros at the close of the year.

At the end of 2013, the Life Sector accounted for 70% and the Non-Life Sectors for 30% of production in the insurance industry.

4. Lusitania Vida in 2012

The economic and financial indicators shown below reflect the Company's business in 2013 and most of them show a significant improvement compared to 2012.

(Thousands of Euro)

	31/12/2013	31/12/2012	DIFFERENCE
REVENUE	117,368	77,599	51.24%
BALANCE			
Net Assets	539,693	497,552	8.47%
Investment	518,693	481,066	7.82%
Equity	53,860	52,462	2.66%
Technical Provisions	186,003	172,376	7.91%
Financial Liabilities on Investment Contracts	275,237	244,758	12.45%
Subordinated Liabilities	10,000	10,000	0.0%
PROFIT AND LOSS ACCOUNT			
Income	20,032	20,269	- 1.17%
Claims Costs Net of Reinsurance	22,548	34,470	- 34.59%
Net Running Costs and Losses	5,670	4,493	26.19%
Net Gains from Financial Assets & Liabilities	- 6,508	- 3,413	90.68%
Losses due to Impairment	849	724	17.27%
Net Result	5,772	5,158	11.90%
PROFITABILITY			
Net Profit/Equity	10.72%	9.83%	0.89p.p.
Net Profit/Net Assets	1.07%	1.04%	0.03p.p.
PRODUCTIVITY			
N.º Insurance Policies/N.º of Workers	2,880	2,696	6.82%
Net Assets/N.º of Workers	19,988	18,428	8.47%
OTHER DATA			
N.º of Workers	27	27	0.00%

5. Produção

Em consequência do aumento da poupança das famílias, a produção de seguro directo da Lusitania Vida aumentou 51% em relação à obtida no ano anterior, tendo atingido 117.4 milhões de euros.

Durante o ano de 2013 foram criados vários produtos de capitalização e reforma para o canal de mediação que tiveram uma aceitação muito positiva, tendo a produção deste canal e os seguros directos registado um aumento de 98%, em relação a igual período do ano anterior, totalizando 68.6 milhões de euros, o que representa uma quota de 58,4% da receita.

A produção do canal bancário no total de 48.8 milhares de euros, teve um crescimento mais moderado de 13,4% mantendo-se estável nos produtos de risco ligados ao crédito que, neste canal, têm um peso muito significativo.

6. Exploração Técnica

Em 2013, verificou-se novamente o aumento do volume de negócios, traduzido pela variação positiva das provisões matemáticas de 11,3%, que atingiu os 428.3 milhões de euros.

A nível de indemnizações, foram pagas, durante o exercício em análise, 77.652 milhares de euros, menos 28,8% que no exercício anterior, correspondendo 55% a vencimentos de contratos, 10% a falecimentos e os restantes distribuídos por outras causas. Destas indemnizações 66% respeitam ao canal bancário.

Os gastos de aquisição totalizaram 5.826 milhares de euros, tendo aumentado 15% em relação ao ano anterior em virtude do forte aumento da produção nova realizada.

Em consequência dos bons resultados técnicos, o resultado do resseguro cedido foi de 1.298 milhares de euros, favorável aos resseguradores.

7. Exploração Financeira

Embora a taxa de referência do BCE se mantenha em níveis extremamente baixos (0,25% no final do ano), a Lusitania Vida, face à sua política de investimentos, conseguiu ainda um nível elevado da taxa de rendimento das aplicações financeiras representativas das suas provisões técnicas da ordem de 4,6% o que lhe permitiu acrescentar valor às poupanças dos seus clientes.

O investimento novo realizado no ano foi da ordem de 40 milhões de euros.

No final do ano, a Lusitania Vida alienou a participação que detinha na Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., à Montepio Seguros, SGPS, S.A., por contrapartida de acções desta Sociedade.

Os gastos por natureza tiveram um aumento de 5,2% situando-se nos 3.691 milhares de euros sendo que 1.932 milhares de euros respeitam aos custos com pessoal. Nesta rubrica encontram-se ainda incluídas a verba de 145.000 euros para participação nos resultados a distribuir aos trabalhadores e a verba de 31.382 euros para prémios anuais dos Planos Individuais de Reforma previstos no CCT da actividade seguradora.

8. Recursos Humanos

Durante o ano de 2013 o quadro de pessoal da Lusitania Vida manteve-se estável nos 27 trabalhadores.

5. Production

As a result of the increase in family saving, the direct insurance production of Lusitania Vida grew 51% compared to the figure for 2012, to total 117.4 million euros.

Several capitalization and retirement products were created in 2013 for the brokerage channel and were well received. Production in this channel and direct insurance showed an increase of 98% compared to the same period in 2012, totalling 68.6 million euros, accounting for 58.4% of revenue.

There was a moderate growth of 13.4% in production via the banking channel, totalling 48.8 thousand euros, results remaining stable in risk products linked to credit, which in this channel account for a highly significant share.

6. Technical Operations

Business turnover increased again in 2013, reflected in a positive difference of 11.3% in mathematical provisions, which amounted to 428.3 million euros.

Compensation paid in 2013 amounted to 77.652 thousand euros, down 28.8% against 2012, 55% due to contract maturity, 10% to deaths and the remainder to other causes. 66% of this amount of compensation refers to the banking channel.

Purchase charges totalled 5.826 thousand euros, an increase of 15% against 2012 due to the significant increase in new production.

As a result of good technical results, the outward reinsurance result was 1.298 thousand euros, to the benefit of reinsurers.

7. Financial Operations

Although the BCE reference rate remained at extremely low levels (0.25% at year end), Lusitania Vida, in view of its investment policy, still achieved a high rate of return from financial applications representing its technical provisions of around 4.6% which allowed it to add value to the savings of its customers.

New investment made in the year was around 40 million euros.

At year end, Lusitania Vida sold its holding in Lusitania, Companhia de Seguros, SA, to Montepio Seguros, SGPS, S.A., for shares in this same company.

Costs per type rose 5.2% to around 3.691 thousand euros, of which the sum of 1.932 thousand euros refers to personnel costs. Under this heading there is also the sum of 145,000 euros for employee profit sharing and 31,382 euros for annual premiums for the Individual Retirement Plans provided in the Collective Labour Agreement for the insurance business.

8. Human Resources

Staff numbers remained stable at 27 in 2013.

A significant number of staff members attended training courses and seminars to improve their knowledge and raise the quality of services provided. More than 200 training hours were dedicated to a range of areas, such as: ORSA, Solvency II, Insurance Accounting and Financial Instruments, Life Risk Analysis and programming languages.

9. Risk Management and Internal Control

Lusitania Vida continued to participate in the preparatory phase of Solvency II,

Um número significativo dos seus trabalhadores participou em acções de formação e seminários, destinados a aperfeiçoar conhecimentos e a melhorar a qualidade da prestação de serviços, com mais de 200 horas de formação sobre áreas tão variadas como: ORSA, Solvência II, Contabilidade de Seguros e Instrumentos Financeiros, Análise de Risco de Vida e linguagens de programação.

9. Gestão de Riscos e Controlo Interno

A Lusitania Vida continuou a participar na fase preparatória para o Solvência II, procedendo à avaliação dos principais riscos a que se encontra sujeita duas vezes por ano, ao cálculo do *embedded value* e à análise do ALM dos seus activos e passivos a fim de aferir a eficiência das políticas praticadas e a sua alteração, se caso disso.

A nível de controlo interno e com base nos relatórios regulares de auditoria interna, procedeu-se à alteração de alguns procedimentos de forma a melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os riscos operacionais.

10. Fundos de Pensões

A Lusitania Vida geria, no final de 2013, cinco fundos de pensões fechados com um total de activos de 21.510 milhares de euros. A queda de 9,7% no valor dos activos é justificada pelo elevado nível de capitais saídos no ano.

As contribuições do ano, no valor de 324 milhares de euros apresentaram um decréscimo de 3% em relação ao exercício anterior, enquanto foram pagas pensões e transferidas responsabilidades no valor total de 3.167 milhares de euros.

11. Solvência

A margem de solvência apurada no final do exercício de 2013 foi de 19.952 milhares de euros. As garantias financeiras representam uma taxa de cobertura de 301,7% da referida margem o que comprova o elevado nível de solidez financeira da Companhia para garantir as responsabilidades assumidas perante os seus segurados e beneficiários.

12. Resultados do Exercício

O resultado bruto apurado no final do exercício de 2013 foi de 7.360.235,97 euros que, deduzido do imposto sobre o rendimento, no valor estimado de 1.588.522,58 euros, conduziu ao resultado líquido de 5.771.713,39 euros para o qual se propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal (10% do resultado do exercício)	577.171,34 Euros
Dividendos	4.000.000,00 Euros
Reserva Livre	1.194.542,05 Euros
Total	5.771.713,39 Euros

13. Objectivos para 2014

Apesar da incerteza económica, a nossa actividade oferece um forte potencial de crescimento estimado pelas tendências demográficas favoráveis e pela procura dos clientes. Pois, o envelhecimento da população e a volatilidade persistente nos mercados fazem ressurgir a importância da segurança e da protecção das poupanças e reformas que podem ser garantidas pelos Seguros de Vida.

Acreditamos pois, que em 2014 o Ramo Vida continue a crescer, pelo que iremos trabalhar com o mesmo empenho e dedicação para satisfazer as necessidades da

performing its six-monthly assessment of the main risks to which the Company is exposed, calculating embedded value and analysing the ALM of its assets and liabilities in order to determine the efficiency of its policies and any change made to them, should this be the case.

Based on the regular reports of the internal auditor, some procedures were altered in internal control to improve the quality of services and reduce operational risks.

10. Pension Funds

At the close of 2013, Lusitania Vida was managing five closed pension funds with a total asset value of 22.510 thousand euros. The fall of 9.7% in asset value is due to the high amount of capital output in the year.

Contributions made in the year to these funds totalled 324 thousand euros, a decrease of 3% against 2012, while pensions were paid and liabilities transferred for the total sum of 3.167 thousand euros.

11. Solvency

At the close of the 2013 financial year, the solvency margin amounted to 19.952 thousand euros. Financial guarantees provide a coverage rate of 301.7% of the margin, proof that the Company has the solid financial stability required to meet its liabilities to its policyholders and beneficiaries.

12. Profit for the year

Gross year-end results for the 2013 financial year amounted to 7,360,235.97 euros, which, net of income tax, amounts to the estimated sum of 1,588,522.58 euros, leading to a net profit of 5,771,713.39 euros for which the following distribution is proposed:

Legal Reserve (10% of profit for the year)	577,171.34 Euros
Dividends	4.000.000,00 Euros
Free Reserve	1,194,542.05 Euros
Total	5,771,713.39 Euros

13. 2014 Goals

Despite economic uncertainty, our business has considerable growth potential taking into account favourable demographic trends and client demand. An ageing population and the persistent volatility of markets revive the importance of insurance and savings protection and retirement pensions that can be guaranteed through Life Insurance.

We believe that in 2014 the Life Sector will continue to grow and we will work with the same diligence and dedication to meet the needs of people to create the best solutions for life protection and short and medium term retirement savings plans.

14. Conclusions

The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have added their enthusiasm in helping to achieve these results, particularly our clients, brokers and all those collaborating in some way with us, and who continue to honour us with their preference.

We would like to thank the Instituto de Seguros de Portugal and the Associação Portuguesa de Seguradores for their excellent institutional collaboration.

população criando as melhores soluções de protecção de vida e aplicação de poupanças no curto e médio prazo para a reforma.

14. Conclusões

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que apoiaram com entusiasmo todas as iniciativas e tornaram possíveis os resultados alcançados; clientes, mediadores e demais colaboradores que nos honram com a sua preferência.

Saudamos e agradecemos ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores a boa colaboração institucional.

Agradecemos às Administrações e Trabalhadores de todas as empresas do Grupo Montepio a colaboração e apoio recebidos.

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas agradecemos a forma atenta como acompanharam os trabalhos desta Administração.

Aos Trabalhadores da Lusitania Vida agradecemos o empenho e dedicação com que contribuíram para o resultado da Companhia.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Álvaro Cordeiro Dâmaso
PRESIDENTE

Fernando Dias Nogueira
ADMINISTRADOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
ADMINISTRADORA DELEGADA

We would also like to thank the administration and employees of all the companies in the Montepio Group for their collaboration and support.

Our gratitude also goes to the Supervisory Board and the Registered Statutory Auditor for their attentive support to this Administration.

Lastly, we thank the employees of Lusitania Vida for their hard work and dedication that have contributed to the Company's achievements.

Lisbon, 26 February 2014

THE BOARD OF DIRECTORS

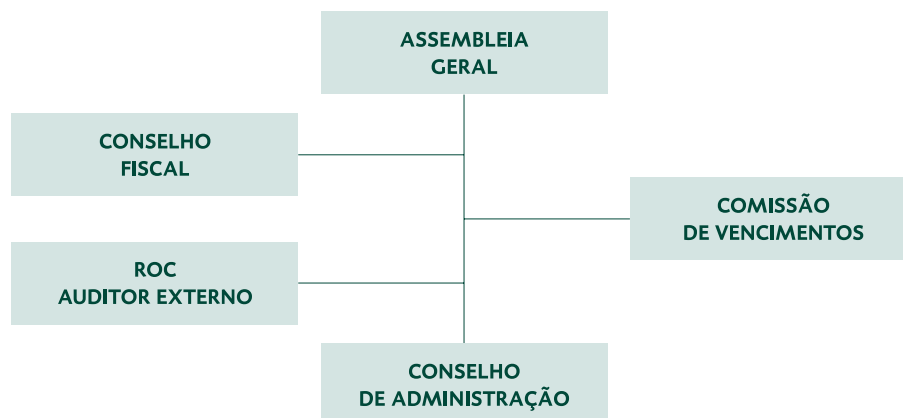
Álvaro Cordeiro Dâmaso
CHAIRMAN

Fernando Dias Nogueira
DIRECTOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
MANAGING DIRECTOR

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários a gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Actualmente o Conselho de Administração eleito para o quadriénio 2012/2015 é composto por três administradores, sendo um deles Presidente e outro administrador delegado.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização dos actos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos, sendo dois independentes e por um suplente e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma comissão composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos accionistas, podendo ser reelegíveis.

2. Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: *Vítor José Melicias Lopes*

Vice-Presidente: *Eduardo Augusto Henriques Martins*

Secretário: *António Pedro de Sá Alves Sameiro*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Álvaro Cordeiro Dâmaso*

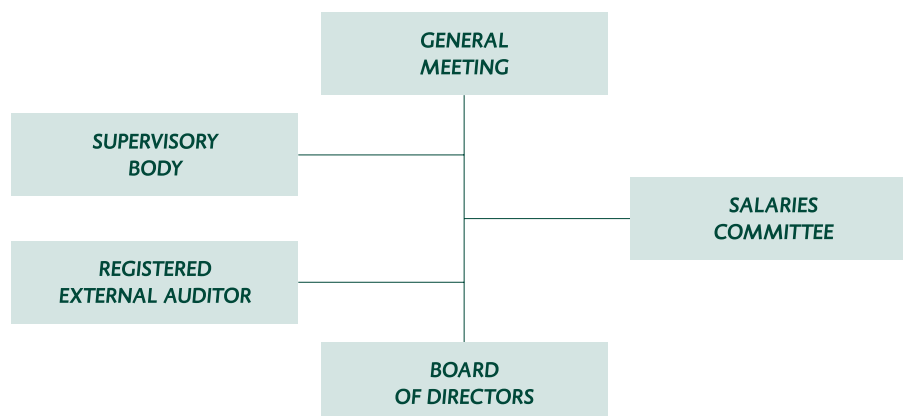
Administrador: *Fernando Dias Nogueira*

Administradora-Delegada: *Maria Manuela Traquina Rodrigues*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Manuel da Costa Braz*

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

CORPORATE
GOVERNANCE
REPORT**1. Structure of Governance**

Pursuant to the terms of the statutes, corporate management is provided by a Board of Directors composed of three to seven members elected every four years, and who may stand for re-election.

Currently the Board of Directors elected for the four-year period 2012/2015 is composed of three directors, one of them the Chairman and another the managing director.

It is the responsibility of the Board of Directors to manage the company's business, applying all its authority to achieve this.

The work of administration is monitored by the Supervisory Body composed of three full-time members, two independent, and one deputy, and by a registered statutory auditor elected once every four years, and who may stand for re-election.

A committee composed of three members elected every four years by the shareholders determines the salaries paid to the members of the Board of Directors and to the Supervisory Board, and this committee may stand for re-election.

2. Identification and Composition of Corporate Governance

CHAIR OF THE GENERAL MEETING

Chairman: Vítor José Melícias Lopes

Vice-Chairman: Eduardo Augusto Henriques Martins

Secretary: António Pedro de Sá Alves Sameiro

BOARD OF DIRECTORS

Chairman: Álvaro Cordeiro Dâmaso

Director: Fernando Dias Nogueira

Managing Director: Maria Manuela Traquina Rodrigues

SUPERVISORY BODY

Chairman: Manuel da Costa Braz

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Vogal: *António Francisco Espinho Romão*

Suplente: *Armando Marques Matias*

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
representada por: *Ana Cristina Soares Valente Dourado*

3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e Actividade exercida nos últimos anos

ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO, Presidente

Qualificação profissional: Licenciado em Direito.

Actividade nos últimos anos:

- Membro do Conselho de Administração do Montepio Geral (de 2010 a 2013);
- Membro do Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista a partir de 2013;
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Económica Montepio Geral a partir de 2013;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. a partir de Maio de 2013;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. a partir de Maio de 2013.

FERNANDO DIAS NOGUEIRA, Administrador

Qualificação profissional: Licenciado em Ciências da Comunicação.

Actividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal (de 2006 a 2012);
- Membro do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., desde Outubro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração do Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde Janeiro de 2013;
- Membro do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde Março de 2013.

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, Administradora Delegada

Qualificação profissional: Licenciada em Matemáticas Aplicadas.

Actividade nos últimos anos:

- Administradora-Delegada da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde 15 de Maio de 1987;
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.;
- Membro do Conselho de Administração da Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A. desde Janeiro de 2013.

Member: António Francisco Espinho Romão

Deputy: Armindo Marques Matias

REGISTERED STATUTORY AUDITORS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Represented by: Ana Cristina Soares Valente Dourado

3. Professional qualification of members of the Board of Directors and Practice in recent years

ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO, Chairman

Professional qualification: Graduate in Law.

Practice in recent years:

- *Member of the Board of Directors of Montepio Geral (2010 to 2013);*
- *Member of the Board of Directors of Montepio Geral Associação Mutualista from 2013;*
- *Member of the General and Supervisory Board of Caixa Económica Montepio Geral from 2013;*
- *Chairman of the Board of Directors of Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. from May 2013;*
- *Chairman of the Board of Directors of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. from May 2013.*

FERNANDO DIAS NOGUEIRA, Director

Professional qualification: Graduate in the Communication Sciences.

Practice in recent years:

- *Chairman of the Steering Council of the Instituto de Seguros de Portugal (from 2006 to 2012).*
- *Member of the Board of Directors of Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., since October 2012;*
- *Chairman of the Board of Directors of Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A., since January 2013;*
- *Member of the Board of Directors of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since March 2013.*

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, Managing Director

Professional qualification: Graduate in Applied Mathematics.

Practice in recent years:

- *Managing Director of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since 15 May 1987;*
- *Member of the Board of Directors of Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.;*
- *Member of the Board of Directors of Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A., since January 2013.*

4. Política de Remuneração

Nos termos estatutários, as remunerações dos órgãos sociais são fixados, anualmente, por uma Comissão de Vencimentos, eleitos pela Assembleia Geral da empresa.

A Comissão de Vencimentos reúne em sessão plenária, para discussão e fixação dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Comissão tem norteadado a fixação dos vencimentos dentro dos critérios e política do Grupo Montepio.

Assim, em conformidade com o que tem vindo a ser prática do Grupo, os administradores não executivos não auferem qualquer vencimento ou remuneração.

O vencimento mensal dos administradores executivos é fixado no início do mandato e anualmente actualizado à taxa média de actualização da tabela salarial para a actividade seguradora.

Não constitui política do Grupo Montepio fixar gratificações de desempenho indexadas aos resultados anuais da empresa. Aos administradores executivos é atribuída uma gratificação anual fixada no montante de quatro vencimentos mensais.

No que respeita ao Conselho Fiscal as remunerações são fixadas em montante anual no início de cada mandato e anualmente actualizadas à taxa de actualização da tabela salarial para a actividade seguradora.

Esta política de remunerações foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 25 de Março de 2013.

5. Pensões de Reforma

Em Assembleia Geral realizada em 2006, foi deliberado que os membros do Conselho de Administração que possuíam contrato de trabalho como directores da Companhia antes da sua eleição para administradores teriam, nos termos do aludido contrato, direito a uma pensão complementar de reforma à atribuída pela Segurança Social para 80% da última remuneração base.

A pensão de reforma encontra-se financiada pelo Fundo de Pensões existente e será paga através da aquisição de um Seguro Individual de Renda Vitalícia Imediata, conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 27 de Março de 2012.

6. Composição da Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2012/2015 é composta por:

Presidente: *Manuel Jacinto Nunes*

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

Vogal: *Vitor José Melícias Lopes*

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração nem tem qualquer vínculo familiar a algum dos seus membros.

7. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do Art. 2.º da Lei n.º 28/2009)

7.1 Agregado	2013	2012
Conselho de Administração	278.310,00 Euros	278.120,00 Euros
Conselho Fiscal	11.500,00 Euros	11.500,00 Euros

4. Salaries Policy

Pursuant to the terms of the statutes, the Salaries Committee, elected by the company's General Meeting, determines annually the remuneration to be paid to the members of the governing bodies.

The Salaries Committee meets in plenary to discuss and determine the salaries paid to the members of the Board of Directors and the Supervisory Body.

The Committee determines salaries according to the criteria and policies of the Montepio Group.

Therefore, in accordance with what has been the practice of the Group, non-executive directors receive no salary and no form of remuneration.

The monthly salary of executive directors is determined at the start of the mandate and revised annually at the average revision rate of the salary scale for the insurance business.

It is not the policy of the Montepio Group to determine performance bonuses indexed to the company's annual profit. Executive directors receive an annual bonus based on the sum of four monthly salaries.

Salaries for the Supervisory Body are determined based on an annual sum at the start of each mandate and annually revised at the revision rate of the salary scale for the insurance business.

This salaries policy was approved at the General Meeting held on 25 March 2013.

5. Pension Reform

In the General Meeting held in 2006, the decision was taken that a member of the Board of Directors holding a labour contract as company manager prior to being elected to director, would have the right to a retirement pension to complement the Social Security pension up to 80% of the last basic salary, as laid down in the terms of the same contract.

Pension reform is funded by the existing Pensions Fund and will be paid through an Individual Immediate Life Annuity, as determined at the General Meeting held on 27 March 2012.

6. Composition of Salaries Committee

The Salaries Committee elected for the four year period 2012/2015 is composed of:

Chairman: Manuel Jacinto Nunes

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Member: Vítor José Melícias Lopes

None of the members of the Salaries Committee is a member of corporate governance and has no family tie with any of its members.

7. Salaries received by Members of the Boards of Directors and Auditors (in the terms of art. 2º of Law n.º 28/2009)

7.1 Grouped	2013	2012
Board of Directors	278,310.00 Euros	278,120.00 Euros
Supervisory Body	11,500.00 Euros	11,500.00 Euros

7.2 Individual	2013	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Álvaro Cordeiro Dâmaso	0,00 Euros	0,00 Euros
Fernando Dias Nogueira	0,00 Euros	0,00 Euros
Maria Manuela Rodrigues	278.310,00 Euros	278.120,00 Euros
CONSELHO FISCAL		
Manuel da Costa Braz	4.500,00 Euros	4.500,00 Euros
Norberto Pilar	3.500,00 Euros	3.500,00 Euros
António Francisco Romão	3.500,00 Euros	3.500,00 Euros

8. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

Auditoria/Revisão Legal de Contas	39.182,00 Euros	61.070,00 Euros
-----------------------------------	-----------------	-----------------

9. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania Vida (Art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração	Acções detidas em 31/12/2013	Acções detidas em 31/12/2012
Maria Manuela Traquina Rodrigues	50	50

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

7.2 Individual	2013	2012
BOARD OF DIRECTORS		
Álvaro Cordeiro Dâmaso	0.00 Euros	0.00 Euros
Fernando Dias Nogueira	0.00 Euros	0.00 Euros
Maria Manuela Rodrigues	278,310.00 Euros	278,120.00 Euros
SUPERVISORY BODY		
Manuel da Costa Braz	4,500.00 Euros	4,500.00 Euros
Norberto Pilar	3,500.00 Euros	3,500.00 Euros
António Francisco Romão	3,500.00 Euros	3,500.00 Euros

8. Salary of Auditor/Registered Statutory Auditor

Auditing/Registered Auditor	39,182.00 Euros	61,070.00 Euros
-----------------------------	-----------------	-----------------

9. Shares held by Members of the Boards of Directors and Auditors in the Capital of Lusitania Vida (Art. 447 of Commercial Company Code)

Members of the Board of Auditors	Shares held on 31/12/2013	Shares held on 31/12/2012
Maria Manuela Traquina Rodrigues	50	50

Lisbon, 27 February 2014

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2013:
FINANCIAL STATEMENTS FOR 2013:

- **Demonstração de Ganhos e Perdas**
- Income Statement

- **Demonstração da Posição Financeira**
- Statement of Net Worth

- **Demonstração de Alterações de Capital Próprio**
- Statement of Changes to Equity

- **Demonstração do Rendimento Integral**
- Statement of Comprehensive Income

- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- Statement of Cash Flows

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

*Explanatory Notes to the Financial Statements, and an
integral part of the same*

DEMONSTRAÇÃO DE GANHOS E PERDAS INCOME STATEMENT

(Euro)

	Nota	2013			2012
		Técnica vida	Não técnica	Total	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro / <i>Premiums earned net of reinsurance</i>	4-5	35.407.933		35.407.933	23.426.841
Prémios brutos emitidos / <i>Gross premiums written</i>		44.185.004		44.185.004	32.822.062
Prémios de resseguro cedido / <i>Ceded reinsurance premiums</i>		8.777.071		8.777.071	9.395.221
Provisão para prémios não adquiridos (variação) / <i>Provision for unearned premiums (variation)</i>					
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) / <i>Provision for unearned premiums, reinsurers share (variation)</i>					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços / <i>Commission on insurance contracts and operations considered for accounting purposes as investment contracts or service contracts</i>	4-6	1.518.682		1.518.682	1.267.079
Custos com sinistros, líquidos de resseguro / <i>Claims costs net of reinsurance</i>	4-7	22.547.930		22.547.930	34.470.047
Montantes pagos / <i>Amounts paid</i>		21.987.348		21.987.348	33.519.118
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		26.919.950		26.919.950	38.338.400
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		4.932.602		4.932.602	4.819.282
Provisão para sinistros (variação) / <i>Provision for claims (variation)</i>		560.582		560.582	950.929
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		702.710		702.710	1.481.617
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		142.128		142.128	530.688
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro / <i>Other technical provisions net of reinsurance</i>					
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro / <i>Mathematical provision for life sector net of reinsurance (variation)</i>	8-26	12.491.844		12.491.844	(7.250.031)
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		12.450.816		12.450.816	(7.278.182)
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		41.028		41.028	28.151
Participação nos resultados, líquida de resseguro / <i>Profit sharing, net of reinsurance</i>	8-26	1.608.356		1.608.356	1.531.153
Custos e gastos de exploração líquidos / <i>Net running costs and spending</i>	4-9	5.670.637		5.670.637	4.493.095
Custos de aquisição / <i>Acquisition costs</i>		6.300.545		6.300.545	5.506.029
Custos de aquisição diferidos (variação) / <i>Deferred acquisition costs (variation)</i>		5.076		5.076	10.566
Gastos administrativos / <i>Administrative spending</i>		1.763.663		1.763.663	1.638.670
Comissões e participação nos resultados de resseguro / <i>Commission and profit share in reinsurance</i>		2.398.647		2.398.647	2.662.170
Rendimentos / <i>Income</i>	4-10	17.608.340	2.424.100	20.032.440	20.269.005
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>		17.567.280	1.796.754	19.364.034	19.559.428
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		41.060	627.346	668.406	709.577
Gastos financeiros / <i>Financial costs</i>	11	597.237	293.588	890.825	912.112
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		597.237	293.588	890.825	912.112

(Euro)

	Nota	2013			2012
		Técnica vida	Não técnica	Total	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total	Total
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>	12	(6.062.994)	235.652	(5.827.342)	(3.007.930)
De activos disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		2.486.297	235.652	2.271.949	648.368
De empréstimos e contas a receber / <i>From loans and outstanding accounts</i>		(2.312)		(2.312)	
De investimentos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>		(8.546.979)		(8.546.979)	(2.592.997)
De passivos financeiros valorizados custo amortizado / <i>From financial liabilities valued at depreciated cost</i>					(1.063.301)
De outros / <i>From other</i>					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities valued at fair value through profit and loss</i>	13	209.861		209.861	506.820
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação / <i>Net gains on financial assets and liabilities held for trading</i>					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Net gains from financial assets and liabilities classified in initial recognition at fair value through profit and loss</i>		209.861		209.861	506.820
Diferenças de câmbio / <i>Exchange differences</i>					
Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas / <i>Net gains from the sale of non-financial assets that are not classified as non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>					
Perdas de imparidade (líquidas reversão) / <i>Impairment losses (net of entitlement)</i>	14	849.094		849.094	723.719
De activos financeiros disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		849.094		849.094	723.719
De empréstimos concedidos e contas a receber valorizados a custo amortizado / <i>From loans and outstanding accounts valued at depreciated cost</i>					
De investimentos detidos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>					
De outros / <i>From other</i>					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro / <i>Other income/technical costs, net of reinsurance</i>	15	57.221		57.221	56.401
Outras provisões (variação) / <i>Other provisions (variation)</i>					
Outros rendimentos/gastos / <i>Other income/costs</i>	15		20.127	20.127	(34.877)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas / <i>Negative goodwill recognised immediately in profit and loss</i>					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial / <i>Profit and loss of associates and joint undertakings entered using the equity method</i>					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda / <i>Profit and loss from non-current assets (or groups for sell-off) classified as held for sale</i>					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS / <i>NET PROFIT BEFORE TAX</i>		4.973.945	2.386.291	7.360.236	7.603.244
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes / <i>Tax on income for the financial year - current tax</i>	28			1.556.380	2.670.489
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos / <i>Tax on income for the financial year - deferred tax</i>				32.143	(225.145)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / <i>NET PROFIT FOR THE YEAR</i>				5.771.713	5.157.899

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
STATEMENT OF NET WORTH

(Euro)

ACTIVO	Nota	2013			2012
		Valor bruto	Imparid.*	Val. líquido	Val. líquido
ASSETS	Note	2013			2012
		Gross value	Impairment*	Net value	Net value
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem / <i>Cash and its equivalents and demand deposits</i>	18	7.784.182		7.784.182	3.681.320
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos / <i>Investments in affiliates, associates and joint undertakings</i>	19	3.393.801		3.393.801	3.393.801
Activos financeiros detidos para negociação / <i>Financial assets held for trading</i>					
Activos financeiros classif. no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss</i>	20	2.638.961		2.638.961	2.682.462
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>					
Activos financeiros disponíveis para venda / <i>Financial assets available for sale</i>	21	379.004.303		379.004.303	351.607.519
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans and outstanding accounts</i>	22	28.235.761		28.235.761	16.506.516
Depósitos junto de empresas cedentes / <i>Deposits with reinsurers</i>					
Outros depósitos / <i>Other deposits</i>		28.235.761		28.235.761	16.506.516
Empréstimos concedidos / <i>Loans granted</i>					
Contas a receber / <i>Outstanding accounts</i>					
Outros / <i>Other</i>					
Investimentos detidos até à maturidade / <i>Investments to be held to maturity</i>	23	96.249.186		96.249.186	97.670.634
Terrenos e edifícios / <i>Land and buildings</i>	24	9.650.066	479.502	9.170.564	9.204.983
Terrenos e edifícios de uso próprio / <i>Land and buildings for own use</i>		3.327.794	479.502	2.848.292	2.908.909
Terrenos e edifícios de rendimento / <i>Land and buildings for income</i>		6.322.272		6.322.272	6.296.074
Outros activos tangíveis / <i>Other tangible assets</i>	25	1.729.070	1.656.973	72.097	100.421
Inventários / <i>Inventories</i>					
Goodwill / <i>Goodwill</i>					
Outros activos intangíveis / <i>Other intangible assets</i>		250.470	250.470		
Provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Technical provisions from ceded reinsurance</i>	26	11.157.686		11.157.686	10.988.800
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>					
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for life sector</i>		314.825		314.825	355.853
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		9.501.522		9.501.522	9.359.394
Provisão para participação nos resultados / <i>Profit sharing provision</i>		1.341.339		1.341.339	1.273.553
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for rate commitment</i>					
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>					
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Assets for post-employment benefits and other long term benefits</i>	17	288.415		288.415	273.613
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance operations and other operations</i>	27	762.911	104.591	658.320	995.496
Contas a receber por operações de seguro directo / <i>Outstanding accounts from direct insurance operations</i>		502.590	104.591	397.999	432.973
Contas a receber por outras operações de resseguro / <i>Outstanding accounts from other reinsurance operations</i>		132.945		132.945	558.938
Contas a receber por outras operações / <i>Outstanding accounts from other operations</i>		127.376		127.376	3.585
Activos por impostos / <i>Assets from taxation</i>	28	1.004.950		1.004.950	378.394
Activos por impostos correntes / <i>Assets from current taxes</i>		674.079		674.079	
Activos por impostos diferidos / <i>Assets from deferred taxes</i>		330.871		330.871	378.394
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred gains</i>		34.873		34.873	67.826
Outros elementos do activo / <i>Other asset items</i>					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas / <i>Non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>					
TOTAL DO ACTIVO / TOTAL ASSETS		542.184.635	2.491.536	539.693.099	497.551.785

(Euro)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Nota	2013	2012
LIABILITIES AND EQUITY	Note	2013	2012
PASSIVO / LIABILITIES			
Provisões técnicas / <i>Technical provisions</i>	26	<u>186.002.707</u>	<u>172.375.646</u>
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>			
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for the life sector</i>		155.836.520	142.194.561
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		18.637.623	17.934.912
De vida / <i>For life</i>		18.637.623	17.934.912
Provisão para participação nos resultados / <i>Provision for profit sharing</i>		11.528.564	12.246.173
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for rate commitment</i>			
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>			
Provisão para desvios de sinistralidade / <i>Equalisation provision</i>			
Provisão para riscos em curso / <i>Unexpired risk provision</i>			
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento / <i>Financial liabilities from the components of deposits of insurance contracts and insurance contracts and operations considered for accounting purposes as investment contracts</i>	29	<u>275.237.200</u>	<u>244.757.594</u>
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	29	<u>19.906.537</u>	<u>19.831.557</u>
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>			
Passivos subordinados / <i>Subordinated liabilities</i>		10.000.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores / <i>Deposits received from reinsurers</i>		9.906.537	9.831.557
Outros / <i>Other</i>			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Liabilities on post-employment benefits and other long term benefits</i>			
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance operations and other operations</i>	30	<u>2.045.389</u>	<u>1.731.358</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo / <i>Accounts payable on direct insurance operations</i>		1.567.256	1.072.017
Contas a pagar por outras operações de resseguro / <i>Accounts payable on other reinsurance operations</i>		439.685	621.094
Contas a pagar por outras operações / <i>Accounts payable on other operations</i>		38.448	38.247
Passivos por impostos / <i>Liabilities on taxation</i>	28	<u>2.030.170</u>	<u>5.796.534</u>
Passivos por impostos correntes / <i>Liabilities on current taxation</i>		477.625	3.317.324
Passivos por impostos diferidos / <i>Liabilities on deferred taxation</i>		1.552.545	2.479.210
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred costs</i>		610.795	597.164
Outras Provisões / <i>Other provisions</i>			
Outros Passivos / <i>Other liabilities</i>			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda / <i>Liabilities on a group for sell-off classified as held for sale</i>			
TOTAL DO PASSIVO / TOTAL LIABILITIES		485.832.798	445.089.853
CAPITAL PRÓPRIO / EQUITY			
Capital / <i>Capital</i>	31	<u>20.000.000</u>	<u>20.000.000</u>
(Acções Próprias) / <i>(Company's own shares)</i>			
Outros instrumentos de capital / <i>Other capital instruments</i>			
Reservas de reavaliação / <i>Revaluation reserve</i>	31	<u>6.210.208</u>	<u>9.119.466</u>
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros / <i>For readjustment in fair value of financial assets</i>		6.200.270	9.109.528
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio / <i>For revaluation of land and buildings for own use</i>		9.938	9.938
Por revalorização de activos intangíveis / <i>For revaluation of intangible assets</i>			
Por revalorização de outros activos tangíveis / <i>For revaluation of other tangible assets</i>			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa / <i>For adjustments in fair value of hedging instruments in hedging for cash flow</i>			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira / <i>For adjustments in fair value of hedging for net investments in foreign currency</i>			
De diferenças de câmbio / <i>For exchange differences</i>			
Reserva por impostos diferidos / <i>Reserve for deferred taxation</i>	28-31	<u>(1.794.691)</u>	<u>(2.719.253)</u>
Outras reservas / <i>Other reserves</i>	31	<u>23.673.071</u>	<u>20.903.820</u>
Resultados transitados / <i>Retained earnings</i>	31		
Resultado do exercício / <i>Profit for year</i>		5.771.713	5.157.899
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL EQUITY		53.860.301	52.461.932
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL LIABILITIES AND EQUITY		539.693.099	497.551.785

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO STATEMENT OF CHANGES TO EQUITY

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (balanço de abertura)	
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2011	
Balanço de abertura alterado	(1)
<i>Opening balance altered</i>	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)
<i>Increase in reserves from distribution of profits</i>	
Resultado líquido do período	(3)
<i>Net profit for year</i>	
Outro rendimento integral do período	(4)
<i>Other comprehensive income for year</i>	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
<i>Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale</i>	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
<i>Recognition of actuarial profit and loss</i>	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(5) = (3) + (4)
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(6)
<i>Trading with holders of capital</i>	
Distribuição de lucros/prejuízos	
<i>Distribution of profit/loss</i>	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(7) = (2) + (5) + (6)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(8) = (7) + (1)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2012	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	
<i>Changes to accounting standards</i>	
Balanço de abertura alterado	(9)
<i>Opening balance altered</i>	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(10)
<i>Increase in reserves from distribution of profits</i>	
Resultado líquido do período	(11)
<i>Net profit for year</i>	
Outro rendimento integral do período	(12)
<i>Other comprehensive income for year</i>	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
<i>Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale</i>	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
<i>Recognition of actuarial profit and loss</i>	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(13) = (11) + (12)
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(14)
<i>Trading with holders of capital</i>	
Distribuição de lucros/prejuízos	
<i>Distribution of profit/loss</i>	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(15) = (10) + (13) + (14)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013	(16) = (15) + (9)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2013	

(*) no justo valor de investimentos de activos financeiros disponíveis para venda / *in fair value of financial assets available-for-sale*

(**) de terrenos e edificios de uso próprio / *of land and buildings for own use*

(Euro)

Capital social	Reservas de reavaliação		Reservas por impostos difer. e correntes	Outras reservas		Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total
	por ajustamentos*	por revalorização**		Reserva legal	Outras reservas			
Share capital	Revaluation reserves		Reserve for deferred and current taxation	Other reserves		Retained earnings	Profit for year	Total
	through adjustments*	through revaluation**		Legal reserve	Other reserves			
20.000.000	(16.406.196)	9.938	4.626.883	2.928.228	15.159.831	(492.841)	5.372.288	31.198.131
20.000.000	(16.406.196)	9.938	4.626.883	2.928.228	15.159.831	(492.841)	5.372.288	31.198.131
				537.229	2.142.219	492.841	(3.172.288)	-
							5.157.899	5.157.899
	25.515.724		(7.346.136)		136.313			18.305.901
	25.515.724		(7.346.136)					18.169.588
					136.313			136.313
	25.515.724		(7.346.136)		136.313		5.157.899	23.463.800
							(2.200.000)	(2.200.000)
							(2.200.000)	(2.200.000)
	25.515.724		(7.346.136)	537.229	2.278.532	492.841	(214.389)	21.263.800
20.000.000	9.109.528	9.938	(2.719.253)	3.465.457	17.438.363		5.157.899	52.461.932
								0
20.000.000	9.109.528	9.938	(2.719.253)	3.465.457	17.438.363		5.157.899	52.461.932
				515.790	2.242.109		(2.757.899)	0
							5.771.713	5.771.713
	(2.909.258)		924.562		11.352			(1.973.344)
	(2.909.258)		924.562					(1.984.696)
					11.352			11.352
	(2.909.258)		924.562		11.352		5.771.713	3.798.369
							(2.400.000)	(2.400.000)
							(2.400.000)	(2.400.000)
	(2.909.258)		924.562	515.790	2.253.461		613.814	1.398.369
20.000.000	6.200.270	9.938	(1.794.691)	3.981.247	19.691.824		5.771.713	53.860.301

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
STATEMENT OF COMPREHENSIVE INCOME

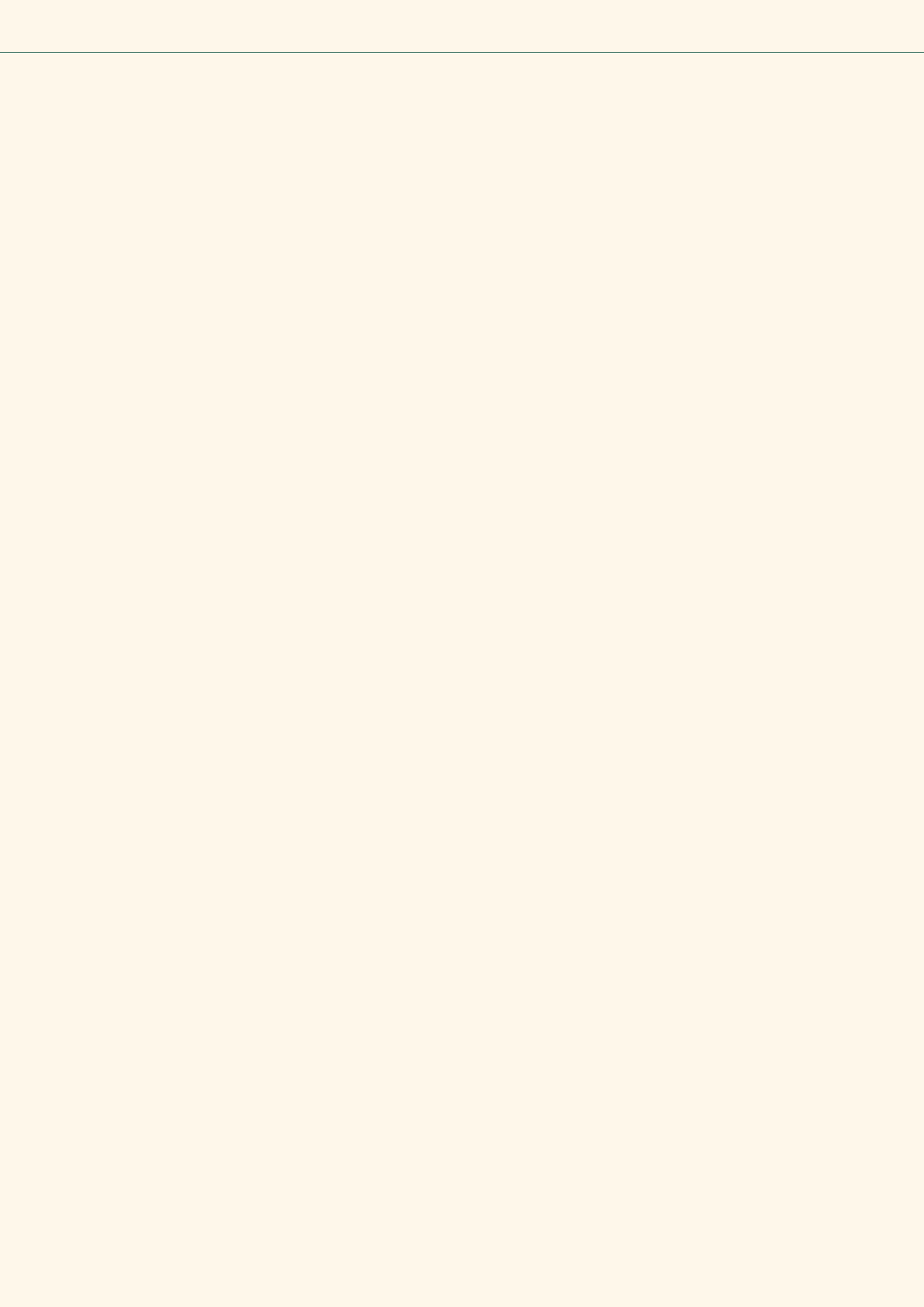
(Euro)

	2013	2012
	2013	2012
ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
ITEMS THAT MAY BE CLASSIFIED FOR PROFIT AND LOSS		
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda <i>Reserve of fair value from assets available for sale</i>	(2.909.258)	25.515.724
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda <i>Reserve of fair value from assets available for sale</i>	(3.803.836)	31.364.016
Provisão para participação nos resultados a atribuir <i>Provision for profit sharing</i>	894.579	(5.848.292)
Impostos diferidos e correntes <i>Deferred and current taxes</i>	924.562	(7.346.136)
	(1.984.696)	18.169.588
ITENS QUE NÃO IRÃO SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
ITEMS THAT WILL NOT BE CLASSIFIED FOR PROFIT AND LOSS		
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, líquido de impostos <i>Recognition of actuarial net profit and loss</i>	11.352	136.313
	11.352	136.313
Total do outro rendimento integral <i>Total other comprehensive income</i>	(1.973.344)	18.305.901
Resultado líquido do período <i>Net profit for year</i>	5.771.713	5.157.899
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO LÍQUIDO DE IMPOSTOS	3.798.369	23.463.800
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR NET OF TAX		

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA STATEMENT OF CASH FLOWS

(Euro)

	2013	2012
	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS / FLOWS FROM BUSINESS OPERATIONS		
Resultado líquido do exercício / <i>Net profit for year</i>	5.771.713	5.157.899
Ajustamentos por: / <i>Adjustments for:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício / <i>Depreciation and amortization for year</i>	145.711	139.471
Variação nas provisões técnicas / <i>Change in technical provisions</i>	13.627.060	1.433.550
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento / <i>Change in liabilities arising from investment contracts</i>	30.479.606	(23.217.383)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Change in technical provisions of outward reinsurance</i>	(168.886)	(565.778)
Imparidade de activos disponíveis para venda / <i>Impairment of assets available-for-sale</i>	849.094	723.719
Perdas/(ganhos) em terrenos e edifícios / <i>Losses/(gains) on land and buildings</i>	-	1.063.301
Imparidade de outros activos / <i>Impairment of other assets</i>	12.334	74.882
Variação nos impostos activos/passivos / <i>Change in asset/liability taxation</i>	(4.392.920)	8.118.828
Variações nos activos e passivos operacionais / <i>Change in assets and liabilities in operations</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans made and accounts receivable</i>	(11.729.245)	3.319.676
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance and other operations</i>	324.842	(621.267)
Outros activos e passivos / <i>Other assets and liabilities</i>	31.782	(229.511)
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	74.980	444.212
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance and other operations</i>	314.031	(215.593)
Outros passivos / <i>Other liabilities</i>	-	-
	35.340.103	(4.373.993)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO / CASH FLOWS FROM INVESTMENT BUSINESS		
Variações nos investimentos em filiais e associadas / <i>Changes in investments in subsidiaries and associates</i>	-	-
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados / <i>Changes in financial assets at fair value through profit and loss</i>	43.501	(503.063)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Changes in financial assets available-for-sale</i>	(30.230.574)	6.183.927
Variações nos investimentos a deter até à maturidade / <i>Changes in investments held to maturity</i>	1.421.448	(1.719.910)
Variações dos ganhos/(perdas) actuariais reconhecidas / <i>Changes in actuarial gains/(losses) recognised</i>	11.352	136.313
Aquisições de terrenos e edifícios e outros activos tangíveis / <i>Acquisitions of land and buildings and other tangible assets</i>	(82.968)	4.477.078
	(28.837.241)	8.574.345
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO / CASH FLOW FROM FINANCIAL BUSINESS		
Pagamento de dividendos / <i>Payment of dividends</i>	(2.400.000)	(2.200.000)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Changes in financial assets available-for-sale</i>	(2.400.000)	(2.200.000)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES / NET DIFFERENCE IN CASH AND EQUIVALENTS		
Caixa e equivalentes no início do período / <i>Cash and equivalents at start of year</i>	3.681.320	1.680.968
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO / CASH AND EQUIVALENTS AT CLOSE OF YEAR	7.784.182	3.681.320



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE		
	1. Informação Geral	35
	2. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas	
	Contabilísticas Adoptadas	35
	2.1. Bases de apresentação	35
	2.2. Principais políticas contabilísticas adoptadas	35
	a) Contratos de seguro e contratos de investimento	35
	b) Provisões técnicas	37
	c) Resseguro	39
	d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	39
	e) Instrumentos financeiros	39
	f) Outros activos financeiros - derivados	43
	g) Passivos financeiros	43
	h) Compensação de instrumentos financeiros	45
	i) Transacções em moeda estrangeira	45
	j) Activos tangíveis	45
	k) Activos intangíveis	45
	l) Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio	47
	m) Locações	47
	n) Caixa e equivalentes de caixa	49
	o) Provisões	49
	p) Reconhecimento de juros e dividendos	49
	q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões	49
	r) Benefícios concedidos aos empregados	51
	s) Imposto sobre lucros	53
	t) Resultados por acção	53
	u) Segmentos operacionais	53
	3. Principais Estimativas Contabilísticas e Julgamentos Relevantes Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras	53
	4. Segmentos Operacionais	57
	5. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	57
	6. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	59
	7. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	59
	8. Provisão Matemática e outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro	59
	9. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	59
	10. Rendimentos	61
	11. Gastos Financeiros	61
	12. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Propriedades de Investimento	61
	13. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	61
	14. Perdas de Imparidade, Líquidas de Reversão	63
	15. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	63
	16. Custos e Gastos por Natureza a Imputar	63
	17. Benefícios Concedidos a Empregados	63

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

TABLE OF CONTENTS	1. General Information	36
	2. Bases for Presentation of Financial Statements and Principal Accounting Statements Adopted	36
	2.1. Bases for presentation	36
	2.2. Principal accounting policies adopted	36
	a) Insurance contracts and investment contracts	36
	b) Technical provisions	38
	c) Reinsurance	38
	d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings	40
	e) Financial instruments	40
	f) Other financial assets - derivatives	44
	g) Financial liabilities	44
	h) Financial instrument compensation	44
	i) Foreign currency trading	44
	j) Tangible assets	44
	k) Intangible assets	46
	l) Investment properties and buildings for own use	46
	m) Leasing	48
n) Cash and cash equivalents	48	
o) Provisions	48	
p) Recognitions of interest and dividends	48	
q) Recognition of income from services and commissions	50	
r) Benefits to employees	50	
s) Tax on profits	52	
t) Profit and loss per share	52	
u) Operational segments	52	
3. Principal Accounting Estimates and Relevant Decisions used in Preparing the Financial Statements	52	
4. Operational Segments	56	
5. Premiums Earned Net of Reinsurance	56	
6. Commissions on Insurance Contracts and Operations considered for Accounting Purposes as Investment Contracts or Service Provision Contracts	58	
7. Claims costs, net of reinsurance	58	
8. Mathematical Provision and other Technical Provisions, Net of Reinsurance	58	
9. Net Running Costs and Expenditure	58	
10. Income	60	
11. Financial Costs	60	
12. Net Gains from Financial Assets and Liabilities not Valued at Fair Value through Gains and Losses and Investment Properties	60	
13. Net Gains from Financial Assets and Liabilities Valued at Fair Value through Gains and Losses	60	
14. Impairment Losses, Net of Reversion	62	
15. Other Income/Technical Costs, Net of Reinsurance	62	
16. Costs and Expenditure by Type	62	
17. Benefits to Employees	64	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	69
19. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	69
20. Activos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	71
21. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	71
22. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	73
23. Investimentos Detidos até à Maturidade	73
24. Terrenos e Edifícios	75
25. Outros Activos Tangíveis	75
26. Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Cedido	77
27. Outros Devedores por Operações de Seguros e por Outras Operações	79
28. Activos e Passivos por Impostos	79
29. Passivos Financeiros	81
30. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	83
31. Capital, Reservas de Reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados	83
32. Transacções entre Partes Relacionadas	87
33. Passivos Contingente	89
34. Elementos Extra Patrimoniais	89
35. Gestão dos Riscos	89
35.1. Riscos específicos de seguro	91
35.2. Riscos financeiros	93
35.3. Outros riscos	101
36. Solvência	103
37. Justo Valor	103
38. Eventos Subsequentes	105
39. Normas Contabilísticas e Interpretações recentemente Emitidas	105

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. <i>Cash and its Equivalents and Call Deposits</i>	68
19. <i>Investments in Affiliates, Associates and joint Undertakings</i>	68
20. <i>Financial Assets Classified in Initial Recognition at Fair Value through Profit and Loss</i>	70
21. <i>Financial Assets Available for Sale</i>	70
22. <i>Loans Granted and Receivables</i>	72
23. <i>Investments held to Maturity</i>	72
24. <i>Land and Buildings</i>	74
25. <i>Other Tangible Assets</i>	74
26. <i>Technical Provisions for Direct Insurance and Outward Reinsurance</i>	76
27. <i>Other Debtors in Insurance and other Operations</i>	78
28. <i>Assets and Liabilities from Taxation</i>	78
29. <i>Financial Liabilities</i>	80
30. <i>Other Creditors in Insurance and other Operations</i>	82
31. <i>Capital, Revaluation, other Reserves and Retained Earnings</i>	82
32. <i>Trading between Related Parties</i>	86
33. <i>Contingency Liabilities</i>	88
34. <i>Extra Asset Components</i>	88
35. <i>Risk Management</i>	88
35.1. <i>Specific insurance risks</i>	90
35.2. <i>Financial risks</i>	92
35.3. <i>Other risks</i>	100
36. <i>Solvency</i>	102
37. <i>Fair Value</i>	102
38. <i>Subsequent Events</i>	104
39. <i>Recently issued Accounting Standards and Interpretations</i>	104

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. (“Lusitania Vida” ou “Companhia”) foi constituída em 15 de Maio de 1987, sob a forma jurídica de sociedade anónima, tendo iniciado a sua actividade em 20 de Outubro de 1987. A Companhia encontra-se registada em Portugal e tem a sua sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12º, em Lisboa.

A Companhia tem como objectivo o exercício da actividade de seguros para o ramo vida e a gestão de fundos de pensões, para o que obteve a devida autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 2007”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril e, subsequentemente, alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro.

Este Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração do dia 27 de Fevereiro de 2014.

Em 2013, a Companhia adoptou as interpretações dos IFRS de aplicação obrigatória para o exercício que se iniciou a 1 de Janeiro de 2013, conforme referido na nota 39.

As políticas contabilísticas seguidamente descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, requer que o Conselho de Administração da Companhia adopte julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de rendimentos, gastos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos baseiam-se em informação recente e fiável, resultante da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

a) Contratos de seguro e contratos de investimento

CLASSIFICAÇÃO

A Lusitania Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. GENERAL INFORMATION

Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. hereinafter referred to as Lusitania Vida or the Company, was incorporated on 15 May 1987 as a limited company and opened for business on 20 October 1987. The Company is registered in Portugal and its head office is located at Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12º, Lisbon.

The company trades in life insurance and pension fund management, and is fully authorised to do so by the Instituto de Seguros de Portugal.

2. BASES FOR PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS AND PRINCIPAL ACCOUNTING STATEMENTS ADOPTED

2.1. BASES FOR PRESENTATION

These financial statements refer to the financial year ending as at 31 December 2013 and were prepared as stipulated in the Accounts Plan for Insurance Companies (“PCES 2007”), issued by the ISP (Instituto de Seguros de Portugal) and approved by Enabling Regulation n.º 4/2007-R, of 27 April, with amendments introduced by Regulations n.º 20/2007-R of 31 December and n.º 22/2010-R of 16 December.

The Accounts Plan introduced the International Financial Reporting Standards (IFRS) in force as adopted by the European Union, with the exception of IFRS 4 - Insurance Contracts. The IFRS include the accounting standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and the interpretations of the International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) and by the respective preceding bodies

The financial statements now submitted were approved at the Board of Directors’ meeting held on 27 February 2014.

In 2013, the Company adopted the interpretations of the IFRS, application of which is obligatory, for the financial year beginning on 1 January 2013, as referred to in note 39.

The accounting policies described below, were applied consistently throughout all periods covered in the financial statements.

The financial statements are expressed in Euro and are prepared on a historical cost basis, with the exception of assets and liabilities recorded at fair value, that is financial assets and liabilities at fair value through profit and loss and financial assets available for sale. All other financial assets and liabilities, as well as non-financial assets and liabilities, are recorded at depreciated cost or historical cost.

Preparation of the financial statements, in compliance with the Accounting Plan for Insurance Companies, requires the Company’s Board of Directors to make decisions and estimates and to use assumptions that affect the application of accounting policies and the amount of income, expenditure, assets and liabilities. These estimates and assumptions are based on recent, reliable information, resulting from the present and forecast assessment of future benefits and associated obligations. Real results may differ from those estimated. The areas that involve more decisions or complexity, or in which significant assumptions and estimates are used in preparing financial statements, are examined in note 3.

2.2. PRINCIPAL ACCOUNTING POLICIES ADOPTED

a) Insurance contracts and investment contracts

CLASSIFICATION

Lusitania Vida writes contracts that include an insurance risk, a financial risk or a combination of both. A contract in which the Company accepts a significant insurance risk for another party, agreeing to compensate the insured in the case of a specific, uncertain, future occurrence affecting the insured is classified as an insurance contract.

A contract written by the Company in which the transferred insurance risk is insignificant, but the transferred financial risk of which includes discretionary profit sharing, is considered to be an investment contract and recognised and measured according to accounting policies applicable to insurance contracts.

A contact written by the Company that transfers only the financial risk, without discretionary profit sharing, is recorded as a financial instrument.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

b) Provisões técnicas

PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUIR (“SHADOW ACCOUNTING”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

RECOGNITION AND MEASUREMENT

Life insurance policy premiums and investment contracts with discretionary profit sharing that are considered long term contracts are recognised as gains when due by policyholders. Benefits and other costs are recognised at the same time as gains throughout the life span of contracts. This accruals concept is applied by setting up provisions/liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit sharing.

Liabilities correspond to the current value of future payable benefits, net of administrative costs directly associated with contracts, less theoretical premiums that would be necessary to meet established benefits and respective costs. Liabilities are determined based on mortality assumptions, or management or investment costs on the date of assessment.

In the case of contracts for which the payment period is significantly shorter than the benefit period, premiums are deferred and recognised in proportion to the length of the period in which the risk is covered.

b) Technical provisions

MATHEMATICAL PROVISION FOR THE LIFE SECTOR

The objective of mathematical provisions for the Life sector is to record the current value of the Company's future liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit-sharing and are estimated based on actuarial methods recognised in the terms of applicable legislation in force.

CLAIMS PROVISION

The claims provision reflects all liabilities for claims costs yet to be paid by the Company, the estimated liability for claims not yet recorded (IBNR) and direct and indirect costs associated with their settlement at the close of the financial year. The provision for claims reported and not reported is estimated by the Company based on past experience, available information and by applying statistical methods. The claims provision is not discounted.

PROVISION FOR PROFIT SHARING

The provision for profit sharing corresponds to amounts attributed to the insured or to the beneficiaries of insurance and investment contracts, in the form of a share in profits that have not been distributed or incorporated in the mathematical provision for the life sector.

SHADOW ACCOUNTING

As laid down in the Accounting Plan for Insurance Companies, unrealised gains or losses on financial assets allocated to liabilities for insurance and investment contracts with profit share, are attributed to policyholders, based on the expectation that they will participate in these unrealised gains and losses when they are realised as laid down in applicable contractual and regulatory conditions, through the recognition of a liability.

LIABILITY ADEQUACY TEST

On the close of the balance sheet, Lusitania Vida tests liability adequacy for insurance and investment contracts with discretionary profit sharing. Liability adequacy is assessed based on the future cash flow forecasts for each contract, net of the market interest rate without risk. This test is done product by product, or accrued when the risks of products are similar or generated jointly. Any deficiency, when determined, is recorded in the Company's profit and loss.

c) Reinsurance

Reinsurance contracts are revised to determine whether the respective contractual provisions presume the transfer of a significant insurance risk. Reinsurance contracts that do not presume the transfer of a significant insurance risk are recorded using the deposit method and entered under the loans heading as financial assets or liabilities related to the reinsurance business. Amounts received or paid under these contracts are recorded as deposits using the effective interest rate method.

Lusitania Vida receives and/or cedes business in the course of its normal activity. Amounts received from reinsurance

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TESTE DE ADEQUAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

À data do balanço, a Lusitania Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

c) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Lusitania Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Lusitania Vida exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As filiais são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

e) Instrumentos financeiros

CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Correspondem aos activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros a deter até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de activos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

business, include balances to be received from insurance and reinsurance companies related to outward liabilities. Amounts redeemable or payable from/to reinsurers are calculated according to the contractual provisions established in reinsurance contracts.

Amounts related to reinsurance are shown on the balance sheet at their net value, unless there is a legal possibility of the amounts recognised being compensated and there is an intention to pay them off for their net value or realise the asset and pay off the liability at the same time.

d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings

The companies over which Lusitania Vida exercises control are classified as affiliates, which is normally the assumption when the Company has majority voting power. There may also be control when the Company has the direct or indirect authority to manage the financial and operational policy of a specific company in order to benefit from its business, even when the percentage holding in its share capital is below 50%.

Affiliates are measured at acquisition cost, subject to the impairment test.

e) Financial instruments

CLASSIFICATION

The Company classifies its financial assets at the time of acquisition, taking into consideration the intention underlying them, according to the following categories:

- Financial assets at fair value through profit and loss - These are financial assets classified as such at the time of their initial recognition at fair value with variations recognised in profit and loss.
- Financial assets held until maturity - Non-derivative financial assets are recognised in this category, with payments fixed or subject to determination and fixed maturity, which the Company has the intention and capacity to retain until maturity and that have not been assigned to any other category of financial asset.

Any reclassification or sale of financial assets recognised in this category that is not done close to maturity, obliges the Company to fully reclassify this portfolio of financial assets available for sale and the Company will not be able to classify any other financial asset in this category for two years.

- Financial assets available for sale - These are non-derivative assets that: (i) Lusitania Vida intends to hold for an unspecified time, (ii) are recognised as available for sale at the time of their initial recognition, or (iii) do not belong in the other categories.
- Loans made and outstanding accounts - This category includes amounts receivable related to direct insurance operations, outward reinsurance and trading in insurance contracts and other trading.

RECOGNITION, INITIAL MEASUREMENT AND DE-RECOGNITION

Acquisitions and sell-offs: (i) financial assets at fair value through profit and loss, (ii) financial assets to be held to maturity, (iii) financial assets available for sale and (iv) loans granted and accounts receivable, are recognised on the trade date, that is, on the date on which the Company undertakes to acquire or sell-off the asset.

Financial assets are recognised initially at fair value plus trading costs, except in cases of financial assets at fair value through profit and loss, in which case trading costs are recognised directly in profit and loss.

These assets are de-recognised when: (i) the Company's contractual rights expire on receiving their cash flows, (ii) the Company has transferred substantially all the risks and benefits associated with the holding, or (iii) although retaining some, but not substantially all, the risks and benefits associated with their holding, the Company has transferred control over these assets.

SUBSEQUENT MEASUREMENT

After initial recognition, financial assets at fair value recognised under profit and loss are valued at fair value, and their variations recognised under profit and loss.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou, (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO INICIAL E DESRECONHECIMENTO

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros a deter até à maturidade, (iii) activos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os activos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Financial assets available for sale are also recorded at fair value and the respective differences recognised in reserves, until the assets are derecognised, that is, a loss due to impairment is identified, and at this time the accrued value of potential profit and loss recorded under reserves is transferred to profit and loss. Exchange differences associated with these assets are also recognised in reserves, in the case of shares, and in profit and loss, in the case of debt instruments. Interest, estimated at the effective interest rate, and dividends are also recognised in the profit and loss statement.

Financial assets held to maturity and loans granted and accounts receivable are subsequently measured at depreciated cost, based on the effective interest rate method, net of possible impairments recognised.

The fair value of listed financial assets is their “bid-price”. Should there be no listing, the Company estimates the fair value using (i) valuation methods, such as the use of recent trading prices that are similar and applied in market conditions, discounted cash flow techniques and valuation models for restricted options so as to reflect the specific characteristics and circumstances of the instrument, and (ii) valuation assumptions based on market information.

Financial instruments for which fair value cannot be measured reliably are recorded at cost.

RECLASSIFICATION BETWEEN CATEGORIES

The Company only reclassifies non-derivative financial assets, with fixed or calculable payments and fixed maturity, in the category of financial assets available for sale for the category of financial assets to be held to maturity, if it intends or is able to maintain them up to maturity.

Reclassifications in these categories are done at the fair value of the assets reclassified on the date of reclassification. The difference between this fair value and the nominal value is recognised under profit and loss up to maturity, based on the effective interest rate method. The fair value reserve on the date of transfer is also recognised in profit and loss up to maturity, based on the effective rate method.

In 2011, the Company adopted this possibility for a group of financial assets, as explained in note 23.

IMPAIRMENT

Lusitania Vida regularly checks for objective evidence of financial assets, or groups of financial assets, showing signs of impairment. For financial assets that show signs of impairment, the respective redeemable value is determined, losses due to impairment being recorded accordingly under the profit and loss statement.

A financial asset, or group of financial assets, is an impaired asset whenever there is objective evidence of impairment resulting from one or more events occurring after its initial recognition, such as: (i) for listed capital instruments, there is continued devaluation or devaluation of a significant value in their listing, and (ii) for debt securities, when this event (or events) impacts on the estimated values of the future cash flows of the financial asset, or group of financial assets, that can be estimated reasonably. In agreement with the policy defined by the Company, 30% or 12 months are assumed, respectively, to be significant or prolonged devaluations in the fair value of listed capital instruments, below their listed value.

In the case of assets held to maturity, losses due to impairment are measured by the difference between the balance sheet value of assets and the actual value of their future estimated cash flows (taking into consideration the remaining period), discounting the original effective interest rate, and then recognised in profit and loss.

In the case of assets held to maturity if, at a later date, the impairment loss decreases, and this decrease is objectively related to an event occurring after recognition of the impairment loss, the amount of the impairment loss previously recognised is returned to profit and loss.

When there is evidence of impairment in financial assets available for sale, the potential accrued loss in reserves, corresponding to the difference between the acquisition cost and current fair value, less any loss in impairment in the asset previously recognised in profit and loss, is transferred to the profit and loss statement. If, at a later date, the impairment loss decreases, and this decrease is objectively related to an event occurring after recognition of the impairment loss, the amount of the impairment loss previously recognised is returned to profit and loss up to

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de activos financeiros, tal como divulgado na nota 23.

IMPARIDADE

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política definida pela Companhia, 30% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos activos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados.

Para os activos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Outros activos financeiros - derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

DERIVADOS EMBUTIDOS

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento e valores a pagar a tomadores de seguro. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

replacement of the acquisition cost, except in the case of shares or other capital instruments, in which case the impairment return is recognised in reserves.

f) Other financial assets - derivatives

Financial derivative instruments are recognised on their trade date at fair value. Subsequently, the fair value of such derivatives is re-valued on a regular basis, the resulting profit or loss being recorded directly under the appropriate heading for the year.

The fair value of derivative instruments is their market value, when available, or it is determined based on valuation techniques including discounted cash flow models and put option assessment models, as appropriate. Where the fair value of derivative instruments cannot be measured reliably they are recorded at acquisition cost.

BUILT-IN DERIVATIVES

Derivatives built into other financial instruments are dealt with separately when their economic characteristics and their risks are not related to the principal instrument, and the principal instrument is not entered at its fair value through profit and loss. These built-in derivatives are recorded at fair value with variations recognised in profit and loss.

g) Financial liabilities

An instrument is classified as a financial liability when there is a contractual obligation to liquidate it by delivering cash or another financial asset, regardless of its legal form.

Financial liabilities include investment contract liabilities and amounts due to policyholders. These financial liabilities are recorded (i) initially (at their fair value less trading costs incurred and (ii) subsequently at the amortised cost, based on the effective interest method.

h) Financial instrument compensation

Financial assets and liabilities are shown on the balance sheet at their net value when there is the legal possibility of compensating amounts recognised and there is an intention to pay them off for their net value or to realise the asset and pay off the liability at the same time.

i) Trading in foreign currency

Trading in foreign currency is converted at the exchange rate in force on the date on which trading occurs. Cash assets and liabilities expressed in foreign currency are converted to euros at the exchange rate in force on the date of the balance sheet. Exchange differences resulting from this conversion are recognised in profit and loss, except when classified as cover for cash flow or cover for a net investment, in which resulting exchange differences are recognised in reserves.

Non-cash assets and liabilities recorded at historical cost, expressed in foreign currency, are converted at the exchange rate on the date of trading. Non-cash assets and liabilities expressed in foreign currency recorded at fair value are converted at the exchange rate on the date on which fair value was determined.

j) Tangible assets

The Company's tangible assets are valued at cost less the respective accrued depreciation and losses due to impairment.

The subsequent cost of tangible assets is only recognised if it is likely that it will give rise to future economic benefits for the Company. All maintenance and repair costs are recognised as expenditure, using the straight-line method.

Depreciation of tangible assets is calculated using the linear method throughout the expected working life span, as follows:

Number of years	Installations: 10	Machinery & apparatus: 4 to 10	Vehicles: 4	Fixtures and furnishing: 3 to 10
-----------------	-------------------	--------------------------------	-------------	----------------------------------

The expected working life span of goods is revised at the close of each balance sheet and adjusted, if required, in agreement with the consumption pattern expected of future economic benefits likely to be obtained from the continued use of the asset.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

Número de anos	Instalações: 10	Máquinas e aparelhos: 4 a 10	Viaturas: 4	Mobiliário e equipamento: 3 a 10
----------------	-----------------	------------------------------	-------------	----------------------------------

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

When there is a sign that an asset may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated, and an impairment loss must always be recognised whenever the net value of an asset exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised under profit and loss.

The redeemable value is determined as the highest between its fair value less the sales cost and its use value, and this is estimated based on the current value of future estimated cash flows expected to be obtained from the continued use of the asset and its sell-off at the end of its working life.

k) Intangible assets

Costs incurred with the purchase, production and development of software are capitalised, as are the additional costs required for the Company to implement them. These costs are depreciated using the linear method throughout the expected working life span of these assets, which does not normally exceed 3 - 5 years.

Costs directly related to the development of information system applications by the Company, and which are expected to generate future economic benefits beyond one financial year, are recognised and recorded as intangible assets. These costs include personnel costs when Company staff is directly allocated to these projects. These costs are amortized using the linear method throughout the expected working life of these assets, which does not normally exceed 5 years.

All other overheads related with information systems services are recognised as costs when incurred.

l) Investment property and property for the Company's own use

The Company classifies its property as investment property, and as land and buildings for the Company's own use.

LAND AND BUILDINGS FOR THE COMPANY'S OWN USE

Land and buildings for the Company's own use are valued at cost, less the respective accrued depreciation and any losses due to impairment.

Depreciation is calculated using the linear method up to residual value at the end of the property's estimated working life.

When there is a sign that an investment property may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated and a loss due to impairment must always be recognised whenever the net value of an investment property exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised in profit and loss.

Redeemable value is determined as the highest between fair value net of sales costs and utility value, calculated based on the current value estimated future cash flows likely to be obtained from the continued use of the investment property and its sell-off at the end of its working life.

Subsequent costs on investment properties are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefits for the Company for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows originally expected from the continued use of the investment property.

INCOME-EARNING PROPERTY

Income-earning property is valued at fair value determined by annual evaluation.

All land and buildings classified as income-earning are rented to third parties, resulting in financial compensation for the occupation of their space.

Income-earning property is recognised initially at cost, including directly related trading costs and, subsequently, at their fair value. Differences in fair value determined on the close of the balance sheet are recognised in profit and loss. Income-earning property is not depreciated.

Subsequent costs incurred with investment properties are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefit for the Company, for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows originally expected from the continued use of the investment property.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

l) **Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio**

A Companhia classifica os seus imóveis como propriedades de investimento e terrenos e edifícios de uso próprio.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas segundo o método linear, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, sendo este determinado por avaliação anual.

Todos terrenos e edifícios classificados como de rendimento destinam-se a serem arrendados a terceiros resultando daí uma compensação financeira pela ocupação do seu espaço.

Os terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. Os terrenos e edifícios de rendimento não são depreciados.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

A valorização das propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento é efectuada pela ponderação dos resultados dos seguintes métodos:

- a) Método comparativo;
- b) Método do rendimento.

O método comparativo é utilizado no caso dos terrenos e edifícios de rendimento se encontrarem devolutos. Se arrendados, a reavaliação dos terrenos e edifícios de rendimento é determinada pela ponderação dos resultados dos dois métodos referidos.

m) **Loações**

A Lusitania Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The valuation of investment properties classified as income-earning property is done by weighting the results of the following methods:

- a) Comparative method
- b) Income-earning method

The comparative method is used when income-earning property is void. Should the property be rented, revaluation is determined by weighting the results of the two methods referred to above.

m) Leasing

Lusitania Vida classifies leasing operations as financial or operational leasing, depending on substance and not on legal form, complying with the criteria defined in IAS 17 - Leasing. Operations are classified as financial leasing when the risks and benefits inherent in ownership of an asset are transferred to the lessee. All other leasing operations are classified as operational leasing.

OPERATIONAL LEASING

Payments made by the Company in the light of operational leasing contracts are recorded under profit and loss for the period to which they refer.

FINANCIAL LEASING - AS LESSEE

Financial leasing contracts are recorded on the start date of the contract, under assets and liabilities, at the purchase price of the item leased, which is the current value of the leasing instalments due. The instalments are composed of: (i) the financial cost which is debited in profit and loss, and (ii) the financial depreciation of the capital deducted under liabilities. Financial costs are recognised as costs throughout the leasing period, in order to produce a constant regular interest rate on the remaining balance of the liability in each period.

n) Cash and cash equivalents

Cash and its equivalents incorporate the values recorded in the balance sheet with maturity less than three months counting from the date of the balance sheet, where cash and deposits in lending banks are included.

o) Provisions

Provisions are recognised when (i) the Company has a liability (legal or arising from past practices or policies published that imply recognising certain liabilities), (ii) it is likely that its payment will be demanded and (iii) when a reliable estimate can be made of this liability.

Provisions are revised at the close of every report and adjusted to reflect the best estimate, and then reverted to profit and loss in proportion to payments that are not likely.

Provisions are derecognised through their use, for the liabilities for which they were initially set up.

p) Recognition of interest and dividends

Profit and loss referring to interest on financial instruments are recognised under the headings "interest and similar gains" or "interest and similar costs", using the effective interest method.

The effective interest rate is the rate that precisely discounts estimated payments or future receivables during the expected life span of the financial instrument or, when appropriate, a shorter period, for the net current value of the balance of the financial asset or liability.

To calculate the effective interest rate, future cash flows are estimated taking into consideration all the contractual terms of the financial instrument (for example, advance payment options), although not taking into consideration future eventual credit losses. The calculation includes commissions that are an integral part of the effective interest rate, transaction costs and all premiums and discounts directly related to the transaction.

In the case of financial assets or groups of similar financial assets for which losses due to impairment were recognised,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

LOCAÇÕES FINANCEIRAS - COMO LOCATÁRIO

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

interest recorded in profit and loss is determined based on the interest rate used to measure impairment loss.

Income from capital instruments (dividends) are recognised when received.

q) Recognition of income from services and commissions

Income from services and commissions are recognised in the following way:

- Income from services and commissions obtained as services are provided are recognised in profit and loss in the period to which they refer;
- Income from services and commissions that are an integral part of the effective interest rate of a financial instrument are recorded in profit and loss using the effective interest method.

r) Benefits to employees

POST-EMPLOYMENT BENEFITS

Defined Benefit scheme

In 1988 the Company assumed the commitment to provide retirement and invalidity pensions to all its workers according to the terms of the pensions scheme established in the Collective Labour Agreement for the insurance sector. This pensions scheme is a defined benefit scheme.

On 23 December 2011, when a new collective labour agreement was signed (hereinafter referred to a “new CLA”), the retirement benefits plan of the previous CLA was changed to become a defined contribution scheme applicable to all workers in service.

As a result of this change, the defined benefits scheme was liquidated and the balance of liabilities fully funded as at 31 December 2011 was transferred, on 1 January 2012, to a single contribution scheme funded by the existing pensions fund.

The Company calculates annually, on 31 December, liabilities for retirement pensions, based on the Projected Unit Credit Method. The discount rate used in this calculation was determined based on market rates associated with the liabilities of companies with a high rating, in the currency in which the benefits will be paid and with a maturity similar to the closing date of pensions fund obligations.

The Company determines the net cost (gain) of interest for the year relative to the net liability (asset) of the defined benefit scheme, applying the discount rate used in measuring the liabilities for this scheme at the start of the year on the net liability (asset) at the start of the year, taking into account any change in net liability (asset) occurring during the year, resulting from contributions made or benefits paid. Consequently, the net cost (gain) on interest includes the cost of interest for the liabilities of the defined benefit scheme, net of theoretical returns on the assets of the scheme, both calculated using the discounted rate also applied in determining the liabilities of the defined benefit scheme.

Deviations determined annually as a result of: (i) actuarial profit and loss from the difference between actuarial assumptions used and real values obtained (“experience adjustments”), and changes to these actuarial assumptions, and; (ii) profit and loss resulting from the difference between the theoretical return on assets in the scheme and the real rate of return, are recognised by off-setting in reserves.

The Company recognises annually as a cost in the profit and loss statement the amount that includes: (i) cost of routine service, (ii) net cost (gain) on interest, and (iii) effects of liquidation or changes to the scheme.

Defined contribution scheme

In the case of defined contribution schemes, contributions for Company employees are recognised as a cost for the financial year.

As at 31 December 2013, the defined contribution scheme adopted by the Company includes (i) a single contribution made on 1 January 2012, for the sum of liabilities for past services estimated on 31 December 2011, relative to the defined benefit scheme paid, as referred to above, and (ii) subsequent annual contributions of 3.25% the remuneration

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

r) Benefícios concedidos aos empregados

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos do plano de pensões estabelecido no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefício definido.

Em 23 de Dezembro de 2011, com a assinatura de um novo contrato colectivo de trabalho (seguidamente designado de “novo CCT”), o plano de benefícios de reforma do anterior CCT foi alterado, passando o mesmo para um plano de contribuição definida aplicável a todos os trabalhadores no activo.

Em resultado desta alteração, em 1 de Janeiro de 2012, o plano de benefício definido foi liquidado, e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 transferido para um plano de contribuição única, financiado pelo fundo de pensões existente.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 Dezembro, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos por contrapartida de reservas.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente, (ii) custo (proveito) líquido do juro, e (iii) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

Plano de contribuição definida

Em 31 de Dezembro de 2013, o plano de contribuição definida adoptado pela Companhia inclui (i) a contribuição única efectuada à data de 1 de Janeiro de 2012, no valor das responsabilidades por serviços passados estimadas em 31 de Dezembro de 2011, relativas ao plano de benefício definido liquidado, conforme referido anteriormente, e (ii) as subsequentes contribuições anuais equivalentes a 3,25% da remuneração de cada trabalhador no activo, para um plano individual de reforma (PIR), as quais são reconhecidas como custo do exercício em que ocorrem.

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

De acordo com o mencionado novo CCT, a Companhia deverá atribuir um prémio de permanência aos seus colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos. Este benefício é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

OUTROS BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo através de uma apólice

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

of each worker in service, to an individual retirement plan, which are recognised as a cost in the financial year in which they occur.

OTHER LONG TERM BENEFITS

In agreement with the aforementioned CLA, the Company should attribute a seniority premium to its employees, in the form of a salary increase every five years up to the age of 50, if certain requirements are met. This benefit is determined using the same methods and assumptions for post-employment benefits.

Actuarial deviations determined are recorded in profit and loss when they occur.

OTHER SHORT TERM BENEFITS

The Company grants medical care benefits to working employees through a health insurance policy that guarantees, at least, the risks established in the collective labour agreement. It also grants a life insurance in the terms defined in the CLA.

s) Tax on profits

Tax on profits covers current and deferred taxation. Tax on profits is recognised in profit and loss, except when it is related to items that are recognised directly under equity, in which case it is also recorded under equity profit and loss. Tax recognised under equity arising from the revaluation of financial assets available for sale is later recognised in profit and loss at the time when the gains and losses that gave rise to it are recognised in the same statement.

Current taxation is that estimated based on taxable profit calculated according to tax rules in force and using the tax rate approved, or substantially approved, in every jurisdiction.

Deferred taxation is calculated according to the liability method based on the statement of financial position, on temporary differences between the book value of assets and liabilities and their fiscal base, using tax rates approved, or substantially approved, on the date of the statement of financial position in every jurisdiction, and which should be applied when temporary differences revert.

Deferred tax liability is recognised for all temporary differences. Deferred tax asset is recognised only to the extent to which future taxable profits are likely to absorb deductible temporary differences (including tax losses that can be recorded).

t) Profit and loss per share

Profit and loss per share is calculated dividing the net profit for distribution to the Company's shareholders by the average weighted number of ordinary shares issued.

u) Operational segments

An operational segment is a group of assets and operations that are subject to specific risks and benefits different from other operational segments.

A geographic segment is a group of assets and operations located in a specific economic environment that is subject to risks and gains that are different from other segments that operate in other economic environments.

Lusitania Vida is structured according to the following business areas:

- Insurance contracts
- Investment contracts

The Company's business is located only in Portugal.

3. PRINCIPAL ACCOUNTING ESTIMATES AND RELEVANT DECISIONS USED IN PREPARING THE FINANCIAL STATEMENTS

IFRS lay down a series of accounting procedures and require the Board of Directors to use judgment and make the

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de seguro de saúde que garante, no mínimo, os riscos estabelecidos no CCT. Concede igualmente uma apólice de seguro de vida nos termos definidos no CCT.

s) **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) **Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

u) **Segmentos operacionais**

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Lusitania Vida encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Contratos de seguro
- Contratos de investimento

As actividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia encontra-se apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

required estimates in order to select the most appropriate procedures. The principal accounting estimates and decisions used by the Company in applying accounting principles are discussed below to make it easier to understand how their application affects the Company's results and their disclosure. A more detailed description of the principal accounting policies used by the Company is presented in Note 2 to the financial statements.

Considering that in many situations there are alternatives to the way in which the accounting policies adopted by the Board of Directors are handled, the results reported by the Company may differ depending on which method was used. The Board of Directors considers that the selections made are appropriate and that the financial statements are an adequate presentation of the Company's financial position and the profit and loss from its operations in all materially relevant aspects.

The results of alternatives examined later are shown only to help the reader understand the financial statements and they do not imply that other alternatives or estimates may not be more appropriate.

Technical provisions

Technical provisions, including claims provisions, correspond to liabilities arising from contracts. Technical provisions relative to traditional life products were determined based on several assumptions such as mortality, longevity and interest rate, applicable to each insurance cover. The assumptions used were based on the Company's past experience and on the market. These assumptions may be revised if future experience should prove they are inappropriate.

Technical provisions arising from insurance contracts include (1) a mathematical provision for life contracts, (2) a provision for profit sharing in profits distributed, (3) liability adequacy test, (4) provision for claims filed and not filed including respective settlement costs and (5) a provision for profit sharing yet to be attributed.

When insured persons make claims, any amount paid, or any estimated payment made by the Company, is recognised under losses.

Claims provisions are the insured values of occurrences verified but not yet paid.

Adjustments may be made to the amount of provisions arising from costs and judicial and/or litigation charges.

Fair value of financial assets

Fair value is based on the market listed price, when available, and when not available it is determined based on the use of recent trading prices, that are similar and practised in market conditions or based on evaluation methods that, in turn, are based on discounted future cash flow techniques taking market conditions into consideration, time effect, the profits curve and volatility factors. These methods may require assumptions or decisions to be used in estimating fair value.

As a result, using different methods or assumptions in applying a specific model may result in financial results different to those reported.

Impairment of financial assets available for sale

The Company determines that impairment exists in its assets available for sale when there is a continued or significant devaluation in their fair value. Determining a continued or significant devaluation requires judgement. In accordance with Company policies, 30% of devaluation in the fair value of a capital instrument is considered a significant devaluation and a period of 1 year is assumed as a continued devaluation of fair value to below acquisition cost, for capital instruments and events that alter estimated future cash flows for debt securities.

In addition, evaluations are obtained using market prices or evaluation models that require the use of specific assumptions or a decision on establishing fair value estimates.

Alternative methods and the use of different assumptions and estimates may result in a different level of losses due to recognised impairment, with a consequent impact on the Company's profits.

Fair value of investment properties - Income-earning property

Investment properties classified as income-earning properties are recognised initially at acquisition cost, including

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado no futuro que a experiência passada venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados atribuída, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas, e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros de pessoas seguras, qualquer montante pago, ou que se estima vir a ser pago pela Companhia, é reconhecido como perda em resultados.

As provisões para sinistros representam os valores seguros das ocorrências verificadas e ainda não liquidadas.

Poderão verificar-se ajustamentos no valor das provisões decorrentes de gastos imputados e de despesas judiciais e/ou de contencioso.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor de propriedades de investimento - Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

directly related trading costs and, subsequently, at their fair value.

These investment properties are valued using a weighting adjusted to each case of values resulting from applying the following two methods:

- a) Comparative method
- b) Income method.

Changes to the assumptions considered in each of the valuation methods may have a significant impact on the values determined.

Tax on profits

Certain interpretations and determinations are required to determine tax on profits. Other interpretations and estimates may result in a different sum for current and deferred tax on profits, recognised in the year.

Pursuant to legislation in force, the tax authorities may revise the calculation of taxable income made by the Company within a period of 4 to 6 years, should tax losses be found. Consequently, corrections may be made to taxable income, resulting mainly from differences in the interpretation of tax legislation. However, the Board of Directors is certain that there will be no significant corrections made to tax on profit recorded in the financial statements.

4. OPERATIONAL SEGMENTS

SEGMENT OF INSURANCE CONTRACTS

(Euro)

	2013	2012
Gross premiums earned	44,185,004	32,822,062
Outward reinsurance premiums	(8,777,071)	(9,395,220)
Net reinsurance premiums	35,407,933	23,426,842
Returns on investments	7,236,164	6,398,472
Claims costs net of reinsurance	22,547,930	34,470,047
Net running costs and expenditure	3,280,223	2,414,906
Technical result	2,772,963	(1,284,360)
Assets allocated to represent technical provisions	189,061,790	176,451,975
Technical provisions	186,002,707	172,375,647

SEGMENT OF INVESTMENT CONTRACTS

(Euro)

	2013	2012
Commissions received	1,518,682	1,267,079
Returns on investments	3,072,713	10,055,132
Gross running costs	2,390,414	2,078,189
Technical results	2,200,982	9,244,022
Assets allocated to represent financial liabilities	279,516,102	263,849,121
Financial liabilities	275,237,200	244,757,594

5. PREMIUMS EARNED NET OF REINSURANCE

Premiums earned net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2013	2012
Insurance contracts	16,839,289	16,980,086
Investment contracts with discretionary profit sharing	27,345,715	15,841,976
GROSS PREMIUMS EARNED	44,185,004	32,822,062
Insurance contracts	(8,777,071)	(9,395,221)
OUTWARD REINSURANCE PREMIUMS	(8,777,071)	(9,395,221)
	35,407,933	23,426,841

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subseqüentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada a cada caso dos valores resultantes da aplicação dos seguintes dois métodos:

- a) Método comparativo;
- b) Método do rendimento.

Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de 4 anos ou 6 anos, no caso de serem apurados prejuízos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

SEGMENTO DE CONTRATOS DE SEGURO

(Euro)

	2013	2012
Prémios brutos emitidos	44.185.004	32.822.062
Prémios de resseguro cedido	(8.777.071)	(9.395.220)
Prémios líquidos de resseguro	35.407.933	23.426.842
Resultado dos investimentos	7.236.164	6.398.472
Custos com sinistros líquidos de resseguro	22.547.930	34.470.047
Custos e gastos de exploração líquidos	3.280.223	2.414.906
Resultado técnico	2.772.963	(1.284.360)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	189.061.790	176.451.975
Provisões técnicas	186.002.707	172.375.647

SEGMENTO DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

(Euro)

	2013	2012
Comissões recebidas	1.518.682	1.267.079
Resultado dos Investimentos	3.072.713	10.055.132
Custos de exploração brutos	2.390.414	2.078.189
Resultado técnico	2.200.982	9.244.022
Activos afectos à representação dos passivos financeiros	279.516.102	263.849.121
Passivos financeiros	275.237.200	244.757.594

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2013	2012
Contratos de seguro	16.839.289	16.980.086
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	27.345.715	15.841.976
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	44.185.004	32.822.062
Contratos de seguro	(8.777.071)	(9.395.221)
PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	(8.777.071)	(9.395.221)
	35.407.933	23.426.841

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Gross premiums earned include contract premiums with a significant insurance risk and contracts with no significant insurance risk but with discretionary profit sharing.

6. COMMISSIONS ON INSURANCE CONTRACTS AND OPERATIONS CONSIDERED FOR ACCOUNTING PURPOSES AS INVESTMENT CONTRACTS OR SERVICE PROVISION CONTRACTS

This heading includes commissions on insurance contracts considered for accounting purposes as investment contracts to the sum of Euro 1,518,682 (2012: Euro 1,267,079).

7. CLAIMS COSTS, NET OF REINSURANCE

Claims costs, net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2013			2012		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
DIRECT INSURANCE	10,541,918	17,080,742	27,622,660	11,325,627	28,494,390	39,820,017
Amounts paid	10,001,101	16,918,849	26,919,950	9,878,463	28,459,937	38,338,400
Instalments	9,784,331	16,567,624	26,351,955	9,741,868	28,069,359	37,811,227
Claims management costs	216,770	351,225	567,995	136,595	390,578	527,173
Claims provision (difference)	540,817	161,893	702,710	1,447,164	34,453	1,481,617
CEDED REINSURANCE	(5,074,730)	-	(5,074,730)	(5,349,970)	-	(5,349,970)
Amounts paid	(4,932,602)	-	(4,932,602)	(4,819,282)	-	(4,819,282)
Claims provision (difference)	(142,128)	-	(142,128)	(530,688)	-	(530,688)
	5,467,188	17,080,742	22,547,930	5,975,657	28,494,390	34,470,047

8. MATHEMATICAL PROVISION AND OTHER TECHNICAL PROVISIONS, NET OF REINSURANCE

This heading is analysed as follows:

VARIATION IN MATHEMATICAL PROVISION, NET OF REINSURANCE

(Euro)

	2013			2012		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
Variation in mathematical provision	(557,256)	13,008,072	12,450,816	(6,641,704)	(636,478)	(7,278,182)
Reinsurers part	41,028	-	41,028	28,151	-	28,151
	(516,228)	13,008,072	12,491,844	(6,613,553)	(636,478)	(7,250,031)
Variation in provision with profit-sharing, net of reinsurance	1,608,356	-	1,608,356	1,531,153	-	1,531,153
	1,092,128	13,008,072	14,100,200	(5,082,400)	(636,478)	(5,718,878)

9. NET RUNNING COSTS AND EXPENDITURE

Net running costs and expenditure are analysed as follows:

(Euro)

	2013			2012		
	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total
Acquisition costs - Brokerage remuneration	4,033,007	1,733,800	5,766,807	3,602,910	1,407,560	5,010,470
Acquisition costs charged	299,127	234,611	533,738	279,597	215,962	495,559
Deferred acquisition costs (difference)	5,076	-	5,076	10,566	-	10,566
Administrative costs imputed	1,087,016	637,121	1,724,137	1,006,723	595,147	1,601,870
Pension fund management costs	-	-	39,526	-	-	36,800
Commission and profit sharing in reinsurance results	(2,398,647)	-	(2,398,647)	(2,662,170)	-	(2,662,170)
	3,025,579	2,605,532	5,670,637	2,237,626	2,218,669	4,493,095

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

6. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 1.518.682 (2012: Euro 1.267.079).

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2013			2012		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
SEGURO DIRECTO	10.541.918	17.080.742	27.622.660	11.325.627	28.494.390	39.820.017
Montantes pagos	10.001.101	16.918.849	26.919.950	9.878.463	28.459.937	38.338.400
Prestações	9.784.331	16.567.624	26.351.955	9.741.868	28.069.359	37.811.227
Custos de gestão de sinistros imputados	216.770	351.225	567.995	136.595	390.578	527.173
Provisão para sinistros (variação)	540.817	161.893	702.710	1.447.164	34.453	1.481.617
RESSEGURO CEDIDO	(5.074.730)	-	(5.074.730)	(5.349.970)	-	(5.349.970)
Montantes pagos	(4.932.602)	-	(4.932.602)	(4.819.282)	-	(4.819.282)
Provisão para sinistros (variação)	(142.128)	-	(142.128)	(530.688)	-	(530.688)
	5.467.188	17.080.742	22.547.930	5.975.657	28.494.390	34.470.047

8. PROVISÃO MATEMÁTICA E OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

VARIAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

(Euro)

	2013			2012		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
Variação da provisão matemática	(557.256)	13.008.072	12.450.816	(6.641.704)	(636.478)	(7.278.182)
Parte dos resseguradores	41.028	-	41.028	28.151	-	28.151
	(516.228)	13.008.072	12.491.844	(6.613.553)	(636.478)	(7.250.031)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	1.608.356	-	1.608.356	1.531.153	-	1.531.153
	1.092.128	13.008.072	14.100.200	(5.082.400)	(636.478)	(5.718.878)

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

(Euro)

	2013			2012		
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	4.033.007	1.733.800	5.766.807	3.602.910	1.407.560	5.010.470
Custos de aquisição imputados	299.127	234.611	533.738	279.597	215.962	495.559
Custos de aquisição diferidos (variação)	5.076	-	5.076	10.566	-	10.566
Custos administrativos imputados	1.087.016	637.121	1.724.137	1.006.723	595.147	1.601.870
Custos gestão de fundos de pensões	-	-	39.526	-	-	36.800
Comissão e participação nos resultados de resseguro	(2.398.647)	-	(2.398.647)	(2.662.170)	-	(2.662.170)
	3.025.579	2.605.532	5.670.637	2.237.626	2.218.669	4.493.095

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The heading acquisition costs - remuneration for brokerage includes the sum of Euro 5,153,716 (2012: Euro 4,503,049) related to remuneration paid to the Caixa Económica Montepio Geral in agreement with the terms of the brokerage contract established with Lusitania Vida.

10. INCOME

The balance of this heading is analysed below:

(Euro)

	2013	2012
Cash & equivalent & call deposits	26,352	18,092
Land & buildings	627,346	688,809
Financial assets classified in initial recognition at fair value in profit & loss	41,060	20,768
Financial assets available for sale	13,937,847	13,795,728
Loans granted and accounts receivable	634,787	595,464
Investments held to maturity	4,765,048	5,150,144
	20,032,440	20,269,005

11. FINANCIAL COSTS

The balance of the heading “Financial Costs - Other”, to the sum of Euro 890,825 (2012: Euro 912,112), refers to operational costs charged under investments (see note 16).

12. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES NOT VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES AND INVESTMENT PROPERTIES

The balance of this heading is analysed as shown below:

(Euro)

	2013			2012		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	1,726,935	(211,144)	1,515,791	946,289	(468,820)	477,469
Shares	1,195,897	-	1,195,897	-	-	-
Other fluctuating income securities	10,261	-	10,261	170,899	-	170,899
FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE	2,933,093	(211,144)	2,721,949	1,117,188	(468,820)	648,368
FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES VALUED AT DEPRECIATED COST	2,911	(8,552,202)	(8,549,291)	-	(2,592,997)	(2,592,997)
INVESTMENT PROPERTIES	-	-	-	-	(1,063,301)	(1,063,301)
	2,936,004	(8,763,346)	(5,827,342)	1,117,188	(4,125,118)	(3,007,930)

Net gains on financial liabilities valued at depreciated cost include the sum of Euro 8,546,979 (2012: Euro 2,592,997) for technical interest attributed to contracts classified as investment, with no discretionary profit sharing.

13. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES

The balance of this heading is analysed as shown below:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

	2013			2012		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	267,786	(57,925)	209,861	663,530	(156,710)	506,820
	267,786	(57,925)	209,861	663,530	(156,710)	506,820

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica custos de aquisição - remunerações de mediação inclui um montante de Euro 5.153.716 (2012: Euro 4.503.049) relacionados com as remunerações pagas à Caixa Económica Montepio Geral de acordo com os termos do contrato de mediação estabelecido com a Lusitania Vida.

10. RENDIMENTOS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013	2012
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	26.352	18.092
Terrenos e edifícios	627.346	688.809
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial	41.060	20.768
a justo valor através de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda	13.937.847	13.795.728
Empréstimos concedidos e contas a receber	634.787	595.464
Investimentos detidos até à maturidade	4.765.048	5.150.144
	20.032.440	20.269.005

11. GASTOS FINANCEIROS

O saldo da rubrica de Gastos financeiros - Outros, no montante de Euro 890.825 (2012: Euro 912.112), refere-se aos custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 16).

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.726.935	(211.144)	1.515.791	946.289	(468.820)	477.469
Acções	1.195.897	-	1.195.897	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	10.261	-	10.261	170.899	-	170.899
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	2.933.093	(211.144)	2.721.949	1.117.188	(468.820)	648.368
ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO	2.911	(8.552.202)	(8.549.291)	-	(2.592.997)	(2.592.997)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	-	-	-	-	(1.063.301)	(1.063.301)
	2.936.004	(8.763.346)	(5.827.342)	1.117.188	(4.125.118)	(3.007.930)

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem o montante de Euro 8.546.979 (2012: Euro 2.592.997) relativo ao juro técnico atribuído aos contratos classificados como de investimento, sem participação nos resultados discricionária.

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	267.786	(57.925)	209.861	663.530	(156.710)	506.820
	267.786	(57.925)	209.861	663.530	(156.710)	506.820

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. IMPAIRMENT LOSSES, NET OF REVERSION

In agreement with the criteria of the accounting policy referred to in note 2.2 e), the Company recognised a loss due to impairment amounting to Euro 849,094, relating to a debt security issued by a Spanish bank (Bancaja, Capital Cavale), the coupon failing to arrive on the scheduled date of 23 March 2013. In 2012, referring to the same assets, the Company had already registered a loss due to impairment for the sum of Euro 723,719, the coupon that should have been received on 19 November 2012 failing to arrive. The Company no longer held these assets on 31 December 2013.

15. OTHER INCOME/TECHNICAL COSTS, NET OF REINSURANCE

The heading 'Other Income/technical costs, net of reinsurance' to the sum of Euro 57,221 (2012: Euro 56,401) refers to pension fund management commissions managed by Lusitania Vida.

16. COSTS AND EXPENDITURE BY TYPE

Costs and expenditure by type are analysed as follows:

(Euro)

HEADINGS	2013	2012
Remunerations	1,429,970	1,395,745
- to corporate governance	317,964	338,967
- to personnel	1,112,006	1,056,778
Expenditure on remunerations	273,281	259,207
Post-employment benefits	27,932	(55,138)
- Defined contribution schemes	38,588	30,401
- Defined-benefit schemes	(10,656)	(85,539)
Obligatory insurance	40,878	49,948
Costs of social measures	3,296	2,331
Other personnel costs	157,572	153,299
	<u>1,932,929</u>	<u>1,805,392</u>
Supplies and outsourced services	995,070	939,117
Depreciation of tangible assets and investment properties		
Tangible assets	70,030	64,249
Investment properties	75,681	75,221
	<u>145,711</u>	<u>139,470</u>
Taxes and duties	78,132	53,645
Interest paid	398,107	451,639
Commissions	206,272	184,251
	<u>3,756,221</u>	<u>3,573,514</u>

Costs and expenditure per type were recorded under claims, acquisition, administrative and investment functions, in the following way:

(Euro)

		2013	2012
Claims costs:	Insurance Contracts	567,995	527,173
Acquisition Costs:	Insurance Contracts	299,127	279,597
	Investment Contracts	234,611	215,962
Administrative Costs:	Insurance Contracts	1,087,016	1,006,723
	Investment Contracts	637,121	595,147
	Pension Funds	39,526	36,800
Investment Costs:	Insurance Contracts	300,769	342,788
	Investment Contracts	296,468	278,851
	Not allocated	293,588	290,473
		<u>3,756,221</u>	<u>3,573,514</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

De acordo com os critérios descritos na política contabilística referida na nota 2.2 e), a Companhia reconheceu uma perda por imparidade no montante de Euro 849.094, relativa a títulos de dívida emitida por uma entidade bancária espanhola (Bancaja, Capital Cavale), atendendo ao não recebimento do cupão previsto no dia 23 de Março de 2013. Em 2012, relativamente aos mesmos activos, a Companhia já havia registado uma perda por imparidade no montante de Euro 723.719, em resultado do não recebimento do cupão previsto no dia 19 de Novembro de 2012. À data de 31 de Dezembro de 2013, a Companhia já não detém estes activos.

15. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro no montante de Euro 57.221 (2012: Euro 56.401) refere-se às comissões de gestão dos fundos de pensões geridas pela Lusitania Vida.

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

RUBRICAS	2013	2012
Remunerações	1.429.970	1.395.745
- dos órgãos sociais	317.964	338.967
- do pessoal	1.112.006	1.056.778
Encargos sobre remunerações	273.281	259.207
Benefícios pós-emprego	27.932	(55.138)
- Planos de contribuição definida	38.588	30.401
- Planos de benefícios definidos	(10.656)	(85.539)
Seguros obrigatórios	40.878	49.948
Gastos de acção social	3.296	2.331
Outros gastos com o pessoal	157.572	153.299
	1.932.929	1.805.392
Fornecimentos e serviços externos	995.070	939.117
Depreciações de activos tangíveis e propriedades de investimento		
Activos tangíveis	70.030	64.249
Propriedades de investimento	75.681	75.221
	145.711	139.470
Impostos e taxas	78.132	53.645
Juros suportados	398.107	451.639
Comissões	206.272	184.251
	3.756.221	3.573.514

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	2013	2012
Gastos com sinistros: Contratos de Seguros	567.995	527.173
Gastos de Aquisição: Contratos de Seguros	299.127	279.597
Contratos de Investimento	234.611	215.962
Gastos de Administração: Contratos de Seguros	1.087.016	1.006.723
Contratos de Investimento	637.121	595.147
Fundos de Pensões	39.526	36.800
Gastos de Investimento: Contratos de Seguros	300.769	342.788
Contratos de Investimento	296.468	278.851
Não Afectos	293.588	290.473
	3.756.221	3.573.514

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS**BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. BENEFITS TO EMPLOYEES**Post-employment benefits**

In 1988 the Company assumed the commitment to grant old age and invalidity retirement pensions to all its workers in the terms established in the collective labour agreement for the insurance sector. This pension scheme is a defined benefit scheme.

On 23 December 2011, when a new collective labour agreement was signed (new CLA), the retirement benefits scheme of the previous CLA was changed to become a defined contributions scheme applicable to all working employees.

As a result of this change, on 1 January 2012, the defined benefits scheme was liquidated and the balance of liabilities fully funded as at 31 December 2011 was transferred to a single contribution scheme funded by the existing pensions fund.

The Company's liabilities for retirement pensions are covered by a Pensions Fund "Lusitania Vida Pensions Fund", that as a result of the changes mentioned above, arising from the new collective labour agreement, currently includes the following schemes

Scheme 1 - Defined benefit scheme for participating Directors;

Scheme 2 - Defined contribution scheme for fund participants, corresponding to liabilities fully funded as at 31 December 2011, with a capital guarantee.

In addition, from 2012, the Company contributed to individual retirement schemes for all its workers.

Defined benefits scheme

The actuarial evaluation of liabilities for complementary retirement and other Company benefits is done annually, the last reference date being 31 December 2013.

A comparative analysis of actuarial assumptions is shown below:

DEMOGRAPHIC ASSUMPTIONS

	2013	2012
Mortality Table	TV 88/90	TV 88/90
Disability Table	Suisse Re	Suisse Re
Percentage of planned Pre-Retirement	0%	0%
Normal Retirement Age (NRA)	65 anos	65 anos

FINANCIAL ASSUMPTIONS

	2013	2012
Technical Rate of Discount (working period)	3.5%	4.0%
Technical Rate of Discount (retirement period)	3.5%	4.0%
Rate of Return on Fund	3.5%	4.0%
Salary Growth Rate	2.5%	2.5%
Rate of Salary Revaluation (Social Security)	2.5%	2.5%
Growth Rate of Pensions	2.0%	2.0%

Net assets/(liabilities) recognised on the balance sheet for the 2013 and 2012 financial years, are as follows: (Euro)

	2013	2012
Liabilities for benefits	(1,790,581)	(1,766,755)
Fair value of fund assets	2,078,996	2,040,368
NET ASSETS/ (LIABILITIES) RECORDED	288,415	273,613

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

trabalhadores, nos termos do plano de pensões estabelecido no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefício definido.

Em 23 de Dezembro de 2011, com a assinatura do novo CCT, o plano de benefícios de reforma do anterior CCT foi alterado, passando o mesmo para um plano de contribuição definida aplicável a todos os trabalhadores no activo.

Em resultado desta alteração, em 1 de Janeiro de 2012, o plano de benefício definido foi liquidado, e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 transferido para um plano de contribuição única, financiado pelo fundo de pensões existente.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por um Fundo de Pensões “Fundo de Pensões Lusitania Vida”, que em sequência das alterações acima mencionadas decorrentes do novo CCT, inclui actualmente os seguintes planos:

Plano 1 - Plano de benefício definido para os participantes Administradores;

Plano 2 - Plano de contribuição definida para os participantes do fundo, correspondente às responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011, com garantia de capital.

Adicionalmente, a partir de 2012, a Companhia contribui para os Planos Individuais de Reforma de todos os trabalhadores (PIR).

Plano de benefícios definido

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2013.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS

	2013	2012
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re	Suisse Re
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	65 anos	65 anos

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

	2013	2012
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	3,5%	4,0%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	3,5%	4,0%
Taxa de Rendimento do Fundo	3,5%	4,0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,5%	2,5%
Taxa de Revalorização Salarial (Segurança Social)	2,5%	2,5%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,0%	2,0%

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

	2013	2012
Responsabilidades por benefícios	(1.790.581)	(1.766.755)
Justo valor dos activos do fundo	2.078.996	2.040.368
ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	288.415	273.613

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The increase in liabilities as at 31 December 2013 and 2012, is analysed as follows:

(Euro)

	2013	2012
LIABILITIES AS AT 1 JANUARY	(1,766,755)	(1,856,317)
Cost of current services	(70,670)	(72,461)
Actuarial gains/(losses)	46,844	158,820
Benefits paid by fund	-	3,203
LIABILITIES AS AT 31 DECEMBER	(1,790,581)	(1,766,755)

The Company's liabilities were calculated based on the average estimated duration of 10 years (2012: 11 years)

The difference in the value of the fund as at 31 December 2013 and 2012, is analysed as follows:

(Euro)

	2013	2012
BALANCE AS AT 1 JANUARY	2,040,368	1,908,078
Expected return on fund		
Expected return on assets	74,120	85,539
Actuarial gains/(losses)	(35,492)	49,954
Benefits paid by fund	-	(3,203)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	2,078,996	2,040,368

Actuarial gains and losses in 2013 and 2012, recognised under "Other comprehensive income", are analysed as follows:

(Euro)

	2013	2012
BALANCE AS AT 1 JANUARY	136,313	-
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	46,844	86,359
Actuarial gains/(losses) - Financial Assets of Fund	(35,492)	49,954
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	147,665	136,313

Net assets/(liabilities) are analysed as follows:

(Euro)

	2013	2012
BALANCE AS AT 1 JANUARY	273,613	51,229
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	46,844	86,359
Actuarial gains/(losses) - Financial Assets of Fund	(35,492)	50,486
(Cost)/gains on net interest on balance of liability cover	3,450	85,539
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	288,415	273,613

The amount recognised as a gain/(cost for the year rose to Euro 3,450 (2012: Euro 85,539).

Assets in the pensions fund are broken down as follows:

(Euro)

	Plan 1		Plan 2		Total	
	Amount	%	Amount	%	Amount	%
2013						
Fixed income securities	916,189	44.11%	294,127	96.22%	1,210,316	50.79%
Liquidity	1,161,007	55.89%	11,550	3.78%	1,172,557	49.21%
TOTAL FUND APPLICATIONS	2,077,196	100.00%	305,677	100.00%	2,382,873	100.00%
General debtors and creditors	1,800		-		1,801	
FINAL GLOBAL VALUE OF FUND	2,078,996		305,677		2,384,674	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue: (Euro)

	2013	2012
RESPONSABILIDADES EM 1 DE JANEIRO	(1.766.755)	(1.856.317)
Custo dos juros	(70.670)	(72.461)
Ganhos/(perdas) actuariais	46.844	158.820
Benefícios pagos pelo fundo	-	3.203
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO	(1.790.581)	(1.766.755)

As responsabilidades da Companhia foram calculadas com base numa duração média estimada de 10 anos (2012: 11 anos).

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisada como segue: (Euro)

	2013	2012
SALDO EM 1 DE JANEIRO	2.040.368	1.908.078
Retorno esperado do fundo		
Retorno esperado dos activos	74.120	85.539
Ganhos/(perdas) actuariais	(35.492)	49.954
Benefícios pagos pelo fundo	-	(3.203)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	2.078.996	2.040.368

Os ganhos e perdas actuariais em 2013 e 2012 reconhecidos em Outro rendimento integral são analisados como segue: (Euro)

	2013	2012
SALDO EM 1 DE JANEIRO	136.313	-
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	46.844	86.359
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	(35.492)	49.954
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	147.665	136.313

Os activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue: (Euro)

	2013	2012
SALDO EM 1 DE JANEIRO	273.613	51.229
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	46.844	86.359
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	(35.492)	50.486
(Custo)/proveito dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	3.450	85.539
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	288.415	273.613

O montante reconhecido como proveito/(custo) no exercício ascende a Euro 3.450 (2012: Euro 85.539).

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma: (Euro)

	Plano 1		Plano 2		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2013						
Títulos de rendimento fixo	916.189	44,11%	294.127	96,22%	1.210.316	50,79%
Liquidez	1.161.007	55,89%	11.550	3,78%	1.172.557	49,21%
TOTAL DAS APLICAÇÕES DO FUNDO	2.077.196	100,00%	305.677	100,00%	2.382.873	100,00%
Devedores e credores gerais	1.800		-		1.801	
VALOR GLOBAL FINAL DO FUNDO	2.078.996		305.677		2.384.674	

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

(Euro)

	Plan 1		Plan 2		Total	
	Amount	%	Amount	%	Amount	%
2012						
Fixed income securities	870,819	42.87%	289,364	97.31%	1,160,183	49.82%
Liquidity	1,160,595	57.13%	8,002	2.69%	1,168,597	50.18%
TOTAL FUND APPLICATIONS	2,031,414	100.00%	297,366	100.00%	2,328,780	100.00%
General debtors and creditors	8,954		-		8,954	
FINAL GLOBAL VALUE OF FUND	2,040,368		297,366		2,337,734	

On 31 December 2013, the Company did a joint sensitivity analysis on financial and demographic assumptions with most impact on determining its liabilities. Bearing in mind the differences in assumptions indicated below, re-estimated liabilities are shown as follows:

IMPACT OF CHANGES IN FINANCIAL ASSUMPTIONS

(Euro)

	- 0.25%	0.25%
Discount rate	1,836,745	1,746,189
Growth rate of salaries	1,790,581	1,790,581
Growth rate of pensions	1,751,745	1,830,718
Growth rate of social security pensions	1,792,703	1,788,686

IMPACT OF CHANGES IN FINANCIAL ASSUMPTIONS

(Euro)

	- 1 year	+ 1 year
Change in actuarial age	1,862,096	1,719,116

Defined contribution scheme

On 31 December 2013, relative to the defined contribution scheme (individual retirement plan), and in agreement with note 2.2. r), the Company recognised a cost of Euro 38,588 (2012: Euro 30,401).

Other long term benefits

On 31 December 2013 the Company calculated the current value of seniority premiums to be paid in future. As a result of this calculation, the sum of Euro 6,900 was recorded as a cost in profit and loss (2012: Euro 6,777).

18. CASH AND ITS EQUIVALENTS AND CALL DEPOSITS

On 31 December 2013 this heading included the sum of Euro 1,199,374 (2012: Euro 493,958) for cash and the sum of Euro 6,584,808 (2012: Euro 3,187,362) for bank deposits.

19. INVESTMENTS IN AFFILIATES, ASSOCIATES AND JOINT UNDERTAKINGS

On 23 December 2011 Lusitania Vida acquired 84,000 shares in the property management company Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, becoming the sole shareholder in this company. The holding was purchased for Euro 3,393,801, the value for which it was registered on 31 December 2013.

As mentioned in accounting policies, Lusitania Vida did an analysis on the recoverable value of this holding and concluded that there were no losses due to impairment that should be recognised.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Plano 1		Plano 2		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2012						
Títulos de rendimento fixo	870.819	42,87%	289.364	97,31%	1.160.183	49,82%
Liquidez	1.160.595	57,13%	8.002	2,69%	1.168.597	50,18%
TOTAL DAS APLICAÇÕES DO FUNDO	2.031.414	100,00%	297.366	100,00%	2.328.780	100,00%
Devedores e credores gerais	8.954		-		8.954	
VALOR GLOBAL FINAL DO FUNDO	2.040.368		297.366		2.337.734	

À data de 31 de Dezembro de 2013, a Companhia procedeu a um conjunto de análises de sensibilidade sobre os pressupostos financeiros e demográficos com maior impacto na determinação das suas responsabilidades. Tendo em conta as variações dos pressupostos abaixo indicadas, as responsabilidades recalculadas apresentam-se como segue:

IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DOS PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

(Euro)

	- 0,25%	0,25%
Taxa de desconto	1.836.745	1.746.189
Taxa de crescimento dos salários	1.790.581	1.790.581
Taxa de crescimento das pensões	1.751.745	1.830.718
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	1.792.703	1.788.686

IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DE PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS

(Euro)

	- 1 ano	+ 1 ano
Alteração idade actuarial	1.862.096	1.719.116

Plano de contribuição definida

A 31 de Dezembro de 2013, relativamente ao plano de contribuição definida (PIR), e de acordo com o referido na nota 2.2 r), a Companhia reconheceu um custo no montante de Euro 38.588 (2012: Euro 30.401).

Outros benefícios de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2013 a Companhia calculou o valor actual dos prémios de permanência a liquidar no futuro. Em resultado deste cálculo, foi registado em resultados um custo no montante de Euro 6.900 (2012: Euro 6.777).

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica inclui o montante de Euro 1.199.374 (2012: Euro 493.958) relativo a caixa e o montante de Euro 6.584.808 (2012: Euro 3.187.362) relativo a depósitos bancários.

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 23 de Dezembro de 2011 a Lusitania Vida adquiriu 84.000 acções da Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, passando a deter a totalidade do capital desta sociedade. O custo de aquisição desta participação foi de Euro 3.393.801, valor pelo qual a mesma se encontra registada à data de 31 de Dezembro de 2013.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Lusitania Vida efectuou uma análise do valor recuperável desta participação, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

20. FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

The balance under this heading on 31 December 2013 and 2012 is as follows:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE IN PROFIT AND LOSS

(Euro)

	2013			2012		
	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value
Bonds from other issuers	2,958,314	(319,353)	2,638,961	3,205,814	(523,352)	2,682,462
TOTAL	2,958,314	(319,353)	2,638,961	3,205,814	(523,352)	2,682,462
Of which: Level 1	1,462,064	(301,548)	1,160,516	1,462,064	(486,370)	975,694
Level 2	1,496,250	(17,805)	1,478,445	1,743,750	(36,982)	1,706,768
Level 3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2,958,314	(319,353)	2,638,961	3,205,814	(523,352)	2,682,462

As stipulated in IFRS 13, financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or supplied by “providers”;

Level 2 - valued using evaluation models, backed by observable market variables;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, these having a significant weight in the valuation obtained.

21. FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

The balance under this heading on 31 December 2013 and 2012 is analysed below:

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

	Depreciated Cost or Acquisition Cost in the case of Shares and other Fluctuating Income Securities	Revaluation reserve for adjustments to fair value	Impairment	Fair Value	Interest	Book Value
Bonds and other fixed income securities						
From public issuers	68,476,255	6,949,707	-	75,425,962	1,493,360	76,919,322
From other issuers	246,911,867	16,900,008	(723,719)	263,088,156	5,931,410	269,019,566
Shares	5,539,760	(928,685)	-	4,611,075	66,510	4,677,585
Other fluctuating income securities	942,850	48,196	-	991,046	-	991,046
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2012	321,870,732	22,969,226	(723,719)	344,116,239	7,491,280	351,607,519
Bonds and other fixed income securities						
From public issuers	61,061,661	5,014,579	-	66,076,240	1,468,872	67,545,112
From other issuers	283,571,382	12,468,732	-	296,040,114	6,986,829	303,026,943
Shares	7,276,439	156,877	-	7,433,316	66,432	7,499,748
Other fluctuating income securities	930,131	2,369	-	932,500	-	932,500
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2013	352,839,613	17,642,557	-	370,482,170	8,522,133	379,004,303

Of which:

BOOK VALUE

(Euro)

	2013	2012
Level 1	330,039,369	331,301,610
Level 2	48,964,934	20,305,909
Level 3	-	-
	379,004,303	351,607,519

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

	2013			2012		
	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço
Obrigações de outros emissores	2.958.314	(319.353)	2.638.961	3.205.814	(523.352)	2.682.462
TOTAL	2.958.314	(319.353)	2.638.961	3.205.814	(523.352)	2.682.462
Dos quais:						
Nível 1	1.462.064	(301.548)	1.160.516	1.462.064	(486.370)	975.694
Nível 2	1.496.250	(17.805)	1.478.445	1.743.750	(36.982)	1.706.768
Nível 3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.958.314	(319.353)	2.638.961	3.205.814	(523.352)	2.682.462

De acordo com o IFRS 13, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers”;

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo as mesmas um peso significativo na valorização obtida.

21. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

	Custo Amortizado ou Custo de Aquisição no caso de Acções e outros Títulos de Rendimento Variável	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Imparidade	Justo Valor	Juro Decorrido	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	68.476.255	6.949.707	-	75.425.962	1.493.360	76.919.322
De outros emissores	246.911.867	16.900.008	(723.719)	263.088.156	5.931.410	269.019.566
Acções	5.539.760	(928.685)	-	4.611.075	66.510	4.677.585
Outros títulos de rendimento variável	942.850	48.196	-	991.046	-	991.046
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	321.870.732	22.969.226	(723.719)	344.116.239	7.491.280	351.607.519
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	61.061.661	5.014.579	-	66.076.240	1.468.872	67.545.112
De outros emissores	283.571.382	12.468.732	-	296.040.114	6.986.829	303.026.943
Acções	7.276.439	156.877	-	7.433.316	66.432	7.499.748
Outros títulos de rendimento variável	930.131	2.369	-	932.500	-	932.500
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	352.839.613	17.642.557	-	370.482.170	8.522.133	379.004.303

Dos quais:

VALOR DE BALANÇO

(Euro)

	2013	2012
Nível 1	330.039.369	331.301.610
Nível 2	48.964.934	20.305.909
Nível 3	-	-
	379.004.303	351.607.519

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

As stipulated in IFRS 13, financial assets available for sale may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or supplied by “providers”;

Level 2 - valued using evaluation models, supported by observable market variables;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, these having a significant weight in the valuation obtained.

As at 31 December 2013, the breakdown of financial assets available for sale, per type of asset and respective level of valuation, are shown as follows:

(Euro)

	Level 1	Level 2	Level 3	Total
2013				
Bonds and other fixed income securities				
Public issuers	67,545,112	-	-	67,545,112
Other issuers	257,595,026	45,431,917	-	303,026,943
Shares	3,966,731	3,533,017	-	7,499,748
Other fluctuating income securities	932,500	-	-	932,500
	330,039,369	48,964,934	-	379,004,303

22. LOANS GRANTED AND RECEIVABLES

Loans granted and receivables amounting to Euro 28,235,761 (2012: Euro 16,506,516) refer to total term deposits.

23. INVESTMENTS HELD TO MATURITY

In 2011 Lusitania Vida reclassified securities in the financial assets available for sale category to the category of investments held to maturity, as in the criteria referred to in note 2.2. e).

Assets classified in this category are as shown below:

(Euro)

	31 December 2013			On Date of Transfer				
	Book Value	Market Value	Fair** Value Reserve Amortized	Nominal Value	Acquisition Value	Book Value	Fair Value Reserve Amortized	Effective* Rate
Bonds and other fixed income securities								
Public issuers	46,738,791	49,387,921	(1,095,911)	53,873,998	50,343,317	45,702,016	(3,434,641)	6.30%
Other issuers	49,510,395	51,850,927	(3,150,734)	52,700,000	52,816,552	45,337,482	(7,251,110)	7.58%
	96,249,186	101,238,848	(4,246,645)	106,573,998	103,159,869	91,039,498	(10,685,751)	
	31 December 2012							
Bonds and other fixed income securities								
Public issuers	49,299,686	50,335,898	(706,569)					
Other issuers	48,370,948	49,450,497	(2,017,244)					
	97,670,634	99,786,395	(2,723,813)					

* The effective rate was calculated based on forward rates arising from the income curve at the transfer rate; the maturity considered is the minimum between the call date, when applicable, and the maturity date of the asset;

** The amount in the fair value reserve amortized during the 2013 financial year was Euro 1,522,833 (2012: Euro 1,414,218).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o IFRS 13, os activos financeiros disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers”;

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo as mesmas um peso significativo na valorização obtida.

À data de 31 de Dezembro de 2013, a desagregação dos activos financeiros disponíveis para venda, por tipo de activo e respectivo nível de valorização podem ser ainda apresentados como segue: (Euro)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
2013				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	67.545.112	-	-	67.545.112
De emissores privados	257.595.026	45.431.917	-	303.026.943
Acções	3.966.731	3.533.017	-	7.499.748
Outros títulos de rendimento variável	932.500	-	-	932.500
	330.039.369	48.964.934	-	379.004.303

22. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Os empréstimos concedidos e contas a receber no montante de Euro 28.235.761 (2012: Euro 16.506.516) respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

23. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Durante o exercício de 2011, a Lusitania Vida procedeu à reclassificação de títulos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os critérios mencionados na nota 2.2 e).

Os activos classificados nesta categoria, apresentam-se como segue: (Euro)

	31 Dezembro 2013			Na Data da Transferência				
	Valor de Balanço	Valor de Mercado	Reserva** de Justo Valor Amortizada	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor Amortizada	Taxa* Efectiva
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	46.738.791	49.387.921	(1.095.911)	53.873.998	50.343.317	45.702.016	(3.434.641)	6,30%
De emissores privados	49.510.395	51.850.927	(3.150.734)	52.700.000	52.816.552	45.337.482	(7.251.110)	7,58%
	96.249.186	101.238.848	(4.246.645)	106.573.998	103.159.869	91.039.498	(10.685.751)	
	31 Dezembro 2012							
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	49.299.686	50.335.898	(706.569)					
De emissores privados	48.370.948	49.450.497	(2.017.244)					
	97.670.634	99.786.395	(2.723.813)					

* A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo;

** O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2013 foi de Euro 1.522.833 (2012: Euro 1.414.218).

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Had securities not been reclassified, the impact on the financial statements of Lusitania Vida would be the following:

	2013	2012	2011
Impact on fair value reserves	(994,902)	(5,784,239)	(36,233,817)
Fiscal effect	273,598	1,677,429	10,507,807
TOTAL	(721,304)	(4,106,810)	(25,726,010)

24. LAND AND BUILDINGS

The balance under Land and buildings for own use and the respective turnover during the financial year is as follows:

PROPERTY FOR OWN USE

(Euro)

	Opening balance	Additions of financial year	Closing balance
Purchase value	3,312,730	15,064	3,327,794
Accrued amortization	(403,821)	(75,681)	(479,502)
	2,908,909	60,617	2,848,292

The balance under the heading Income-earning Land and Buildings and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

INCOME-EARNING PROPERTY

(Euro)

	2013		2012	
	Purchase Value	Book Value	Purchase Value	Book Value
Opening balance	6,683,848	6,296,074	6,519,173	7,194,700
Acquisitions	26,198	26,198	164,675	164,675
Changes to fair value	-	-	-	(1,063,301)
	6,710,046	6,322,272	6,683,848	6,296,074

25. OTHER TANGIBLE ASSETS

The balance under the heading "Other tangible assets" and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

(Euro)

	Opening Balance				Depreciation and Impairment		Closing Bal.
	Gross Value	Deprec. & Impairm.	Acquisitions	Sell-offs	Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2013							
TANGIBLE ASSETS							
Administrative equipment	134,958	131,430	-	-	1,721	-	1,807
Machinery and apparatus	192,574	166,929	-	-	6,853	-	18,792
Data processing equipment	1,128,559	1,095,111	2,073	-	28,854	-	6,667
Fittings and furnishing	34,123	29,958	-	-	1,221	-	2,944
Transport material	220,767	191,687	39,633	34,550	31,381	34,550	37,332
Other equipment	6,378	6,378	-	-	-	-	-
Art collection	4,555	-	-	-	-	-	4,555
	1,721,914	1,621,493	41,706	34,550	70,030	34,550	72,097

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Lusitania Vida seria o seguinte:

	2013	2012	2011
Impacto em reservas de justo valor	(994.902)	(5.784.239)	(36.233.817)
Efeito fiscal	273.598	1.677.429	10.507.807
TOTAL	(721.304)	(4.106.810)	(25.726.010)

24. TERRENOS E EDIFÍCIOS

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de uso próprio e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

(Euro)

	Saldo Inicial	Adições do Exercício	Saldo Final
Valor de aquisição	3.312.730	15.064	3.327.794
Amortizações acumuladas	(403.821)	(75.681)	(479.502)
	2.908.909	60.617	2.848.292

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de rendimento e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE RENDIMENTO

(Euro)

	2013		2012	
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Saldo inicial	6.683.848	6.296.074	6.519.173	7.194.700
Aquisições	26.198	26.198	164.675	164.675
Alterações de justo valor	-	-	-	(1.063.301)
	6.710.046	6.322.272	6.683.848	6.296.074

25. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O saldo da rubrica de Outros activos tangíveis e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisadas como segue:

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo final Valor Líq. de Balanço
	Valor Bruto	Deprec. e Imparid.			Reforço	Regulariz.	
2013							
ACTIVOS TANGÍVEIS							
Equipamento administrativo	134.958	131.430	-	-	1.721	-	1.807
Máquinas e ferramentas	192.574	166.929	-	-	6.853	-	18.792
Equipamento informático	1.128.559	1.095.111	2.073	-	28.854	-	6.667
Instalações interiores	34.123	29.958	-	-	1.221	-	2.944
Material de transporte	220.767	191.687	39.633	34.550	31.381	34.550	37.332
Outro equipamento	6.378	6.378	-	-	-	-	-
Património artístico	4.555	-	-	-	-	-	4.555
	1.721.914	1.621.493	41.706	34.550	70.030	34.550	72.097

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

(Euro)

	Opening Balance		Acquisitions	Sell-offs	Depreciation and Impairment		Closing Bal.
	Gross Value	Deprec. & Impairm.			Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2012							
TANGIBLE ASSETS							
Administrative equipment	134,958	129,681	-	-	1,749	-	3,528
Machinery and apparatus	192,574	160,076	-	-	6,853	-	25,645
Data processing equipment	1,112,709	1,062,158	15,850	-	32,953	-	33,448
Fittings and furnishing	34,123	28,737	-	-	1,221	-	4,165
Transport material	220,767	170,214	-	-	21,473	-	29,080
Other equipment	6,378	6,378	-	-	-	-	-
Art collection	4,775,347	-	-	4,770,792	-	-	4,555
	6,476,856	1,557,244	15,850	4,770,792	64,249	-	100,421

26. TECHNICAL PROVISIONS FOR DIRECT INSURANCE AND OUTWARD REINSURANCE

Technical provisions for direct insurance and ceded reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2013				2012			
	Direct Insurance		Outward Reinsurance	Total	Direct Insurance		Outward Reinsurance	Total
	Risk Insurance	Capitalis. Insurance	Risk Insurance		Risk Insurance	Capitalis. Insurance	Risk Insurance	
Mathematical provision	4,191,835	151,644,685	(314,825)	155,521,695	4,369,218	137,825,343	(355,853)	141,838,708
Claims provision	16,667,044	1,970,579	(9,501,522)	9,136,101	16,144,440	1,790,472	(9,359,394)	8,575,518
Profit-sharing provision	-	11,528,564	(1,341,339)	10,187,225	-	12,246,173	(1,273,553)	10,972,620
TOTAL	20,858,879	165,143,828	(11,157,686)	174,845,021	20,513,658	151,861,988	(10,988,800)	161,386,846

As stipulated in IFRS 4, insurance contracts written by the Company in which only a financial risk is transferred, and with no discretionary profit sharing, are classified as investment contracts.

The claims provision for direct insurance covers claims made and still not paid on the date of the balance sheet, and include a provision estimated at Euro 1,179,766 (2012: Euro 1,155,785) for claims made by the end of the year and not yet reported (IBNR).

The profit sharing provision is for (i) amounts attributed to policyholders or to the beneficiaries of insurance contracts in the form of profit sharing, that have not yet been distributed or incorporated in the mathematical provision and (ii) amounts to be attributed associated with non-realised gains from financial assets available for sale associated with products accompanied by profit sharing, as referred to in note 2.2 b).

Turnover in the year for attributed profit sharing in results is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS ATTRIBUTED

(Euro)

		2013	2012
OPENING BALANCE		6,348,413	5,664,723
Share distributed	- through mathematical provision	1,187,601	688,363
	- in cash	290,379	83,027
TOTAL		1,477,980	771,390
Share distributed	- through profit & loss for the year	1,654,949	1,455,080
TOTAL		1,654,949	1,455,080
CLOSING BALANCE		6,525,382	6,348,413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo final
	Valor Bruto	Deprec. e Imparid.			Reforço	Regulariz.	
2012							
ACTIVOS TANGÍVEIS							
Equipamento administrativo	134.958	129.681	-	-	1.749	-	3.528
Máquinas e ferramentas	192.574	160.076	-	-	6.853	-	25.645
Equipamento informático	1.112.709	1.062.158	15.850	-	32.953	-	33.448
Instalações interiores	34.123	28.737	-	-	1.221	-	4.165
Material de transporte	220.767	170.214	-	-	21.473	-	29.080
Outro equipamento	6.378	6.378	-	-	-	-	-
Património artístico	4.775.347	-	-	4.770.792	-	-	4.555
	6.476.856	1.557.244	15.850	4.770.792	64.249	-	100.421

26. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido decompõem-se como segue:

(Euro)

	2013				2012			
	Seguro Directo		Resseguro	Total Líquido	Seguro Directo		Resseguro	Total Líquido
	Seguros de Risco	Seguros de Capitaliz.	Seguros de Risco		Seguros de Risco	Seguros de Capitaliz.	Seguros de Risco	
Provisão Matemática	4.191.835	151.644.685	(314.825)	155.521.695	4.369.218	137.825.343	(355.853)	141.838.708
Provisão para sinistros	16.667.044	1.970.579	(9.501.522)	9.136.101	16.144.440	1.790.472	(9.359.394)	8.575.518
Provisão para participação nos resultados	-	11.528.564	(1.341.339)	10.187.225	-	12.246.173	(1.273.553)	10.972.620
TOTAL	20.858.879	165.143.828	(11.157.686)	174.845.021	20.513.658	151.861.988	(10.988.800)	161.386.846

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para sinistros de seguro directo corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 1.179.766 (2012: Euro 1.155.785) relativo aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para participação nos resultados corresponde (i) aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática e (ii) aos montantes a atribuir associados às mais-valias não realizadas de activos financeiros disponíveis para venda afectos a produtos com participação nos resultados, de acordo com o referido na nota 2.2 b).

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

(Euro)

		2013	2012
SALDO INICIAL		6.348.413	5.664.723
Participação Distribuída	- por provisão matemática	1.187.601	688.363
	- em numerário	290.379	83.027
TOTAL		1.477.980	771.390
Participação Atribuída	- por resultados do exercício	1.654.949	1.455.080
TOTAL		1.654.949	1.455.080
SALDO FINAL		6.525.382	6.348.413

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Turnover in the year for attributed profit sharing is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS TO BE ATTRIBUTED

(Euro)

	2013	2012
PROVISION AT START OF YEAR	5,897,761	49,469
Increases (+)/Reductions (-)	(894,579)	5,848,292
PROVISION AT CLOSE OF YEAR	5,003,182	5,897,761

As laid down in contractual regulations and legislation in force, profit sharing was estimated for all products and/or per policy, when applicable.

27. OTHER DEBTORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance of this heading is as follows:

ACCOUNTS RECEIVABLE

(Euro)

	2013	2012
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM OTHER INSURANCE OPERATIONS		
Accounts receivable - Policyholders	502,590	525,230
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM REINSURANCE OPERATIONS		
Other reinsurers	132,945	558,938
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM OTHER OPERATIONS		
Other	127,376	3,585
Sub-total	762,911	1,087,753
ADJUSTMENTS	(104,591)	(92,257)
TOTAL	658,320	995,496

The accounts receivable balance reflects the value of premium receipts processed but not paid by policyholders. As at 31 December 2013 and 2012, the heading 'Adjustments' refers entirely to the provision for receipts awaiting payment.

28. ASSETS AND LIABILITIES FROM TAXATION

The Company determined tax payable for the year based on a tax rate of 29.5% (including the nominal tax rate of 25% and other taxes). In addition, following the Government's approval of Law n° 83/2013 and Law n° 2/2014, to estimate deferred taxation for time differences between the date of closing the Balance Sheet, Lusitania Vida applied a tax rate of 27.5% (including the nominal tax of 23%, in force from 1 January 2014, and other taxes).

The Company's self-assessment declarations are subject to inspection and eventual adjustment by the tax authorities during a period of 4 years, which is extended to 6 years, should there be tax liabilities. Consequently, there may be additional tax payments due essentially to different interpretations of tax legislation. However, the Company's Administration is certain that there will be no additional payments of any significant value in the context of financial statements.

Tax assets and liabilities recognised on the balance sheet on 31 December 2013 and 2012 are as shown below:

(Euro)

	2013	2012
Current tax asset	674,079	-
Deferred tax asset	330,871	378,394
ASSETS FROM TAXATION	1,004,950	378,394
Current tax liabilities	(477,625)	(3,317,324)
Deferred tax liabilities	(1,552,545)	(2,479,210)
LIABILITIES FROM TAXATION	(2,030,170)	(5,796,534)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados a atribuir é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR

(Euro)

	2013	2012
SALDO INICIAL	5.897.761	49.469
Aumentos (+)/Diminuições (-)	(894.579)	5.848.292
SALDO FINAL	5.003.182	5.897.761

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável.

27. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

CONTAS A RECEBER

(Euro)

	2013	2012
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Contas em cobrança - Tomadores de seguro	502.590	525.230
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	132.945	558.938
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Diversos	127.376	3.585
Subtotal	762.911	1.087.753
AJUSTAMENTOS	(104.591)	(92.257)
TOTAL	658.320	995.496

O saldo das contas em cobrança reflecte o valor dos recibos de prémios processados embora ainda não liquidados por parte dos tomadores. À data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Ajustamentos respeita na totalidade à provisão para recibos por cobrar.

28. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia determinou a carga fiscal do exercício com base na taxa de imposto de 29,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto de 25% e derramas). Adicionalmente, no seguimento da aprovação governamental da Lei n.º 83/2013 de 9 de Dezembro e da Lei n.º 2/2014 de 16 de Janeiro, para cálculo dos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias existentes à data do Balanço, a Lusitania Vida aplicou uma taxa de imposto de 27,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto de 23%, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2014, e derramas).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

(Euro)

	2013	2012
Activos por impostos correntes	674.079	-
Activos por impostos diferidos	330.871	378.394
ACTIVOS POR IMPOSTOS	1.004.950	378.394
Passivos por impostos correntes	(477.625)	(3.317.324)
Passivos por impostos diferidos	(1.552.545)	(2.479.210)
PASSIVOS POR IMPOSTOS	(2.030.170)	(5.796.534)

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

(Euro)

	Assets		Liabilities		Net	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investment properties (Not allocated)	277,108	202,442	-	-	277,108	202,442
Financial assets (Allocated & no profit-sharing and Not allocated)	-	-	(1,549,812)	(2,396,980)	(1,549,812)	(2,396,980)
Impairment of financial assets (Allocated & no profit-sharing and Not allocated)	-	125,927	-	-	-	125,927
Post-employment benefits	-	-	-	(79,348)	-	(79,348)
Other	53,763	50,025	(2,733)	(2,882)	51,030	47,143
DEFERRED ASSET/LIABILITY TAXATION	330,871	378,394	(1,552,545)	(2,479,210)	(1,221,674)	(2,100,816)

The impact of tax on income in profit and loss and in reserves in the 2013 and 2012 financial years is analysed as follows:

(Euro)

	2013		2012	
	Recognised in profit & loss	Recognised in reserves	Recognised in profit & loss	Recognised in reserves
Investment properties (Not allocated)	74,666	-	118,610	-
Financial assets (Allocated with no profit-sharing and Not allocated)	(64,117)	911,285	7,804	(5,646,738)
Impairment of financial assets (Allocated with no profit-sharing and Not allocated)	(125,927)	-	80,801	-
Post-employment benefits	79,348	-	(64,850)	-
Transition adjustments ("PCES 2007") for profit & loss	-	-	84,755	-
for reserves	-	-	-	(391,876)
Other	3,887	-	(1,975)	-
DEFERRED ASSET/LIABILITY TAXATION	(32,143)	911,285	225,145	(6,038,614)
CURRENT TAXATION	(1,556,380)	13,277	(2,670,489)	(1,307,522)
TOTAL	(1,588,523)	924,562	(2,445,344)	(7,346,136)

Tax rate reconciliation is analysed below:

(Euro)

	2013	2012
Pre-tax result	7,360,236	7,603,243
Tax rate	29.5%	29.0%
Estimated tax based on tax rate	2,171,270	2,204,940
Self-assessment	21,570	24,772
Tax rate effect - additional excess	-	125,074
Elimination of double taxation-dividends	(130,071)	(17)
Other temporary differences	(474,246)	90,575
TOTAL	1,588,523	2,445,344

29. FINANCIAL LIABILITIES

The breakdown of financial liabilities is as follows:

(Euro)

FINANCIAL LIABILITIES	2013	2012
Financial liabilities of the component for insurance contract deposit and insurance contract operations considered for accounting purposes as investment contracts	275,237,200	244,757,594
Other financial liabilities		
Subordinated liabilities	10,000,000	10,000,000
Deposits received from reinsurers	9,906,537	9,831,557
TOTAL	295,143,737	264,589,151

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Activos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Propriedades de investimento (Não afectos)	277.108	202.442	-	-	277.108	202.442
Activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	-	-	(1.549.812)	(2.396.980)	(1.549.812)	(2.396.980)
Imparidade de activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	-	125.927	-	-	-	125.927
Benefícios pós-emprego	-	-	-	(79.348)	-	(79.348)
Outros	53.763	50.025	(2.733)	(2.882)	51.030	47.143
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)	330.871	378.394	(1.552.545)	(2.479.210)	(1.221.674)	(2.100.816)

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e nas reservas no exercício de 2013 e 2012 é analisado como segue:

(Euro)

	2013		2012	
	Reconhecido em Resultado	Reconhecido em Reservas	Reconhecido em Resultado	Reconhecido em Reservas
Propriedades de investimento (Não afectos)	74.666	-	118.610	-
Activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	(64.117)	911.285	7.804	(5.646.738)
Imparidade de activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	(125.927)	-	80.801	-
Benefícios pós-emprego	79.348	-	(64.850)	-
Ajustes transição novo ("PCES 2007")				
por resultados	-	-	84.755	-
por reservas	-	-	-	(391.876)
Outros	3.887	-	(1.975)	-
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)	(32.143)	911.285	225.145	(6.038.614)
IMPOSTOS CORRENTES	(1.556.380)	13.277	(2.670.489)	(1.307.522)
TOTAL	(1.588.523)	924.562	(2.445.344)	(7.346.136)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Euro)

	2013	2012
Resultado antes de impostos	7.360.236	7.603.243
Taxa de imposto	29,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.171.270	2.204.940
Tributação autónoma	21.570	24.772
Efeito da taxa de imposto - derramas adicionais	-	125.074
Eliminação de dupla tributação - dividendos	(130.071)	(17)
Outras diferenças	(474.246)	90.575
TOTAL	1.588.523	2.445.344

29. PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição dos passivos financeiros é como segue:

(Euro)

PASSIVOS FINANCEIROS	2013	2012
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	275.237.200	244.757.594
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados	10.000.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	9.906.537	9.831.557
TOTAL	295.143.737	264.589.151

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Financial liabilities for investment contracts are analysed as follows:

(Euro)

	2013	2012
Balance on 1 January	244,757,594	267,974,977
Inputs (net of commissions)	71,664,177	43,510,284
Amounts paid	49,731,550	69,320,664
Difference in profit & loss (technical interest)	(8,546,979)	(2,592,997)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	275,237,200	244,757,594

In 2013 and 2012, subordinated liabilities refer to a subordinated debenture loan, with no fixed timeframe and with an interest rate indexed to Euribor with added spread, which was underwritten by the following Montepio Group entities: (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 million Euro and (ii) Lusitania Companhia de Seguros SA (50%) - 5 million Euro.

On 31 December 2013, the fair value of this financial liability rose to Euro 7,801,000 (2012: Euro 7,730,000) (see note 37).

Deposits received from reinsurers refer to the amount of guarantees provided to reinsurers, as a result of accepting risks and receiving premiums from operations arising from outward reinsurance business.

30. OTHER CREDITORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance under this heading as at 31 December 2013 and 2012 is broken down as follows:

ACCOUNTS PAYABLE

(Euro)

	2013	2012
ACCOUNTS PAYABLE IN DIRECT INSURANCE OPERATIONS		
Returns payable - Policyholders	32,560	2,678
Insurance brokers	1,534,696	1,069,339
	1,567,256	1,072,017
ACCOUNTS PAYABLE IN OTHER REINSURANCE OPERATIONS		
Other reinsurers	439,685	621,094
	439,685	621,094
ACCOUNTS PAYABLE IN OTHER OPERATIONS		
Shareholders	242	843
Other entities	38,206	37,404
	38,448	38,247
TOTAL	2,045,389	1,731,358

Balances for "Brokers" current accounts are recorded under the heading "Insurance Brokers", notable among these being the broker Caixa Económica Montepio Geral at Euro 1,265,178 (2012: Euro 814,522).

31. CAPITAL, REVALUATION RESERVES, OTHER RESERVES AND RETAINED EARNINGS

Share capital

On 31 December 2013, the share capital of Lusitania Vida was fully underwritten and paid-in, represented by 800,000 nominal shares each with a nominal value of Euro 25.

Revaluation reserves

The fair value reserve is: (i) the accrued value of variations in the fair value of investments available for sale, as stipulated in the accounting policies described in note 2. 2 e), and (ii) net accrued losses on assets, reclassified to the category of investments held to maturity, on the date of reclassification, that will be amortized by the maturity of assets transferred (see note 23).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

(Euro)

	2013	2012
Saldo a 1 de Janeiro	244.757.594	267.974.977
Entradas (líquido de comissões)	71.664.177	43.510.284
Montantes Pagos	49.731.550	69.320.664
Varição de Ganhos e Perdas (Juro técnico)	(8.546.979)	(2.592.997)
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	275.237.200	244.757.594

Em 2013 e 2012, os passivos subordinados correspondem a um empréstimo obrigacionista subordinado, sem prazo fixo e com taxa de juro indexada à Euribor acrescida de um *spread*, o qual foi subscrito pelas seguintes entidades do Grupo Montepio (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 milhões de Euro e (ii) Lusitania Companhia de Seguros S.A. (50%) - 5 milhões de Euro.

À data de 31 de Dezembro de 2013, o justo valor deste passivo financeiro ascende a Euro 7.801.000 (2012: Euro 7.730.000) (ver nota 37).

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

30. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é desagregado da forma seguinte:

CONTAS A PAGAR

(Euro)

	2013	2012
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Estornos a pagar - Tomadores de seguro	32.560	2.678
Mediadores de seguros	1.534.696	1.069.339
	<u>1.567.256</u>	<u>1.072.017</u>
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	439.685	621.094
	<u>439.685</u>	<u>621.094</u>
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Accionistas	242	843
Outras entidades	38.206	37.404
	<u>38.448</u>	<u>38.247</u>
TOTAL	2.045.389	1.731.358

Na rubrica de Mediadores de seguros estão registados os saldos das contas de efectivo (contas correntes) dos mediadores, onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euro 1.265.178 (2012: Euro 814.522).

31. CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da Lusitania Vida encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 800.000 acções nominativas com o valor nominal de Euro 25 cada.

Reservas de Reavaliação

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2 e), e (ii) as perdas líquidas acumuladas dos activos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos activos transferidos (ver nota 23).

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Turnover in the fair value reserve for financial assets classified as available for sale, in 2013 and 2012, are analysed as follows:

	2013	2012
Balance on 1 January	22,969,226	(6,980,572)
Revaluation	(4,715,561)	30,881,014
Sales	(611,108)	(931,216)
BALANCE ON 31 DECEMBER	17,642,557	22,969,226

Details of the fair value reserve for financial assets classified as available for sale, in 2013 and 2012, are shown below:

	2013	2012
Amortized cost	352,839,613	321,870,732
Impairment	-	(723,719)
Amortized cost, net of impairment	352,839,613	321,147,013
Fair value	370,482,170	344,116,239
Non-realised gains/(losses) recognised in fair value reserve	17,642,557	22,969,226
Shadow accounting	(5,003,182)	(5,897,760)
FAIR VALUE RESERVE FOR FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE	12,639,375	17,071,466
FAIR VALUE RESERVE FOR ASSETS HELD TO MATURITY	(6,439,105)	(7,961,938)
FAIR VALUE RESERVE, GROSS	6,200,270	9,109,528
TAXATION RESERVE	(1,794,691)	(2,719,253)
FAIR VALUE RESERVE, NET	4,405,579	6.390.275

Reserve for deferred and current taxation

The reserve for deferred and current taxation covers the turnover for taxation resulting from time differences recognised under equity, determined according to the criteria described in note 2.2 s). In addition, and as laid down in tax legislation in force, bearing in mind that non-realised gains/losses on financial assets allocated to portfolios with discretionary profit sharing are taxable, the current tax associated with these fluctuations in fair value is also recognised in this reserve.

Legal reserve

As laid down in Portuguese legislation, Lusitania Vida must set up a legal reserve of at least 10% on the net annual profit, until this reaches a minimum value of 100% of the value of equity capital.

Profit and loss per share

Profit per share is as follows:

	2013	2012
PROFIT FOR DISTRIBUTION		
Profit distributable to holders of ordinary equity capital (numerator)	5,771,713	5,157,899
Average weighted number of ordinary shares in circulation (denominator)	800,000	800,000
Profit per basic share	7.21	6.45

Dividends per share

In 2013 Euro 2,200,000 worth of dividends was distributed from the profit of 2012 (2012: Euro 2,200,000 worth of dividends from 2011 profit), that is, a dividend per share of Euro 3.00 (2012: Euro 2.75).

For the financial year ending at 31 December 2013, the Board of Directors will suggest to the General Meeting that dividends be distributed to shareholders for the sum of Euro 4,000,000, that is, a dividend of Euro 5.00 per share.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os movimentos na reserva de justo de activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, em 2013 e 2012, são analisados como segue:

	2013	2012
Saldo a 1 de Janeiro	22.969.226	(6.980.572)
Reavaliações	(4.715.561)	30.881.014
Vendas	(611.108)	(931.216)
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	17.642.557	22.969.226

A reserva de justo de activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, em 2013 e 2012, pode ser detalhada como segue:

	2013	2012
Custo amortizado	352.839.613	321.870.732
Imparidade	-	(723.719)
Custo amortizado	352.839.613	321.147.013
Justo valor	370.482.170	344.116.239
Ganhos/(perdas) não realizados reconhecidos na reserva do justo valor	17.642.557	22.969.226
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(5.003.182)	(5.897.760)
RESERVA DE JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	12.639.375	17.071.466
RESERVA DE JUSTO VALOR DE ACTIVOS A DETER ATÉ À MATURIDADE	(6.439.105)	(7.961.938)
RESERVA DE JUSTO VALOR, BRUTA	6.200.270	9.109.528
RESERVA DE IMPOSTOS	(1.794.691)	(2.719.253)
RESERVA DE JUSTO VALOR, LÍQUIDA	4.405.579	6.390.275

Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota 2.2 s). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a activos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Lusitania Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do capital social.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são os seguintes:

	2013	2012
LUCRO ATRIBUÍVEL		
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	5.771.713	5.157.899
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)	800.000	800.000
Resultado por acção básico	7,21	6,45

Dividendos por acção

Durante o exercício de 2013 foram distribuídos Euro 2.400.000 de dividendos respeitantes ao resultado de 2012 (2012: Euro 2.200.000 de dividendos respeitantes ao resultado de 2011), ou seja, um dividendo por acção de Euro 3,00 (2012: Euro 2,75).

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-geral, a distribuição de dividendos aos detentores de capital no montante de Euro 4.000.000, ou seja, um dividendo por acção de Euro 5,00.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

32. TRADING BETWEEN RELATED PARTIES

The Company's parent company is Associação Mutualista Montepio Geral and shareholders with more than a 5% holding in Share Capital are listed below:

COMPANY

	2013	2012
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	99,790%	-
Associação Mutualista Montepio Geral	-	41.112%
Caixa Económica Montepio Geral	-	39.342%
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	-	13.776%
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	5.561%

At the close of the 2013 financial year, the Associação Mutualista Montepio Geral reorganised its financial holdings in the insurance and pension funds sectors. Within this context, Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. was incorporated to manage the corporate holdings of these same sectors. Controlled by the Associação Mutualista Montepio Geral, this new company acquired a holding in Lusitania Vida after the previous shareholders.

The Company trades with related entities in terms the same as those prevailing on similar trading markets, when applicable.

As at 31 December 2013 and 2012, the amount of assets, liabilities, income and spending relative to trading with related parties is summarised as follows:

RELATED PARTY

(Euro)

	Asset	Liability	Costs	Income	Dividends Paid
2013					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5,011,676	132,791	-	986,679
Caixa Económica Montepio Geral	65,637,504	1,281,468	5,362,920	3,086,706	944,208
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	2,900,001	1	-	-	-
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	14,314,457	5,011,917	183,659	696,168	330,612
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11,275	133,467
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130,456	-	17,808	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3,393,801	-	-	129,960	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	13,733	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6,799	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	3,499,745	-	-	1,833	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5,002	-	-	-	-
Leacock Seguros, Lda.	-	-	-	-	-
TOTAL	89,881,066	11,305,062	5,697,178	3,946,474	2,394,966
2012					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5,011,769	132,026	-	904,456
Caixa Económica Montepio Geral	22,126,880	816,662	4,685,859	1,785,303	865,524
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	-
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19,673,750	5,011,769	181,668	833,644	303,061
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	13,522	122,345
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130,456	-	17,220	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3,393,801	-	-	-	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	8,477	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6,706	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496,602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5,002	-	-	-	-
Leacock Seguros, Lda.	-	5	1,262	20,884	-
TOTAL	45,826,591	10,840,205	5,018,035	2,668,536	2,195,386

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

32. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Lusitania Vida é detida pela Montepio Seguros S.G.P.S., S.A., sendo os accionistas com mais de 5% do Capital Social discriminados como segue:

EMPRESA

	2013	2012
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	99,790%	-
Associação Mutualista Montepio Geral	-	41,112%
Caixa Económica Montepio Geral	-	39,342%
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	-	13,776%
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	5,561%

No final do exercício de 2013, a Associação Mutualista Montepio Geral, procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objectivo de gerir participações sociais dos sectores acima referidos. Esta sociedade controlada pela Associação Mutualista Montepio Geral, adquiriu posteriormente aos anteriores accionistas a participação na Lusitania Vida.

A Companhia realiza várias transacções com entidades relacionadas, efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares, quando aplicável.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se da seguinte forma:

PARTE RELACIONADA

(Euro)

	Activo	Passivo	Gastos	Rendimentos	Dividendos Pagos
2013					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5.011.676	132.791	-	986.679
Caixa Económica Montepio Geral	65.637.504	1.281.468	5.362.920	3.086.706	944.208
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	2.900.001	1	-	-	-
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	14.314.457	5.011.917	183.659	696.168	330.612
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11.275	133.467
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	-	17.808	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.393.801	-	-	129.960	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	13.733	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6.799	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	3.499.745	-	-	1.833	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	-	-	-	-
Leacock Seguros, Lda.	-	-	-	-	-
TOTAL	89.881.066	11.305.062	5.697.178	3.946.474	2.394.966
2012					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5.011.769	132.026	-	904.456
Caixa Económica Montepio Geral	22.126.880	816.662	4.685.859	1.785.303	865.524
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	-
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19.673.750	5.011.769	181.668	833.644	303.061
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	13.522	122.345
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	-	17.220	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.393.801	-	-	-	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	8.477	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6.706	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	-	-	-	-
Leacock Seguros, Lda.	-	5	1.262	20.884	-
TOTAL	45.826.591	10.840.205	5.018.035	2.668.536	2.195.386

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

33. CONTINGENCY LIABILITIES**Contingency liabilities**

The Company is involved in judicial proceedings in Portugal related to action taken by the Company and against the Company, in cases related to the normal running of its business as an insurance company, employer and tax payer. Estimating or forecasting the final outcome of judicial proceedings underway is not feasible. However, the Company's Board of Directors is certain, with due reservations, that the outcome of judicial proceedings underway is unlikely to have any adverse material effect on the Company's financial statements.

Guarantees

As at 31 December 2013 there were no bank guarantees.

Commitments

The Company has several operational leasing contracts for vehicles. Payments made under these leasing contracts are recognised in profit and loss during the leasing period. Future minimum payments for non-redeemable operational leasing contracts are the following:

OPERATIONAL LEASING CONTRACTS

	2013	2012
Number of contracts in force on 31 December	3	3
Global value of contracts	84,335	84,335
Future obligations up to 1 year	21,084	21,084
Future obligations 1 - 5 years	8,196	29,279

34. EXTRA ASSET COMPONENTS

Assets in pension funds managed by the Company are as follows:

PENSION FUNDS

(Euro)

	Balance at 31-Dec-2013	Balance at 31-Dec-2012	Variation 2013/2012
ETE Pension Funds	3,810,252	3,798,359	11,892
Lusitania Pension Funds	7,021,772	9,750,765	(2,728,993)
Johnson & Johnson Pension Funds	6,048,290	5,923,810	124,480
Lusitania Vida Pension Funds	2,384,673	2,330,529	54,145
Lusomedicamenta Pension Funds	2,245,614	2,025,090	220,524
TOTAL	21,510,601	23,828,553	(2,317,952)

35. RISK MANAGEMENT

The aim of risk management is to identify, quantify, qualify and control the different risks of the Company's business and to adopt management policies and processes to optimise capital and create wealth.

Lusitania Vida has been gradually adopting methods that will identify, quantify, qualify and control the different risks of the Company's business, using management policies and processes.

With regard to the risk resulting from insurance contracts, Lusitania Vida has set up within its organisational structure the necessary competencies for decision-making bodies, namely technical skills for underwriting policies, pricing, reinsurance and setting up provisions. The control mechanisms for risks associated with these processes are defined in the company's internal control model and are subject to regular review by the Steering Committee of Lusitania Vida, and are monitored and audited.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

33. PASSIVOS CONTINGENTES**Passivos contingentes**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto Companhia de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2013 não existem garantias bancárias.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL

	2013	2012
Número de contratos em vigor em 31 de Dezembro	3	3
Valor global dos contratos	84.335	84.335
Obrigações futuras até 1 ano	21.084	21.084
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	8.196	29.279

34. ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

O valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela Companhia são decomposto como segue:

FUNDO DE PENSÕES

(Euro)

	Saldo em 31-Dez-2013	Saldo em 31-Dez-2012	Variação 2013/2012
Fundo de Pensões ETE	3.810.252	3.798.359	11.892
Fundo de Pensões Lusitania	7.021.772	9.750.765	(2.728.993)
Fundo de Pensões Johnson & Johnson	6.048.290	5.923.810	124.480
Fundo de Pensões Lusitania Vida	2.384.673	2.330.529	54.145
Fundo de Pensões Lusomedicamenta	2.245.614	2.025.090	220.524
TOTAL	21.510.601	23.828.553	(2.317.952)

35. GESTÃO DOS RISCOS

A gestão de riscos tem como objectivo a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia e adoptar políticas e processos de gestão que permitam otimizar o capital e criar valor.

A Lusitania Vida tem vindo progressivamente a adoptar metodologias que visam a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia, por intermédio de políticas e processos de gestão.

No que concerne aos riscos resultantes de contratos de seguro, a Lusitania Vida tem estabelecido na sua estrutura organizacional as devidas competências relativas aos órgãos de decisão, nomeadamente, competência técnica no que respeita à subscrição de apólices, tarifação, resseguro e provisionamento. Os mecanismos de controlo dos riscos associados a estes processos são definidos no modelo de controlo interno da companhia, são sujeitos a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção da Lusitania Vida e monitorização a cargo da auditoria.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

35.1. SPECIFIC INSURANCE RISKS

Specific Insurance Risks are those underlying the sale of insurance contracts and are the following:

Mortality risk: risk of rise in real mortality compared with planned mortality;

Longevity risk: risk of reducing real mortality compared with planned mortality;

Expenditure risk: risk of a rise in expenditure compared with planned expenditure;

Invalidity risk: risk of a rise in invalidity compared to planned invalidity;

Disaster risk: risk of losses in a relevant, unexpected disaster;

Lack of continuity risk: risk of losses in the event of cash-surrender or the unexpected cancellation of insurance contracts.

At six-monthly intervals Lusitania Vida calculates the Market Consistent Embedded Value, in which analyses establish the following stress tests for insurance contracts:

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2013					
Current portfolio value	5,847,399	468,857	1,195,592	6,794,667	14,306,514
Mortality +15%	154,926	699,482	(674,444)	(7,123,743)	(6,943,779)
Costs +10%	(507,933)	(30,224)	(104,401)	(74,341)	(716,899)
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1,978,725	-	45,619	(1,398,045)	626,299
Cash-surrendered/Annulments x 50%	(1,027,698)	-	(88,332)	504,901	(611,129)
Discount rate +1%	9,590,708	13,089,589	411,144	(475,867)	22,615,574
Discount rate-1%	(10,899,897)	(9,051,193)	(455,351)	548,945	(19,857,495)

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2012					
Current portfolio value	9,327,603	523,114	1,541,192	7,130,572	18,522,482
Mortality +15%	89,367	407,204	(655,335)	(6,923,199)	(7,081,961)
Costs +10%	(552,028)	(25,404)	(107,563)	(157,800)	(842,795)
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1,574,190	-	98,946	(370,714)	1,302,422
Cash-surrendered/Annulments x 50%	(882,583)	-	(157,205)	(615,019)	(1,654,806)
Discount rate +1%	8,888,571	11,054,023	472,262	(233,053)	20,181,803
Discount rate-1%	(10,460,258)	(6,399,409)	(526,804)	253,194	(17,133,277)

The tables above show the value of insurance portfolios - these being the current values of future profits - and the impact resulting from the difference of assumptions, on these same values, using the Market Consistent Embedded Value method, based on values at 31 December 2013 and 2012.

Adapting premiums and provisions

Insurance premiums are calculated to meet liabilities assumed by the Company, with acquisition and administrative costs included.

Mathematical provisions correspond to the liabilities assumed by the Company at the close of the financial year, with total guarantee of commitment to rates agreed with policyholders. Technical provisions are calculated according to the technical bases of the different products and comply with legal provisions in force.

The claims provision reflects all liabilities for claims costs to be paid by the Company. A provision is added for IBNR, which has always been sufficient to compensate for the value of claims not declared by the close of the financial year.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

35.1. RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGURO

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

Risco de mortalidade: risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de longevidade: risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de despesas: risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;

Risco de invalidez: risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;

Risco catastrófico: risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado;

Risco de descontinuidade: risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Com periodicidade semestral, a Companhia calcula o *Embedded Value*, em que uma das análises consiste no apuramento dos seguintes *stress tests* relativos aos contratos de seguro:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionalis	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2013					
Valor actual da carteira (VIFB)	5.847.399	468.857	1.195.592	6.794.667	14.306.514
Mortalidade +15%	154.926	699.482	(674.444)	(7.123.743)	(6.943.779)
Despesas +10%	(507.933)	(30.224)	(104.401)	(74.341)	(716.899)
Resgates/Anulações x 200%	1.978.725	-	45.619	(1.398.045)	626.299
Resgates/Anulações x 50%	(1.027.698)	-	(88.332)	504.901	(611.129)
Taxa de desconto +1%	9.590.708	13.089.589	411.144	(475.867)	22.615.574
Taxa de desconto -1%	(10.899.897)	(9.051.193)	(455.351)	548.945	(19.857.495)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionalis	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2012					
Valor actual da carteira (VIFB)	9.327.603	523.114	1.541.192	7.130.572	18.522.482
Mortalidade +15%	89.367	407.204	(655.335)	(6.923.199)	(7.081.961)
Despesas +10%	(552.028)	(25.404)	(107.563)	(157.800)	(842.795)
Resgates/Anulações x 200%	1.574.190	-	98.946	(370.714)	1.302.422
Resgates/Anulações x 50%	(882.583)	-	(157.205)	(615.019)	(1.654.806)
Taxa de desconto +1%	8.888.571	11.054.023	472.262	(233.053)	20.181.803
Taxa de desconto -1%	(10.460.258)	(6.399.409)	(526.804)	253.194	(17.133.277)

O quadro acima apresenta os valores das carteiras de seguros - sendo estes os valores actuais dos lucros futuros das mesmas e os respectivos impactos resultantes da variação dos pressupostos, nesses mesmos valores, usando a metodologia do *Market Consistent Embedded Value*, com base nos valores de 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

Adequação dos prémios e das provisões

Os prémios das modalidades de seguros são apurados de modo a satisfazer as responsabilidades assumidas pela Companhia, estando incluídos nas tarifas os encargos relativos a custos de aquisição e administrativos.

As provisões matemáticas constituídas correspondem às responsabilidades assumidas pela Companhia no fecho do exercício, com total garantia dos compromissos de taxas assumidas para com os tomadores de seguros. As provisões técnicas estão calculadas em conformidade com as bases técnicas dos diferentes produtos e respeitam as disposições normativas em vigor.

A provisão de sinistros reflecte todas as responsabilidades com os custos de sinistros a suportar pela Companhia. Acresce uma provisão para IBNR que tem sido sempre suficiente para compensar o valor de sinistros não avisados até ao fecho dos exercícios.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

35.2. FINANCIAL RISKS

a) Market Risk

Market Risk is the eventual loss due to an adverse change in the value of a financial instrument as a result of a change in interest rates, exchange rates or share prices. It also includes the risk of concentration resulting from the excessive concentration of a specific asset or liability and the spread risk that reflects the probability of bond loans in portfolio falling short.

The Company adopts a cautious, conservative investment policy, investing essentially in fixed rate securities with a high rating and in Euros, and is not significantly exposed to shareholding or property risk. It has no exchange risk and is particularly careful to diversify investments. It closely analyses the interest rates of assets and liabilities that give it coverage, namely through the techniques of Asset Liability Management (ALM), and stress tests are performed on interest rate fluctuations.

b) Credit Risk

Credit Risk arises from the possibility of financial losses occurring as a result of default on the part of the client or counterparty to contractual obligations. Credit risk is essentially present in eventual outstanding payments from brokers and reinsurers. The Company regularly monitors any rating changes of those in portfolio. Credit to brokers is not material.

c) Liquidity Risk

Liquidity Risk assesses the potential capacity to fund the asset, respecting the liabilities demanded on due dates as well as potential difficulties in settling portfolio positions without incurring significant losses.

To assess all of this the Company analyses future liquidity flows of assets and liabilities using the ALM model. In this way the adequacy of financial resources is managed to ensure there is no significant risk of defaulting on liabilities.

Quantitative information provided to evaluate the nature and extent of risk resulting from financial instruments for each type of risk.

MATURITIES ANALYSIS OF PORTFOLIO

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

MATURITIES	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
up to 1 year	1,478,445	56.0%	244,633	9.1%
2 to 5 years	-	0.0%	1,462,135	54.5%
6 to 10 years	531,363	20.1%	550,551	20.5%
Perpetual	629,153	23.8%	425,143	15.8%
TOTAL	2,638,961	100.0%	2,682,462	100.0%

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

MATURITIES	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
up to 1 year	33,195,800	8.8%	18,879,360	5.4%
2 to 5 years	184,915,200	48.8%	163,892,988	46.6%
6 to 10 years	109,416,961	28.9%	122,722,268	34.9%
Over 10 years	40,135,172	10.6%	37,576,481	10.7%
Perpetual	2,908,922	0.8%	5,239,467	1.5%
Shares and investment units	8,432,248	2.2%	3,296,955	0.9%
TOTAL	379,004,303	100.0%	351,607,519	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

35.2. RISCOS FINANCEIROS

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações. Compreende também o risco de concentração resultante da concentração excessiva de um determinado activo ou passivo e o risco de *spread* que reflecte a probabilidade de incumprimento dos títulos obrigacionistas em carteira.

A Companhia segue uma política de investimentos prudente e conservadora investindo essencialmente em títulos de taxa fixa de elevado *rating* e denominados em Euro, não tendo significativa exposição ao risco accionista nem ao risco imobiliário, não tendo risco cambial, apostando na diversificação dos investimentos e efectuando uma cuidada análise das taxas de juro dos passivos e dos activos que lhe servem de cobertura, nomeadamente através de técnicas de *Asset Liability Management (ALM)*, efectuando *stress tests* às flutuações de taxa de juro.

b) Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente nas eventuais dívidas a receber de mediadores e de resseguradores. A Companhia acompanha regularmente a evolução dos *ratings* das entidades em carteira. O crédito aos mediadores não é material.

c) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez avalia a capacidade de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e a existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

Para esta avaliação, a Companhia procede à análise dos fluxos futuros de liquidez dos activos e dos passivos por intermédio do modelo de ALM, adequando os recursos financeiros de modo a minorar o risco de incumprimentos das responsabilidades.

Prestação de informação quantitativa que permite avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco

ANÁLISE DE MATURIDADES DA CARTEIRA

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

MATURIDADES	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
até 1 ano	1.478.445	56,0%	244.633	9,1%
2 a 5 anos	-	0,0%	1.462.135	54,5%
6 a 10 anos	531.363	20,1%	550.551	20,5%
Perpétua	629.153	23,8%	425.143	15,8%
TOTAL	2.638.961	100,0%	2.682.462	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

MATURIDADES	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
até 1 ano	33.195.800	8,8%	18.879.360	5,4%
2 a 5 anos	184.915.200	48,8%	163.892.988	46,6%
6 a 10 anos	109.416.961	28,9%	122.722.268	34,9%
Mais de 10 anos	40.135.172	10,6%	37.576.481	10,7%
Perpétua	2.908.922	0,8%	5.239.467	1,5%
Acções e UPFI	8.432.248	2,2%	3.296.955	0,9%
TOTAL	379.004.303	100,0%	351.607.519	100,0%

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

MATURITIES	2013				2012			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
up to 1 year	31,088,927	32.3%	31,656,551	31.3%	3,277,278	3.4%	3,315,182	3.3%
2 to 5 years	15,329,157	15.9%	16,460,058	16.3%	42,190,922	43.2%	44,002,931	44.1%
6 to 10 years	43,148,618	44.8%	46,621,165	46.1%	45,604,223	46.7%	46,576,649	46.7%
Over 10 years	6,682,484	6.9%	6,501,074	6.4%	6,598,210	6.8%	5,891,634	5.9%
TOTAL	96,249,186	100.0%	101,238,848	100.0%	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%

ANALYSIS OF GEOGRAPHIC CONCENTRATION OF PORTFOLIO

To diversify the investments portfolio, Lusitania Vida adopts a policy to spread its investments in terms of location and sector to minimise the effects of concentration.

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

COUNTRY	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Germany	531,363	20.1%	550,551	20.5%
Spain	629,183	23.8%	425,143	15.8%
France	1,478,445	56.0%	1,462,135	54.5%
Portugal	-	0.0%	244,633	9.1%
TOTAL	2,638,961	100.0%	2,682,462	100.0%

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

COUNTRY	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Germany	49,666,589	13.1%	54,326,960	15.5%
Australia	4,964,446	1.3%	5,137,805	1.5%
Austria	9,192,426	2.4%	10,053,750	2.9%
Belgium	-	0.0%	9,745,157	2.8%
United States	24,386,966	6.4%	33,223,023	9.4%
Spain	25,705,470	6.8%	22,932,034	6.5%
France	40,750,408	10.8%	46,413,009	13.2%
United Kingdom	46,242,076	12.2%	47,145,783	13.4%
The Netherlands	80,269,872	21.2%	63,107,416	17.9%
Ireland	3,811,731	1.0%	6,478,077	1.8%
Italy	13,389,889	3.5%	10,202,717	2.9%
Channel Islands	2,440,797	0.6%	2,206,599	0.6%
Luxembourg	609,143	0.2%	-	0.0%
Portugal	73,268,770	19.3%	27,919,341	7.9%
Switzerland	2,757,847	0.7%	11,068,724	3.1%
Supra-nationals	1,547,873	0.4%	1,647,124	0.5%
TOTAL	379,004,303	100.0%	351,607,519	100.0%

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

COUNTRY	2013				2012			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
Portugal	96,249,186	100.0%	101,238,848	100.0%	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%
TOTAL	96,249,186	100.0%	101,238,848	100.0%	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%

We believe there is no high concentration in any of the countries in which Lusitania Vida has financial assets. Furthermore, the overwhelming majority of its investments are in OECD countries.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

MATURIDADES	2013				2012			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
até 1 ano	31.088.927	32,3%	31.656.551	31,3%	3.277.278	3,4%	3.315.182	3,3%
2 a 5 anos	15.329.157	15,9%	16.460.058	16,3%	42.190.922	43,2%	44.002.931	44,1%
6 a 10 anos	43.148.618	44,8%	46.621.165	46,1%	45.604.223	46,7%	46.576.649	46,7%
Mais de 10 anos	6.682.484	6,9%	6.501.074	6,4%	6.598.210	6,8%	5.891.634	5,9%
TOTAL	96.249.186	100,0%	101.238.848	100,0%	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA

No que concerne à diversificação da carteira de investimentos, a Lusitania Vida prossegue uma política de dispersão geográfica e sectorial dos seus investimentos de forma a minimizar os efeitos de concentração.

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

PAÍS	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	531.363	20,1%	550.551	20,5%
Espanha	629.183	23,8%	425.143	15,8%
França	1.478.445	56,0%	1.462.135	54,5%
Portugal	-	0,0%	244.633	9,1%
TOTAL	2.638.961	100,0%	2.682.462	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

PAÍS	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	49.666.589	13,1%	54.326.960	15,5%
Austrália	4.964.446	1,3%	5.137.805	1,5%
Áustria	9.192.426	2,4%	10.053.750	2,9%
Bélgica	-	0,0%	9.745.157	2,8%
Estados Unidos	24.386.966	6,4%	33.223.023	9,4%
Espanha	25.705.470	6,8%	22.932.034	6,5%
França	40.750.408	10,8%	46.413.009	13,2%
Grã-Bretanha	46.242.076	12,2%	47.145.783	13,4%
Holanda	80.269.872	21,2%	63.107.416	17,9%
Irlanda	3.811.731	1,0%	6.478.077	1,8%
Itália	13.389.889	3,5%	10.202.717	2,9%
Ilhas Jersey	2.440.797	0,6%	2.206.599	0,6%
Luxemburgo	609.143	0,2%	-	0,0%
Portugal	73.268.770	19,3%	27.919.341	7,9%
Suíça	2.757.847	0,7%	11.068.724	3,1%
Supra-nacionais	1.547.873	0,4%	1.647.124	0,5%
TOTAL	379.004.303	100,0%	351.607.519	100,0%

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

PAÍS	2013				2012			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Portugal	96.249.186	100,0%	101.238.848	100,0%	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%
TOTAL	96.249.186	100,0%	101.238.848	100,0%	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%

Pensamos não existir uma concentração elevada em nenhum dos países, dos quais a Lusitania Vida tem activos financeiros, assinalando, também, que a esmagadora maioria dos seus investimentos são efectuados em estados pertencentes à OCDE.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

ANALYSIS OF PORTFOLIO CONCENTRATION PER SECTOR

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

SECTOR	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Banking	2,009,808	76.2%	2,257,319	84.2%
Financial Services	629,153	23.8%	425,143	15.8%
TOTAL	2,638,961	100.0%	2,682,462	100.0%

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

SECTOR	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Agriculture and Forestry	-	0.0%	104,413	0.0%
Automobile	9,563,993	2.5%	9,250,119	2.6%
Banking	150,757,104	39.8%	136,265,958	38.8%
Trade and Services	2,795,005	0.7%	2,624,755	0.7%
Public Debt	70,622,956	18.6%	79,989,309	22.7%
Energy	58,310,278	15.4%	34,376,504	9.8%
Pharmaceuticals and Chemistry	18,799,285	5.0%	15,254,547	4.3%
Property & Financial Investments	932,500	0.2%	991,046	0.3%
Financial Services	30,036,989	7.9%	31,264,143	8.9%
Insurance	22,112,146	5.8%	27,626,995	7.9%
Supra-nationals	1,547,873	0.4%	1,647,122	0.5%
Transport and Communication	13,526,174	3.6%	12,212,609	3.5%
TOTAL	379,004,303	100.0%	351,607,519	100.0%

Banking with 39.8% (2012: 38.8%) and Public Debt with 18.6% (2012: 22.7%) continue to be the sectors that predominate in the Company's portfolio, with 58.4% (2012:61.5%) of total financial assets available for sale

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

SECTOR	2013				2012			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
Banking	23,530,643	24.4%	25,164,517	24.9%	22,804,179	23.3%	24,457,628	24.5%
Trade and Services	7,285,545	7.6%	7,828,016	7.7%	7,213,139	7.4%	7,560,716	7.6%
Public Debt	54,707,309	56.8%	57,265,434	56.6%	57,119,723	58.5%	57,995,664	58.1%
Transport and Communication	10,725,689	11.1%	10,980,881	10.8%	10,533,593	10.8%	9,772,387	9.8%
TOTAL	96,249,186	100.0%	101,238,848	100.0%	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%

Investments held to maturity also recorded a concentration in Public Debt of 56.8% (2012: 58.5%) and Banking of 24.4% (2011: 23.3%).

CREDIT RISK ANALYSIS

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

DESCRIPTION	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
AA	-	0.0%	-	0.0%
A	2,009,808	76.2%	2,012,687	75.0%
BB	629,153	23.8%	244,633	9.1%
C	-	0.0%	425,142	15.8%
TOTAL	2,638,961	100.0%	2,682,462	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO SECTORIAL DA CARTEIRA

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

SECTOR	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Banca	2.009.808	76,2%	2.257.319	84,2%
Serviços Financeiros	629.153	23,8%	425.143	15,8%
TOTAL	2.638.961	100,0%	2.682.462	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

SECTOR	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Agricultura e Floresta	-	0,0%	104.413	0,0%
Automóvel	9.563.993	2,5%	9.250.119	2,6%
Banca	150.757.104	39,8%	136.265.958	38,8%
Comércio e Serviços	2.795.005	0,7%	2.624.755	0,7%
Dívida Pública	70.622.956	18,6%	79.989.309	22,7%
Energia	58.310.278	15,4%	34.376.504	9,8%
Farmacêutica e Química	18.799.285	5,0%	15.254.547	4,3%
FIM e FIL	932.500	0,2%	991.046	0,3%
Serviços Financeiros	30.036.989	7,9%	31.264.143	8,9%
Seguros	22.112.146	5,8%	27.626.995	7,9%
Supra-nacionais	1.547.873	0,4%	1.647.122	0,5%
Transportes e Comunicações	13.526.174	3,6%	12.212.609	3,5%
TOTAL	379.004.303	100,0%	351.607.519	100,0%

A Banca com 39,8% (2012: 38,8%) e a Dívida Pública com 18,6% (2012: 22,7%) continuam a ser os sectores mais representativos na carteira da Companhia, com 58,4% (2012: 61,5%) do peso total dos activos financeiros disponíveis para venda.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

SECTOR	2013				2012			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Banca	23.530.643	24,4%	25.164.517	24,9%	22.804.179	23,3%	24.457.628	24,5%
Comércio e Serviços	7.285.545	7,6%	7.828.016	7,7%	7.213.139	7,4%	7.560.716	7,6%
Dívida Pública	54.707.309	56,8%	57.265.434	56,6%	57.119.723	58,5%	57.995.664	58,1%
Transportes e Comunicações	10.725.689	11,1%	10.980.881	10,8%	10.533.593	10,8%	9.772.387	9,8%
TOTAL	96.249.186	100,0%	101.238.848	100,0%	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%

Também nos investimentos detidos até à maturidade se regista uma concentração em Dívida Pública com 56,8% (2012: 58,5%) e Banca com 24,4% (2012: 23,3%) do valor de balanço destes títulos.

ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

DESCRITIVO	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AA	-	0,0%	-	0,0%
A	2.009.808	76,2%	2.012.687	75,0%
BB	629.153	23,8%	244.633	9,1%
C	-	0,0%	425.142	15,8%
TOTAL	2.638.961	100,0%	2.682.462	100,0%

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

DESCRIPTION	2013		2012	
	Book Balance	%	Book Balance	%
AAA	40,381,070	10.7%	43,395,961	12.3%
AA	68,062,080	18.0%	83,915,521	23.9%
A	91,330,861	24.1%	108,428,318	30.8%
BBB	70,477,662	18.6%	65,593,618	18.7%
BB	90,748,204	23.9%	20,757,972	5.9%
B	2,440,797	0.6%	2,206,599	0.6%
C	-	0.0%	410,592	0.1%
Shares/Investment Units	8,432,248	2.2%	3,296,955	0.9%
NR	7,131,381	1.9%	23,601,982	6.7%
TOTAL	379,004,303	100.0%	351,607,519	100.0%

Lusitania Vida prefers Standard & Poor's as its principal rating agency for ex-ante and ex-post analysis of risks associated with securities in portfolio.

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

DESCRIPTION	2013				2012			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
BBB	7,602,865	7.9%	8,957,201	8.8%	7,422,089	7.6%	8,220,103	8.2%
BB	70,935,132	73.7%	74,760,256	73.8%	65,656,086	67.2%	67,467,249	67.6%
B	17,711,189	18.4%	17,521,391	17.3%	24,592,459	25.2%	24,099,042	24.2%
TOTAL	96,249,186	100.0%	101,238,848	100.0%	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%

With reference to 31 December 2013 and 2012, the Company's exposure to sovereign debt in the EU countries receiving bailouts is shown as follows:

(Euro)

ISSUER	2013			
	Book Balance	Market Balance	Revaluation reserve by readjustment to fair value	Valuation Level
Financial assets available for sale	5,425,048	5,425,048	(751,016)	L1
Financial assets held to maturity	46,738,791	49,387,921	(2,338,729)	L1
Portugal	52,163,839	54,812,969	(3,089,745)	

(Euro)

ISSUER	2012			
	Book Balance	Market Balance	Revaluation reserve by readjustment to fair value	Valuation Level
Financial assets available for sale	2,071,290	2,071,290	(948,685)	L1
Financial assets held to maturity	49,299,686	50,335,898	(2,728,072)	L1
Portugal	51,370,976	52,407,188	(3,676,757)	

Lusitania Vida is not exposed to an exchange risk on investments in portfolio as all of these are in Euro.

The risk analysis for shares and investment units held in portfolio is based on impairment tests done by the daily monitoring of respective listings and other information that may indicate situations of impairment.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

DESCRITIVO	2013		2012	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AAA	40.381.070	10,7%	43.395.961	12,3%
AA	68.062.080	18,0%	83.915.521	23,9%
A	91.330.861	24,1%	108.428.318	30,8%
BBB	70.477.662	18,6%	65.593.618	18,7%
BB	90.748.204	23,9%	20.757.972	5,9%
B	2.440.797	0,6%	2.206.599	0,6%
C	-	0,0%	410.592	0,1%
Acções/UP'S	8.432.248	2,2%	3.296.955	0,9%
NR	7.131.381	1,9%	23.601.982	6,7%
TOTAL	379.004.303	100,0%	351.607.519	100,0%

A Lusitania Vida privilegia a Standard & Poor's como principal agência para análise *ex-ante* e *ex-post* dos riscos associados aos títulos em carteira.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

DESCRITIVO	2013				2012			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
BBB	7.602.865	7,9%	8.957.201	8,8%	7.422.089	7,6%	8.220.103	8,2%
BB	70.935.132	73,7%	74.760.256	73,8%	65.656.086	67,2%	67.467.249	67,6%
B	17.711.189	18,4%	17.521.391	17,3%	24.592.459	25,2%	24.099.042	24,2%
TOTAL	96.249.186	100,0%	101.238.848	100,0%	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(Euro)

EMITENTE	2013			
	Valores de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Nível de Valorização
Activos financeiros disponíveis para venda	5.425.048	5.425.048	(751.016)	L1
Activos financeiros detidos até à maturidade	46.738.791	49.387.921	(2.338.729)	L1
Portugal	52.163.839	54.812.969	(3.089.745)	

(Euro)

EMITENTE	2012			
	Valores de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Nível de Valorização
Activos financeiros disponíveis para venda	2.071.290	2.071.290	(948.685)	L1
Activos financeiros detidos até à maturidade	49.299.686	50.335.898	(2.728.072)	L1
Portugal	51.370.976	52.407.188	(3.676.757)	

A Lusitania Vida não se encontra exposta a risco cambial dos investimentos em carteira, sendo todos eles denominados em Euro.

Relativamente às acções e unidades de participação em carteira, a análise de risco é baseada nos testes de imparidade efectuados, pelo acompanhamento diário das respectivas cotações e outras informações importantes que possam indiciar situações de imparidade.

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

Os investimentos financeiros da Companhia são aplicados em títulos de rendimento fixo que são sensíveis a

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

SENSITIVITY ANALYSIS

The Company's financial investments are made in fixed income securities that are sensitive to changes in the time structure of interest rates. The impact on equity is reflected through the Revaluation Reserve, almost entirely, because the impact resulting from assets whose change in fair value is reflected in Profit and Loss is insignificant.

IMPACT ON EQUITY CAPITAL

(Euro)

INTEREST RATE RISK	2013	2012
100 bps increase in interest rate curve	(16,285,790)	(18,081,520)

IMPACT ON EQUITY CAPITAL

(Euro)

RISK OF SPREAD	2013	2012
Increase in credit spreads		
by 100 bps	NA	NA
by 50 bps	NA	(18,627,954)

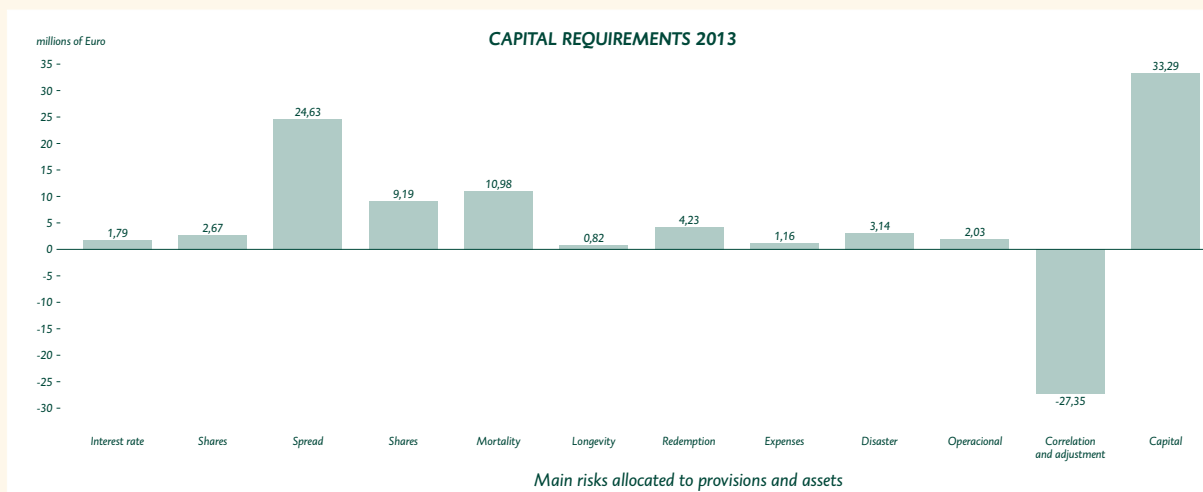
35.3. OTHER RISKS

Operational risk is the possibility of losses caused by failures in the pursuit of internal procedures, by personal or data processing performance, or even by events outside the Company.

Managing operational risk is, from its very nature, decentralised throughout the corporate structure. The Company has adopted principles and best practices to guarantee the efficient management of operational risk, defined in "Organisational Structure", and internal control mechanisms have been implemented, such as business continuity plans should the data processing system or preventative procedures against money laundering and fraud fail. This risk is controlled and minimised through the Company's internal control model, which is subject to regular review by the Steering Committee and monitored by Internal Auditing.

In preparing Solvency II, and particularly within the scope of ORSA (Own Risk and Solvency Assessment), once every six months Lusitania Vida establishes the amount of the main risks affecting funds, based essentially on the parameters defined in the most recent QIS (Quantitative Impact Study). Risks are determined for the different 'main business units': fund for insurance contracts with profit sharing, savings-retirement pension funds, fund for investment contracts and the fund for insurance contracts without profit-sharing.

The following graph shows the capital requirements of the main risks affecting mathematical provisions, at the close of 2013:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

alterações da estrutura temporal das taxas de juro. O impacto nos capitais próprios é reflectido através da Reserva de Reavaliação, praticamente na sua totalidade, já que o impacto resultante dos activos cuja alteração do justo valor é reflectida em Ganhos e Perdas é insignificante.

IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Euro)

RISCO DE TAXA DE JURO	2013	2012
Aumento 100 bps na curva de taxa de juro	(16.285.790)	(18.081.520)

IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Euro)

RISCO DE SPREAD	2013	2012
Aumento dos spreads de crédito em 100 bps	ND	ND
em 50 bps	ND	(18.627.954)

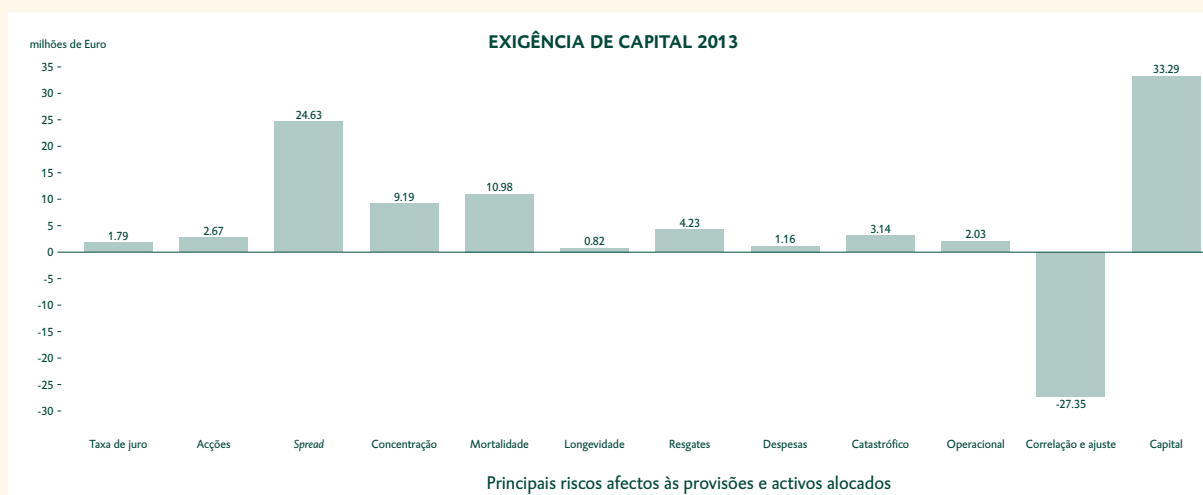
35.3. OUTROS RISCOS

O Risco Operacional traduz-se, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

A gestão do risco operacional é, pelas suas próprias características, descentralizada em toda a estrutura da instituição. A Companhia tem adoptado um conjunto de princípios e melhores práticas que pretendem garantir uma gestão eficiente do risco operacional, definida na “Estrutura Organizacional” e na implementação de mecanismos de controlo interno, nomeadamente em planos de continuidade de negócio em caso de avaria no sistema informático e em procedimentos de combate à fraude. Este risco é controlado e minimizado por intermédio do modelo de controlo interno da Companhia, que é sujeito a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção e monitorizado pela Auditoria Interna.

Para a preparação do Solvência II, particularmente no âmbito do ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*), a Lusitania Vida apura todos os semestres os valores dos principais riscos afectos aos fundos, baseando-se essencialmente nos parâmetros definidos nos últimos testes realizados pela EIOPA. Os riscos são apurados para as diferentes “unidades principais de negócio”, (UPN): fundo de contratos de seguro com participação nos resultados, fundos autónomos PPR, fundo de contratos de investimento e fundo de contratos de seguro sem participação nos resultados.

O gráfico seguinte apresenta os valores dos requisitos de capital dos principais riscos afectos às provisões matemáticas e activos alocados a estas, no final de 2013:



NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Each risk is calculated using the parameters defined by the CEIOPS (Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisor), and given that this is just one more test for the future solvency model, the results obtained may not be representative of the model to be adopted in 2016 (the date planned for Solvency II to come into force).

36. SOLVENCY

As laid down in legislation in force, Insurers should have, for each financial year, non-committed assets (a solvency margin) and a guarantee fund (one third of the solvency margin) that represent certain percentages and minimum amounts legally established by Standard 6/2007-R, amended by Enabling Standard12/2008-R, both issued by the Instituto de Seguros de Portugal.

The solvency margin demanded on 31 December 2013 and 2012 is shown as follows:

SOLVENCY MARGIN	2013	2012
		(Euro)
Elements part of the solvency margin	60,188,600	59,157,463
Solvency margin	19,951,977	17,635,801
Guarantee fund	6,650,659	5,878,600
Coverage rate of solvency margin	301.67%	335.44%

37. FAIR VALUE

Fair value is based on market values, when available. When these are not available, fair value can be estimated using internal models, usually based on discounted cash flow models, for this purpose using the non-risk interest rate adding the spread attributable to the issuer.

The principal methods and assumptions that Lusitania Vida uses to determine the fair value of assets and liabilities are the following:

Cash and Deposits at banks

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance is a reasonable estimate of their fair value.

Financial assets at fair value through profit and loss and Financial Assets available for sale

These financial instruments are recorded at fair value, which is normally based on market values, if available. Should they not be available, fair value is estimated using internal models, usually based on discounted cash flows, for this purpose using the non-risk interest rate adding the spread attributable to the issuer.

In the case of non-listed shares, these are valued at historical cost, whenever there are no available market values to support their listing and their fair value cannot be estimated reliably.

Debtors and creditors in direct insurance, reinsurance and other operations

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance of the different headings, on the date of the balance sheet, are considered a reasonable estimate of their fair value.

Investments held to maturity

These financial assets are recorded at the depreciated cost net of impairment. Fair value is based on market listings, whenever these are available. Should they not exist, fair value is calculated using numerical models, based on discounted cash flow techniques that, in estimating fair value, use market interest rates adjusted by

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cada risco é calculado segundo os parâmetros definidos pelo EIOPA e, dado que se trata apenas de um teste para o futuro modelo de solvência, os resultados obtidos poderão não ser representativos do modelo a adoptar em 2016 (data prevista para a entrada em vigor do Solvência II).

36. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as Seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência da Companhia em 31 de Dezembro 2013 e 2012 apresenta-se como segue:

MARGEM DE SOLVÊNCIA

(Euro)

	2013	2012
Elementos constitutivos da margem de solvência	60.188.600	59.157.463
Margem de solvência	19.951.977	17.635.801
Fundo de garantia	6.650.659	5.878.600
Taxa de cobertura da margem de solvência	301,67%	335,44%

37. JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Lusitania Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de desconto de fluxos de caixa, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do prémio de risco atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes activos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

associated factors, predominantly credit risk and liquidity risk, determined according to market conditions and respective timeframes.

Financial liabilities

These financial liabilities are recorded at depreciated cost. Bearing in mind that these are usually short term liabilities, the balance of the different headings, on the date of the balance sheet, is considered a reasonable estimate of their fair value.

Other financial liabilities

These financial liabilities are recorded at depreciated cost. Fair value is based on the use of numerical models, based on discounted cash flow techniques that in estimating fair value, use market interest rates adjusted by associated factors, predominantly credit risk and liquidity risk, determined according to market conditions and respective timeframes.

38. SUBSEQUENT EVENTS

Bearing in mind the stipulation in IAS 10, by the date of authorization to issue these financial statements, no subsequent events were identified that imply any adjustments or additional disclosures.

39. ACCOUNTING STANDARDS AND RECENTLY ISSUED INTERPRETATIONS

Recently issued accounting standards and interpretations that come into force and that the Company applied in preparing its financial statements, are as follows:

IAS 19 (Amended) - Employee benefits

IASB issued, on 16 June 2011, amendments to “IAS 19 - Employee Benefits”, effective from 1 January 2013, and applied retrospectively. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 475/2012, of 5 June 2012.

As a result of IAS 19 (2011), the Company altered its accounting policy regarding the basis for determining income and spending related to the defined benefits scheme. Under IAS 19 (2011), the Company determines the cost (income) from net liability (asset) interest per defined benefit at the start of the year, taking into consideration changes affecting liability (asset) as a result of contributions and benefits paid.

Consequently, the net liability (asset) interest of the defined benefit scheme now includes: 9i) the cost of interest of the defined benefit liability; (ii) income from the assets of the scheme; and (iii) the interest from the ceiling effect of the asset.

The changes had no impact on the Company’s financial statements.

Presentation of items under other comprehensive income - amendment to IAS 1 - Presentation of Financial Statements

IASB issued, on 16 June 2011, amendments to “IAS 1 - Presentation of Financial Statements”, effective from 1 July 2012, and applied retrospectively. This amendment was adopted by European Commission Regulation n° 475/2012, of 5 June.

As a result of the amendment to IAS 1, the Company modified the presentation of items under Other Comprehensive Income on the Comprehensive Income Statement, so as to separate the items that will be reclassified in the future to profit and loss for the year from those that will not be reclassified. The comparative information was presented again on the same basis.

IFRS 7 (Amended) - Financial Instruments: Disclosures -Transfers of financial assets

The International Accounting Standards Board (IASB), issued on 16 December 2011, amendments to “IFRS 7 - Financial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. Tendo em conta que se tratam de passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Outros passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. O justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto no IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

39. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (activo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (activo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (activo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos activos do plano; e (iii) O juro do efeito do tecto (*ceiling*) do activo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apresentação de itens em outro rendimento integral - alteração da IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Instruments: Disclosures - Transfers of financial assets” effective, retrospectively, from 1 July 2013. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1256/2012, of 11 December.

The Company felt no impact from adopting these amendments.

Improvements to IFRS (2009-2011)

Annual improvements to the 2009-2011 cycle, issued by IASB on 17 May 2012, and adopted by European Commission Regulation n° 301/2013, of 27 March, introduced amendments effective from 1 January 2013, and applied retrospectively, for standards IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 and IFRIC2.

IAS 1 - PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS

Improvements clarify the difference between voluntary additional comparative information and minimum comparative information demanded. On the whole, minimum comparative information demanded refers to that of the previous period.

IAS 16 - TANGIBLE FIXED ASSETS

IAS 16 was amended to clarify the concept of service equipment that may comply with the definition of tangible fixed assets and as such not recorded under inventories.

IAS 32 - FINANCIAL INSTRUMENTS AND IFRIC 2

These standards were adjusted in order to clarify that taxation related to the distribution of dividends to holders of capital is handled as laid down in “IAS 12 - Tax on Income”, thus avoiding any interpretation that could mean a different application.

IAS 34 - INTERIM FINANCIAL REPORT

The amendments to IAS 34 permit the alignment of disclosure demands for all assets of segments with all liabilities, in interim periods. These improvements also allow for interim information to be consistent with annual information with regard to the change made to the name of the profit and loss statement and other comprehensive income.

The Company felt no significant impact from the adoption of these amendments.

IFRS 13 - Fair Value Measurement

The IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 13 - Fair Value Measurement”, effective from 1 January 2013, and applied non-retrospectively. This standard was adopted by European Commission Regulation n.º 1255/2012, of 11 December.

In agreement with the transitional provisions of IFRS 13, the Company adopted a new definition of fair value, as referred to in note 2.2, from the date on which it took effect. The amendments had no significant impact on measuring the Company’s assets and liabilities, but new disclosures were included in the financial statements as demanded by IFRS 13. Comparisons as provided for in the first year of application were not provided for in these new disclosures. However, where these disclosures were already demanded for other standards in force prior to IFRS 13, the Company provided relevant comparative information already disclosed under those standards.

IFRIC 20 - Stripping costs in the production phase of a surface mine

The International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) issued on 19 October 2011 the “IFRIC 20 - Stripping costs in the production phase of a surface mine”, effective from 1 January 2013, and applied retrospectively. This interpretation was adopted by European Commission Regulation n° 1255/2012, of 11 December.

Given the nature of the Company’s business, this interpretation had no effect on the financial statements.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adopção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adoptados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 - APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 - REPORTE FINANCEIRO INTERCALAR

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adoptou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 2.2, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos activos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exacta medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The Company decided not to proceed with the early application of the following standards and/or interpretations, adopted by the European Union:

IAS 32 (Amended) - Financial Instruments: Presentation - offsetting financial assets and liabilities

IASB issued on 16 December 2011, amendments to “IAS 32 - Financial Instruments: Presentation - offsetting financial assets and liabilities”, effective from 1 January 2014, and applied retrospectively. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1256/2012, of 11 December.

The amendments now introduced add implementation guidelines that help solve inconsistencies in practical application. The new guidelines explain that the phrase “legal enforceable rights to off-set” means that the right to offsetting may not be contingent, in view of future events, and must be enforceable in the normal course of business, in the case of non-compliance and the occurrence of insolvency or bankruptcy on the part of the entity and all counterparties.

These application guidelines also specify the characteristics of gross liquidation systems, making it the same as liquidation on a net basis.

The Company does not expect any significant impact to arise from the adoption of these amendments to IAS 32, bearing in mind the accounting policy adopted.

IAS 27 (Amended) - Separate Financial Statements

IASB issued, on 12 May 2011, amendments to “IAS 27 - Separate Financial Statements”, effective from 1 January 2014, and applied non-retrospectively. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December.

Bearing in mind that IFRS 10 addresses control principles and establishes the requirements for preparing consolidated financial statements, IAS 27 (amended) now regulates separate accounts, exclusively.

The amendments aim, on the one hand, to clarify disclosures demanded of an entity preparing the separate financial statements, now being required to disclose the main location (and the country of the head office) where the business of the most significant subsidiaries, associates and joint ventures is conducted, and, if applicable, the parent company.

The previous version demands only disclosure of the country where the head office is located or the residence of such entities.

However, the date of entry into force and the demand to adopt all standards for consolidation were aligned at the same time (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 and the amendments to IAS 28).

The Company does not expect any effect from the application of this amendment on the financial statements.

IFRS 10 - Consolidated Financial Statements

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 10 - Consolidated Financial Statements”, effective from 1 January 2013, and applied retrospectively. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

IFRS 10, revokes part of IAS 27 and SIC 12, and introduces a single control model that determines whether an investment should be consolidated.

The new control concept involves an assessment of the power, exposure to variable returns and the connection between the two. An investor controls an investee when exposed (or with rights) to variable returns from involvement with the investee and may use power over the investee to affect the amount of the investor’s returns. (de facto control).

The investor assesses to what extent control exists over the investee’s relevant business, taking into consideration the new

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

concept of control. The assessment should be made in each report period because the relationship between power and exposure to variable returns can change over time. Control is usually assessed on the legal entity, but specific assets and liabilities of the investee may also be assessed (referred to as “silos”).

The new standard introduces other amendments such as: i) requirements for subsidiaries under consolidated financial statements transfer from IAS 27 to this standard and ii) more disclosures are required, including specific disclosures on structured entities, whether or not consolidated.

The Company does not expect any impact from the application of this standard on its financial statements.

IFRS 11 - Joint Agreements

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 11 - Joint Agreements”, effective from 1 January 2013, and applied retrospectively. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

This new standard, that revokes IAS 31 and SIC 13, defines “joint control”, introducing the control model defined in IFRS 10 and demands that an entity that is party to a “joint agreement” determines the type of joint agreement in which it is involved (“joint operation” or “joint venture”), assessing its respective rights and obligations.

IFRS 11 eliminates the option of proportional consolidation for entities that are jointly controlled. In their turn, entities that are jointly controlled and that meet the criterion of “joint ventures” should be recorded in accounts using the equity method (IAS 28).

The Company does not expect any impact from applying this amendment to its financial statements.

IAS 28 (Amended) - Investments in Associates and Joint Ventures

IASB issued, on 12 May 2011, amendments to “IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures”, effective from 1 January 2013, and non-retrospective. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

As a result of the new IFRS 11 and IFRS 12, IAS 28 was amended and became known as IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures, and regulates the application of the equity method applicable for both joint ventures and associates.

The Company does not expect any impact from applying this amendment to its financial statements.

IFRS 12 - Disclosure of holdings in other entities

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 12 - Disclosures of holdings in other entities”, effective from 1 January 2013, and applied retrospectively. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

The objective of the new standard is to demand that an entity disclose information that helps users of financial statements to assess: a) the nature and risks associated with investments in other entities and; b) the effects of such investments on financial position, performance and cash flow.

IFRS 12 includes the obligations of disclosure for all forms of investment in other entities, including joint agreements, associates, special vehicles and other vehicles that are off balance sheet.

The Company is analysing the effects of fully applying IFRS 12 in line with the adoption of IFRS 10 and IFRS 11.

Investment Entities - Changes to IFRS 10, IFRS 12 and IAS 27 (issued on 31 October 2012)

The amendments introduced apply to a particular category of business that is referred to as “investment entity”. The IASB defines the term “investment entity” as an entity whose business purpose is to invest funds solely for returns from

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 - Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, *performance* e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

capital appreciation, investment income, or both. An investment entity must also evaluate the performance of its investments on a fair value basis. Such entities could include private equity organisations, venture capital organisations, pension funds, health funds and other investment funds.

The amendments provide an exception to the consolidation requirements in IFRS 10 and require investment entities to measure particular subsidiaries at fair value through profit or loss, rather than consolidate them. The amendments also set out disclosure requirements for investment entities.

The amendments are effective from 1 January 2014, with early voluntary adoption permitted. Early adoption allows investment entities to apply these amendments when IFRS 10 comes into force. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1174/2013 of 20 November.

The Company is still analysing the impact of applying this amendment.

IAS 36 (Amended) - Impairment of Assets: Disclosures of information about the recoverable amount of non-financial assets

The IASB issued the above amendment on 29 May 2013, effective from 1 January 2014, and applied retrospectively. This amendment was adopted by European Commission Regulation n° 1374/2013 of 19 December.

The aim of the amendments was to clarify the scope of disclosures of information on the recoverable amount of assets, where that amount is based on fair value less costs of disposal, and limited to impaired assets.

IAS 39 (Amended) - Financial Instruments: Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting

The IASB issued this amendment on 27 June 2013, effective from 1 January 2014. This amendment was adopted by European Commission Amendment n° 1375/2013, of 19 December.

The aim of these amendments was to facilitate the requirements for hedge derivative accounting in which there is a need to alter the clearing counterparty as a result of changes to legislation or regulations. Making this process more flexible means that hedge accounting continues regardless of the change in clearing party ('novation'), which, without this change in the standard, would no longer be permitted.

Standards, amendments and interpretations issued but not yet effective for the Company

IAS 19 (Amended) - Employee benefits : Employee contribution

IASB issued this amendment, on 21 November 2013, effective retrospective application from 1 July 2014.

This amendment clarifies the guidelines for contributions made by employees or by third entities, associated with services demanding that the entity attributes such contributions made by employees as laid down in paragraph 70 of IAS 19 (2011). Consequently, such contributions are attributed using the contribution formula for the scheme or on a straight-line basis.

The amendment reduces the complexity by introducing a simple approach that helps the company recognise contribution made by employees or by third entities associated with the service regardless of the number of years of service (for example, a percentage of salary), reducing the cost of services during the time the service was provided.

IFRIC 21 - Levies

IASB issued on 20 May 2013 this interpretation with effective retrospective application from 1 January 2014.

This new interpretation defines levies as a discount made by an entity in payment of a levy imposed by government according to legislation. It confirms that an entity recognises the levy as a liability when, and only when, the specific event that gives rise to the levy, as laid down in legislation, actually occurs.

It is unlikely that IFRS (2010-2012) will have any effect on the Company's financial statements.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de Investimento - Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua *performance* no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IAS 19 (Alterada) - Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Improvements to IFRS (2010-2012)

Annual improvements to the 2010-2012 cycle, issued by the IASB on 12 December 2013, introduce amendments, the effective date of application being for periods that begin on, or after, 1 July 2014 for standards IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 and IAS 38.

IFRS 2 - DEFINITION OF VESTING

The amendment clarifies the definition of vesting contained in the Appendix to IFRS 2 - Share-Based Payment, separating the definition of 'performance condition' and 'service condition' from the target condition, making the description of each condition clearer.

IFRS 3 - ACCOUNTING FOR A CONTINGENT CONSIDERATION WITHIN THE CONTEXT OF BUSINESS COMBINATIONS

The aim of the amendment is to clarify certain aspects of accounting for a contingent consideration within the context of business combinations, namely classification of a contingent consideration, bearing in mind whether this contingent consideration is a financial instrument or a non-financial asset or liability.

IFRS 8 - AGGREGATIONS OF OPERATING SEGMENTS AND RECONCILIATION BETWEEN THE TOTAL ASSETS OF REPORTABLE SEGMENTS AND THE COMPANY'S ASSETS

The amendment clarifies the aggregation criteria and demands that an entity disclose the factors used to identify reportable segments, when the operating segment has been aggregated. To achieve internal consistency, reconciliation of total reportable segment assets is required to corresponding amounts in the company's financial statements, when such amounts are evaluated regularly by the operating decision-maker.

IFRS 13 - SHORT TERM ACCOUNTS RECEIVABLE OR PAYABLE

IASB amended the bases of conclusion to clarify that, in eliminating AG 79 of IAS 39, its aim was not to eliminate the need to determine the current value of a receivable or payable account in the short term, the invoice for which had been issued without interest, even when the effect is immaterial. However, paragraph 8 of IAS 8 already allows an entity to refrain from applying accounting policies defined in IFRS if their impact is immaterial.

IAS 16 and IAS 40 - REVALUATION MODEL - PROPORTIONAL ADJUSTMENT OF ACCUMULATED DEPRECIATION OR AMORTIZATION

To clarify the calculation of accumulated depreciation or amortization, on the date of revaluation, IASB amended paragraph 35 of IAS 16 and paragraph 80 of IAS 38 to the effect that: (i) determining accumulated depreciation (or amortization) does not depend on the selected valuation technique; and (ii) accumulated depreciation (or amortization) is calculated on the difference between the gross amount and the net accounting value.

IAS 24 - TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES - SERVICES OF KEY MANAGEMENT PERSONNEL

To clear up some concern about identifying the cost of the service provided by key management personnel (KMP) when these services are provided by an entity (for example, the managing entity for investment funds), IASB clarified that disclosures of amounts incurred by KMP services of KMP supplied by a separate management entity should be disclosed, but the breakdown described in paragraph 17 does not have to be provided.

Improvements to IFRS (2011-2013)

Annual improvements to the 2011-2013 cycle, issued by the IASB on 12 December 2013, introduce amendments, the effective date of application being for periods that begin on, or after, 1 July 2014 for standards IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 and IAS 40.

IFRS 1 - CONCEPT OF "EFFECTIVE IFRS"

IASB clarified that if the new IFRS were not yet obligatory but allowed for early application, IFRS 1 permits, but does not demand, that they be applied in the first financial statements reported in IFRS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando - e apenas quando - o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 - DEFINIÇÃO DE CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO (VESTING)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 - CONTABILIZAÇÃO DE UMA CONSIDERAÇÃO CONTINGENTE NO ÂMBITO DE UMA CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 - AGREGAÇÃO DE SEGMENTOS OPERACIONAIS E RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS ACTIVOS DOS SEGMENTOS REPORTÁVEIS E OS ACTIVOS DA EMPRESA

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 - CONTAS A RECEBER OU PAGAR DE CURTO PRAZO

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 E IAS 40 - MODELO DE REVALORIZAÇÃO - REFORMULAÇÃO PROPORCIONAL DA DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

IFRS 3 - SCOPE EXCEPTIONS FOR BUSINESS COMBINATIONS

The amendments exclude the formation of all types of joint agreements as defined in IFRS 11. Such a scope exception only applies to the financial statements of the joint venture or the joint operation itself.

IFRS 13 - SCOPE OF PARAGRAPH 52 - EXCEPTION IN PORTFOLIOS

Paragraph 52 of IFRS 3 included an exception to measure the fair value of groups of assets or liabilities on a net basis. The aim of this amendment is to clarify that the portfolios exception applies to all contracts covered by IAS 39 or IFRS 9, regardless of whether they fall within the definitions of financial asset or liability provided in IAS 32.

IAS 40 - INTERRELATIONSHIP WITH IFRS 3 WHEN IT CLASSIFIES PROPERTIES AS INVESTMENT PROPERTIES OR PROPERTY FOR OWN USE

The aim of the amendment is to clarify the need for judgement to determine whether the acquisition of investment property is the acquisition of an asset, a group of assets or a business combination in the scope of IFRS 3.

IFRS 9 - Financial Instruments (issued in 2009 and amended in 2010 and 2013)

IFRS 9 (2009) introduced new requirements for the classification and measurement of financial assets. IFRS 9 (2010) introduced additional requirements related to financial liabilities. IFRS 9 (2013) introduced the methods for covering the same. A plan is currently underway in IASB to amend only the classification and measurement in IFRS 9 and new requirements to deal with impaired financial assets.

The requirements of IFRS 9 (2009) represent a significant change to the current requirements provided in IAS 39 regarding financial assets. The standard contains two primary categories for measuring financial assets: amortised cost and fair value. A financial asset is measured at amortised cost if it is held within the scope of the business model the aim of which is to hold the asset to receive contractual cash flows and the terms of its cash flows give rise to returns, on specified dates, related only to the nominal amount and the interest in force. All remaining financial assets are measured at fair value. The standard eliminates the categories found currently in IAS 39 for “held-to-maturity”, “available-for-sale” and “accounts receivable and payable”.

For an investment in equity capital instruments not held for trading, the standard permits irrevocable selection, in initial recognition, on an individual basis for each share, fair value changes being made in OCI (other comprehensive income). No amount recognised in OCI will be reclassified to profit and loss at any future date. However, dividends arising from such investments are recognised in profit and loss and not in OCI, unless they clearly represent a partial recovery in investment cost.

Investment in equity capital instruments, for which the entity does not present changes in fair value in OCI, are measured at fair value with the changes recognised in profit and loss.

The standard demands that built-in derivatives in contracts the base contract of which is a financial asset, covered by the application scope of the standard, shall not be separated; on the contrary, the hybrid financial instrument is fully assessed to determine whether it is measured at amortised cost or at fair value.

IFRS 9 (2010) introduces a new requirement applicable to financial liabilities designated at fair value, by choice, and then demands that the component of change in fair value attributed to the credit risk of the entity be separated and shown in OCI, and not in profit and loss. With the exception of this change, IFRS 9 (2010), as a whole, transposes the guidelines and measurement provided in IAS 39 for financial liabilities, without any substantial changes.

IFRS 9 (2013) introduces new requirements for hedge accounting to align this more closely with risk management. The requirements also establish more attention to the principles of hedge accounting, resolving some weak points in the hedge model of IAS 39.

The date on which IFRS 9 will come into effect has not yet been established but it will be determined when the stages currently underway have been completed.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IAS 24 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - SERVIÇOS DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 - CONCEITO DE “IFRS EFECTIVAS”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 - EXCEPÇÕES AO ÂMBITO DE APLICAÇÃO PARA JOINT VENTURES

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 - ÂMBITO DO PARÁGRAFO 52 - EXCEPÇÃO DE PORTEFÓLIOS

O parágrafo 52 da IFRS 13 incluiu uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 - INTER-RELAÇÃO COM A IFRS 3 QUANDO CLASSIFICA PROPRIEDADES COMO PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO OU IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The Company began the process of assessing the potential effects of this standard but it is waiting for the outcome of the planned changes prior to completing its assessment. In view of the nature of the Company's business, it is likely that this standard will have a relevant impact on the Company's financial statements.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efectiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
ANNEX 1 - INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			
Código	Designação		
IDENTIFICATION OF SECURITIES			
Code	Name		
1 FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES / SUBSIDIARIES, ASSOCIATES, JOINT UNDERTAKINGS AND OTHER HOLDINGS			
1.1 Títulos Nacionais / National securities			
1.1.1 Partes de capital em filiais / Capital shares in subsidiaries			
722910037201	EMPRESA GESTORA DE IMÓVEIS DA RUA DO PRIOR, S.A.		
			sub-total (1.1.1)
1.1.4 Partes de capital em outras empresas participadas e participantes / Capital shares in other company holdings			
PTLUI0AM0003	LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		
922910000501	SPA - SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES, S.A.		
PTMGFOAM0006	MG - GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS - NOMINATIVAS		
925910032601	RESIDÊNCIAS MG - SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.		
722910042701	BOLSIMO - GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.		
722910042601	GERMONT - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.		
921910055401	MONTEPIO SEGUROS S.G.P.S., S.A.		
			sub-total (1.1.4)
1.1.8 Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes/ Debt securities in other holdings companies			
PTCMKXE0004	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 1.ª série	taxa variável	1,564% - 08/2018
PTCMKXE0001	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 2.ª série	taxa variável	1,442% - 08/2018
PTCMGUE0018	MONTEPIO OBRIGAÇÕES CX - JAN2013 - 03012015	taxa fixa	5,000% - 13/2015
PTCMHYOE0013	MONTEPIO OBRIGAÇÕES CX - MAR2013 - 15032015	taxa fixa	4,200% - 13/2015
PTLUIAOE0001	LUSITANIA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. 1.ª emissão	taxa variável	1,319% - 09/2014
PTBL2AJM0057	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS S.A. - Papel Comerc. 13E	taxa fixa	3,143% - 13/2014
			sub-total (1.1.8)
			total (1.1)
2 OUTROS / OTHER			
2.1 Títulos Nacionais / National securities			
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / Capital instruments and investment units			
2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento / Investment units in investment funds			
PTNOFAIM0008	FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		
			sub-total (2.1.1.3)
			sub-total (2.1.1)
2.1.2 Títulos de dívida / Debt securities			
2.1.2.1 De dívida pública / Public debt			
PTOTE1OE0019	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,375% - 03/2014
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - ABRIL	taxa fixa	3,850% - 05/2021
PTOTE3OE0017	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - OUTUBRO	taxa fixa	3,350% - 05/2015
PTOTE5OE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - ABRIL	taxa fixa	4,100% - 06/2037
PTOTEMOE0027	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,750% - 09/2019
PTOTENOE0018	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,450% - 08/2018
PTOTECOEO0029	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,800% - 10/2020
PTOTEQOE0015	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - FEVEREIRO	taxa fixa	5,650% - 13/2024
			sub-total (2.1.2.1)
2.1.2.3 De outros emissores / Other issuers			
PTBRIHOM0001	BRISA - AUTO ESTRADAS DE PORTUGAL	taxa fixa	4,500% - 06/2016
PTCG1LOM0007	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	taxa fixa	5,125% - 09/2014
PTBCLQOM0010	BCP, BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	taxa fixa	5,625% - 09/2014
PTBLMGOM0002	BES, BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	taxa fixa	5,625% - 09/2014
PTCPEHOM0006	REFER, REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	5,875% - 09/2019
PTCPEJOM0004	REFER - REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	4,675% - 09/2024
PTCFPAOM0002	CP - COMBÓIOS DE PORTUGAL	taxa fixa	4,170% - 09/2019
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	taxa fixa	4,250% - 10/2020
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	taxa fixa	3,875% - 06/2016
PTBENJOM0015	BES, BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	taxa fixa	4,750% - 13/2018
PTPTIHOT0014	PORTUCEL, S.A.	taxa fixa	5,375% - 13/2020
PTGALIOE0009	GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A.	taxa fixa	4,125% - 13/2019
			sub-total (2.1.2.3)
			sub-total (2.1.2)
			total (2.1)

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
84.000			40,40	3.393.801	40,40	3.393.801
84.000				3.393.801		3.393.801
132			6,49	857	6,49	857
16.959			7,69	130.456	7,69	130.456
15			0,00	0	0,00	0
100			1,00	100	1,00	100
4.966			100,00	496.602	100,00	496.602
50			100,04	5.002	100,04	5.002
2.900.001			1,00	2.900.001	1,00	2.900.001
2.922.223				3.533.017		3.533.017
	2.000.000	100,00%		2.000.000	83,45%	1.668.944
	1.250.000	100,00%		1.250.000	83,66%	1.045.729
	11.800.000	100,00%		11.800.000	105,84%	12.488.923
	15.000.000	100,00%		15.000.000	104,17%	15.626.250
	18.000.000	100,00%		18.000.000	79,52%	14.313.600
	3.000.000	100,00%		3.000.000	100,10%	3.003.143
	51.050.000			51.050.000		48.146.590
3.006.223	51.050.000			57.976.818		55.073.408
250.000			3,72	930.131	3,73	932.500
250.000				930.131		932.500
250.000				930.131		932.500
	10.000.000	101,46%		10.146.038	102,00%	10.200.201
	11.500.000	90,24%		10.377.611	84,01%	9.661.719
	2.000.000	100,16%		2.003.200	96,88%	1.937.570
	3.000.000	97,42%		2.922.594	75,15%	2.254.516
	8.700.000	83,66%		7.278.395	88,26%	7.678.565
	3.500.000	100,28%		3.509.732	95,16%	3.330.508
	14.960.000	91,86%		13.742.247	93,12%	13.930.229
	3.200.000	94,75%		3.031.958	99,08%	3.170.532
	56.860.000			53.011.775		52.163.839
	7.500.000	99,57%		7.467.900	97,14%	7.285.545
	7.500.000	100,80%		7.559.643	103,98%	7.798.157
	2.000.000	99,86%		1.997.255	102,27%	2.045.393
	6.000.000	102,90%		6.174.254	101,40%	6.084.229
	1.000.000	102,71%		1.027.100	101,48%	1.014.794
	8.000.000	100,13%		8.010.156	83,53%	6.682.484
	3.800.000	98,86%		3.756.600	79,70%	3.028.410
	5.500.000	99,06%		5.448.490	87,77%	4.827.331
	3.000.000	99,71%		2.991.167	92,52%	2.775.534
	3.600.000	97,93%		3.525.383	106,26%	3.825.281
	4.000.000	102,37%		4.094.639	106,87%	4.274.955
	7.000.000	100,24%		7.016.984	101,88%	7.131.379
	58.900.000			59.069.570		56.773.492
	115.760.000			112.081.345		108.937.331
250.000	115.760.000			113.011.476		109.869.831

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
ANNEX 1 - INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código Designação

IDENTIFICATION OF SECURITIES

Code Name

2.2 Estrangeiros / <i>Foreigners</i>			
2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / <i>Capital instruments and investment units</i>			
2.2.1.1 Acções / <i>Shares</i>			
XS0214398199	BARCLAYS BANK PLC	pref. s/voto	4,750% - 05/2020
XS0229864060	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	3,798% - 05/2015
XS0266971745	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	4,952% - 06/2016
ES0113307021	BANKIA S.A. (acções)		
			sub-total (2.2.1.1)
2.2.2 Títulos de dívida / <i>Debt securities</i>			
2.2.2.1 De dívida pública / <i>Public debt</i>			
DE0001135085	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	4,750% - 98/2028
FR0000189151	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	4,250% - 03/2019
FR0010163543	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	3,500% - 05/2015
NL0000102242	REINO DA HOLANDA	taxa fixa	3,250% - 05/2015
DE0001135283	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,250% - 05/2015
FR0010192997	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	3,750% - 05/2021
DE0001135267	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,750% - 04/2015
ES0000012932	BONOS ESPANHA	taxa fixa	4,200% - 05/2037
AT0000A011T9	REPÚBLICA DA ÁUSTRIA	taxa fixa	4,000% - 05/2016
IT0003644769	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	4,500% - 04/2020
DE0001135309	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	4,000% - 06/2016
ES0000012106	BONOS ESPANHA	taxa fixa	4,300% - 09/2019
AT0000A001X2	REPÚBLICA DA ÁUSTRIA	taxa fixa	3,500% - 05/2021
NL0000102275	REINO DA HOLANDA	taxa fixa	3,750% - 06/2023
DE0001135390	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,250% - 09/2020
DE0001135374	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,750% - 08/2019
			sub-total (2.2.2.1)
2.2.2.3 De outros emissores / <i>Other issuers</i>			
XS0093667334	BEI - BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS	taxa fixa	5,625% - 98/2028
XS0158363852	CDC IXIS	taxa fixa	5,375% - 02/2027
XS0100221349	COMMERZBANK	tx. var. ind. - curv. swap	5,250% - 99/2019
XS0097222466	ING - NEDERLAND BANK NV		5,250% - 99/2019
FR0000487258	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE	taxa fixa	5,500% - 01/2016
XS0173793216	POLO III - CP FINANCE	taxa fixa	4,700% - 03/2015
XS0173501379	BMW FINANCE NV	taxa fixa	5,000% - 03/2018
XS0184927761	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,750% - 04/2014
XS0186317417	BANK OF AMERICA CORPORATION	taxa fixa	4,625% - 04/2014
XS0187033864	BARCLAYS BANK	subordinadas	4,500% - 04/2019
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC	taxa fixa	5,000% - 03/2018
ES0413211055	BBVA - B.B.VIZCAYA Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,250% - 04/2014
XS0202386743	BNP PARIBAS 777	taxa fixa/frn	0,000% - 04/2014
DE000A0DLU51	EWE AG	taxa fixa	4,375% - 04/2014
XS0202475173	PARPÚBLICA	taxa fixa	4,191% - 04/2014
XS0210318795	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	taxa fixa	4,000% - 05/2015
XS0211637839	ALLIANZ FINANCE II B.V.	taxa variável	4,375% - 05/2017
XS0215828913	PT INTERNATIONAL FINANCE	taxa fixa	4,375% - 05/2017
ES0211845203	ABERTIS INFRA	taxa fixa	4,375% - 05/2020
XS0213026197	CITIGROUP, INC	taxa variável	4,250% - 05/2030
ES0413211071	BBVA - B.B.VIZCAYA Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,000% - 05/2025
XS0221854200	PT INTERNATIONAL FINANCE	taxa fixa	4,500% - 05/2025
XS0220989692	ABBEY NATL TREAS	taxa fixa	3,375% - 05/2015
XS0222383027	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC	taxa fixa	4,000% - 05/2025
XS0222053315	HSBC HLDGS PLC	taxa fixa	3,625% - 05/2020
XS0225115566	CAIXA D' ESTALVIS DE TERRASSA	tx. var. - div. perpétua	8,000% - 05/2010
XS0229567440	GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORP	taxa fixa	4,125% - 05/2035
XS0230315748	PARPÚBLICA	taxa fixa	3,567% - 05/2020
XS0235418828	NORTHERN ROCK PLC	taxa fixa	3,875% - 05/2020
XS0241369577	UNICREDITO ITALIANO	taxa fixa	3,950% - 06/2016
FR0010198036	CADES - CAISSE D'AMORT. DETTE SOC	taxa fixa	3,750% - 05/2020
DE0002760980	KFW - KREDITANSTALT FUER WIEDERAUFBAU	taxa fixa	3,500% - 06/2021

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	1.000.000	98,39%		983.850	89,02%	890.160
	750.000	100,00%		750.000	88,37%	662.802
	1.500.000	100,00%		1.500.000	91,05%	1.365.748
849.288			0,60	509.573	1,23	1.048.021
849.288	3.250.000			3.743.423		3.966.731
	4.000.000	100,54%		4.021.405	130,01%	5.200.499
	12.500.000	99,86%		12.482.750	117,84%	14.730.120
	1.000.000	100,37%		1.003.700	106,66%	1.066.623
	2.500.000	99,34%		2.483.600	106,10%	2.652.495
	2.000.000	99,81%		1.996.100	106,16%	2.123.255
	2.500.000	100,06%		2.501.500	115,57%	2.889.337
	1.000.000	99,39%		993.900	107,28%	1.072.789
	2.000.000	99,07%		1.981.400	94,22%	1.884.366
	5.000.000	99,41%		4.970.500	110,67%	5.533.380
	4.500.000	100,43%		4.519.500	109,44%	4.924.754
	2.500.000	99,09%		2.477.250	111,18%	2.779.440
	4.000.000	99,08%		3.963.120	107,13%	4.285.345
	3.250.000	95,87%		3.115.634	112,59%	3.659.046
	2.000.000	99,69%		1.993.800	117,07%	2.341.418
	3.000.000	101,10%		3.032.993	115,16%	3.454.932
	3.000.000	103,86%		3.115.776	117,41%	3.522.267
	54.750.000			54.652.929		62.120.064
	1.140.800	99,70%		1.137.378	135,68%	1.547.873
	2.000.000	98,96%		1.979.120	95,02%	1.900.465
	468.000	99,80%		467.064	113,54%	531.363
	250.000	100,00%		250.000	109,33%	273.317
	500.000	99,20%		496.005	113,69%	568.458
	2.400.000	98,97%		2.375.220	101,70%	2.440.797
	1.000.000	100,59%		1.005.862	117,28%	1.172.817
	3.000.000	101,13%		3.033.766	104,63%	3.139.008
	500.000	100,18%		500.900	104,48%	522.386
	4.500.000	100,76%		4.534.350	103,98%	4.678.933
	1.500.000	99,76%		1.496.400	117,70%	1.765.541
	3.700.000	99,30%		3.674.100	103,56%	3.831.824
	1.500.000	99,75%		1.496.250	98,56%	1.478.445
	2.500.000	99,40%		2.485.000	103,74%	2.593.573
	5.000.000	100,05%		5.002.600	99,22%	4.960.948
	3.000.000	99,24%		2.977.050	107,38%	3.221.273
	575.000	99,35%		571.263	107,94%	620.647
	2.500.000	99,80%		2.494.950	107,97%	2.699.278
	2.500.000	99,75%		2.493.750	111,80%	2.795.005
	5.000.000	96,58%		4.829.000	101,74%	5.087.097
	2.000.000	98,55%		1.971.000	109,21%	2.184.226
	2.000.000	99,74%		1.994.800	98,58%	1.971.542
	2.000.000	100,10%		2.002.000	105,89%	2.117.796
	7.000.000	99,09%		6.936.500	111,93%	7.834.880
	4.000.000	99,98%		3.999.100	104,24%	4.169.573
	1.000.000	99,50%		995.000	62,92%	629.153
	2.500.000	100,46%		2.511.500	101,80%	2.545.076
	3.400.000	99,45%		3.381.388	88,46%	3.007.570
	1.500.000	100,06%		1.500.900	112,00%	1.679.966
	1.000.000	97,50%		975.000	104,92%	1.049.167
	2.000.000	99,17%		1.983.400	113,15%	2.263.067
	1.500.000	96,10%		1.441.500	114,02%	1.710.240

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
ANNEX 1 - INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código Designação

IDENTIFICATION OF SECURITIES

Code Name

FR0010248641	CREDIT AGRICOLE S.A., FTF BONDS	tx. var. - div. perpétua	4,130% - 05/2015
XS0250729109	ABBEY NATL TREAS - Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,250% - 06/2021
XS0206920141	SANTANDER PERPETUAL	tx. var. - div. perpétua	4,375% - 04/2014
ES0213211099	BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	taxa variável	4,375% - 04/2019
XS0254035768	ABN AMRO BANK NV	taxa fixa	4,250% - 06/2016
XS0252366702	AIG - AMERICAN INTERNATIONAL GROUP	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0254720633	ROBERT BOSCH GMBH	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0207157743	AEGON NV	taxa fixa	4,125% - 04/2014
XS0256997007	EDP FINANCE BV	taxa fixa	4,625% - 06/2016
DE000A0JRF80	BASF AG	taxa fixa	4,500% - 06/2016
XS0259231974	BNG - BANK NEDERLANDSE GEMEENTEN	taxa fixa	4,125% - 06/2016
XS0256967869	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,375% - 06/2021
XS0267828308	MERRYLL LYNCH & CO	taxa fixa	4,625% - 06/2018
XS0270800815	MORGAN STANLEY	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0270347304	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,750% - 06/2021
XS0272770396	GE CAPITAL EURO FUNDING	taxa fixa	4,125% - 06/2016
XS0271858606	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC	taxa fixa	4,350% - 06/2017
XS0289334368	ABN AMRO BANK NV	taxa fixa	4,250% - 07/2017
DE000DB555U8	DEUTSCHE BANK AG	taxa fixa	5,125% - 07/2017
XS0320303943	BNP PARIBAS	taxa fixa	5,431% - 07/2017
XS0170343247	ENEL SPA	taxa fixa	4,750% - 03/2018
XS0303396062	ING Groep NV	taxa fixa	4,750% - 07/2017
XS0339454851	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,750% - 08/2018
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC	taxa fixa	6,000% - 08/2018
XS0369461644	SIEMENS FINANCIERINGSMAT	taxa fixa	5,625% - 08/2018
XS0400780887	ENI SPA	taxa fixa	5,875% - 08/2014
XS0413462721	EDP FINANCE BV	taxa fixa	5,500% - 09/2014
XS0422704238	LLOYDS TSB BANK PLC	taxa fixa	6,250% - 09/2014
XS0426090485	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,375% - 09/2016
XS0428147093	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV	taxa fixa	4,375% - 09/2018
XS0428962921	ICO - INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	taxa fixa	4,375% - 09/2019
XS0435879605	EDP FINANCE BV	taxa fixa	4,750% - 09/2016
XS0435070288	LLOYDS TSB BANK PLC	taxa fixa	6,375% - 09/2016
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A., FTF BONDS	taxa fixa	5,875% - 09/2019
XS0440279338	NATIONAL AUSTRALIA BANK	taxa fixa	4,750% - 09/2016
XS0321334442	CREDIT SUISSE LONDON	taxa fixa	5,125% - 07/2017
ES0414950693	CAJA MADRID	taxa fixa	5,000% - 07/2019
XS0490013801	COMMONWEALTH BANK AUSTRALIA	taxa fixa	4,375% - 10/2020
XS0162990229	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE	taxa fixa	5,625% - 03/2033
XS0479542580	GAS NATURAL CAP	taxa fixa	4,500% - 10/2020
XS0586598350	EDP FINANCE BV	taxa fixa	5,875% - 11/2016
XS0843939918	PT INTERNATIONAL FINANCE	taxa fixa	5,875% - 12/2018
XS0842659426	ENEL FINANCE INTEL NV	taxa fixa	4,875% - 12/2023
XS0465889912	FIAT FINANCE & TRADE	taxa fixa	6,875% - 09/2015
XS0875343757	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV	taxa fixa	3,875% - 13/2023
XS0835890350	PETROBRAS GLOBAL FINANCE NV	taxa fixa	4,250% - 12/2023
XS0982774399	REN FINANCE BV	taxa fixa	4,750% - 13/2020
XS0868458653	TELECOM ITALIA SPA	taxa fixa	4,000% - 12/2020
XS0970852348	ENI SPA	taxa fixa	3,750% - 13/2025

sub-total (2.2.2.3)

total (2.2)

3 TOTAL GERAL / GENERAL TOTAL

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	1.000.000	97,54%		975.400	100,65%	1.006.454
	4.000.000	99,70%		3.987.900	118,31%	4.732.493
	1.500.000	99,45%		1.491.750	85,45%	1.281.821
	1.000.000	101,10%		1.011.000	95,01%	950.060
	2.500.000	99,65%		2.491.250	110,32%	2.757.966
	2.500.000	100,15%		2.503.750	109,75%	2.743.715
	7.000.000	99,63%		6.974.000	111,17%	7.782.033
	1.000.000	99,17%		991.700	103,39%	1.033.879
	4.500.000	99,52%		4.478.500	107,76%	4.849.151
	6.000.000	100,28%		6.016.500	111,49%	6.689.449
	2.500.000	99,27%		2.481.750	110,67%	2.766.801
	2.500.000	99,39%		2.484.750	114,63%	2.865.779
	5.000.000	100,10%		5.005.000	109,55%	5.477.725
	2.500.000	99,20%		2.480.050	108,97%	2.724.198
	2.000.000	100,80%		2.016.000	107,39%	2.147.762
	3.500.000	98,58%		3.450.350	108,91%	3.811.731
	2.500.000	98,57%		2.464.250	108,48%	2.712.022
	2.500.000	99,15%		2.478.750	114,08%	2.852.034
	11.000.000	102,39%		11.263.000	115,80%	12.738.112
	9.000.000	101,71%		9.154.097	114,50%	10.304.832
	1.000.000	101,75%		1.017.500	112,87%	1.128.748
	3.000.000	99,31%		2.979.300	113,31%	3.399.448
	2.000.000	102,30%		2.046.000	117,28%	2.345.536
	9.500.000	100,11%		9.510.700	118,24%	11.233.172
	5.000.000	102,70%		5.135.000	120,88%	6.044.071
	3.000.000	105,30%		3.159.000	105,75%	3.172.562
	500.000	99,70%		498.493	105,12%	525.583
	1.000.000	103,87%		1.038.700	106,02%	1.060.241
	1.500.000	100,46%		1.506.900	110,69%	1.660.286
	7.950.000	101,31%		8.053.983	115,46%	9.178.818
	750.000	99,76%		748.215	108,64%	814.777
	1.000.000	99,92%		999.156	106,70%	1.067.033
	2.900.000	107,10%		3.105.780	116,11%	3.367.299
	3.000.000	105,51%		3.165.314	118,27%	3.548.114
	3.400.000	103,23%		3.509.667	111,74%	3.799.239
	2.400.000	105,04%		2.521.041	114,91%	2.757.847
	2.000.000	103,88%		2.077.500	109,81%	2.196.259
	1.000.000	102,50%		1.025.000	116,52%	1.165.208
	1.900.000	106,49%		2.023.360	130,15%	2.472.938
	2.100.000	93,81%		1.970.065	114,53%	2.405.217
	2.100.000	98,54%		2.069.327	112,45%	2.361.512
	2.500.000	106,12%		2.652.914	113,40%	2.835.043
	550.000	106,67%		586.671	113,53%	624.431
	550.000	105,96%		582.753	110,75%	609.143
	2.500.000	100,62%		2.515.392	108,12%	2.703.088
	7.500.000	100,47%		7.535.498	101,37%	7.603.121
	7.500.000	103,34%		7.750.588	104,58%	7.843.502
	1.000.000	98,67%		986.654	103,35%	1.033.496
	2.000.000	104,14%		2.082.725	104,06%	2.081.163
	228.533.800			230.045.058		250.256.217
849.288	286.533.800			288.441.410		316.343.012
4.105.511	453.343.800			459.429.704		481.286.251

ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (Correcções)
ANNEX 2 - PROVISION FOR CLAIMS, FROM CLAIMS FILED IN PREVIOUS FINANCIAL YEARS AND THEIR READJUSTMENTS (Corrections)

(Euro)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com Sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
SECTORS/GROUPS OF SECTORS	Claims provisions on 31/12/2012 (1)	Claims costs* Amounts paid in year (2)	Claims provision* on 31/12/2013 (3)	Readjustments (3)+(2)-(1)
VIDA / LIFE	16.779.127	4.546.141	12.275.532	42.546
NÃO VIDA / NON-LIFE	0	0	0	0
TOTAL / TOTAL	16.779.127	4.546.141	12.275.532	42.546

(*) Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores / Claims made in 2012 and before

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REPORT AND OPINION OF THE SUPERVISORY BOARD

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

**RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. vem apresentar o Relatório da acção por si desenvolvida no exercício de dois mil e treze e emitir Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a situação da Companhia e, em especial as medidas tomadas pela Administração face às dificuldades decorrentes da quebra no mercado segurador, bem como as limitações de ordem financeira que continuaram a fazer sentir-se.

Apesar da situação da crise vivida, a Companhia expressa uma situação financeira estável, congratulando-se o Conselho pelos resultados obtidos, pela confortável margem de solvência de 301,7%, pelo crescimento do volume de prémios e pela distinção conferida pela Revista Exame.

O Conselho Fiscal realça a relevância da reorganização do sector segurador do Grupo Montepio, passando a Companhia Lusitania Vida a ser detida em 99,79% pela Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.

Da Administração e dos Serviços foram sempre recebidas as informações solicitadas o que facilitou o cumprimento das obrigações deste Conselho.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, SROC, S.A., a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais, bem como a Certificação Legal de Contas, que foi formulada sem reservas e merece a concordância do Conselho Fiscal.

O Relatório do Conselho de Administração foi objecto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correcta a acção desenvolvida pela Gestão e a evolução da Companhia e está em conformidade com as contas do exercício.

No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Assim sendo, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício de 2013, que contempla um dividendo de 5,00 euros por acção e o reforço da Reserva Livre de 1.194.542,05 euros.
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu desempenho e competência.

Lisboa, 19 de Março de 2014

O CONSELHO FISCAL

Manuel da Costa Braz
PRESIDENTE

António Francisco Espinho Romão
VOGAL

Armindo Marques Matias
VOGAL SUPLENTE

**REPORT AND OPINION
OF THE SUPERVISORY
BOARD**

The Supervisory Board of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. hereby submits its audit report on the financial year of two thousand and thirteen and its opinion on the Board of Directors' Report and Financial Statements for the same year.

The Supervisory Board observed the state of the Company and, in particular, measures adopted by Administration in view of difficulties caused both by decline in the insurance market and financial restrictions that continue to have an effect.

Despite the crisis, the Company is financially stable, and the Board is satisfied with results, the comfortable solvency margin of 301.7%, growth in the volume of premiums and with the distinction awarded us by the trade magazine Exame.

The Supervisory Board emphasises the relevance of the reorganisation of the insurance sector of the Montepio Group, with Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. now holding 99.79% of Companhia Lusitania Vida.

Administration and Services provided information requested at all times, which helped this Supervisory Board meet its obligations.

The Supervisory Board also duly received notification from KPMG & Associados, SROC, S.A. confirming its independence and declaring that no additional services had been provided, as well as the Legal Ratification of Accounts, which was prepared with no reservations and that merits the approval of the Supervisory Board.

The Board of Directors' Report was examined and the Supervisory Board concluded that its content correctly reflects the work done by Management and the Company's development, and is in conformity with the accounts for the year.

In the course of its work, the Supervisory Board learnt of no situation or procedure that was not in compliance with applicable legal and statutory provisions in force.

This being the case, bearing in mind all information received from the Board of Directors and the Company's Services, and the opinion given in the Legal Ratification of Accounts, the Supervisory Board is of the following opinion:

1. That the Management Report and Financial Statements for the 2013 financial year be approved;
2. That the Proposed Distribution of Profits for the 2013 financial year be approved, that suggests a dividend of 5.00 euros per share and an increase in Free Reserve of 1,194,542.05 euros.
3. That the members of the Board of Directors should be congratulated for their dedication and competence.

Lisbon, 19 March 2014

THE SUPERVISORY BOARD

Manuel da Costa Braz

CHAIRMAN

Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

MEMBER

António Francisco Espinho Romão

MEMBER

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS****Introdução**

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 539.693.099 Euros e um total de capital próprio de 53.860.301 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.771.713 Euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as

LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

Introduction

1. We have examined the financial statements of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (the “Company”), consisting of the Balance Sheet as at 31 December 2013 (which shows a total balance of 539,693,099 euros and a total equity capital of 53,860,301 euros, including a net profit of 5,771,713 euros), and the statements of account, comprehensive income, cash flows and changes to equity for the financial year ending on that date, and the corresponding attached documents.

Responsibilities

2. It is the Board of Directors’ responsibility to prepare financial statements in accordance with accounting principles generally accepted in Portugal for the insurance sector, as laid down in Regulation Norm n° 4/2007, of 27 April, with subsequent amendments introduced by Regulation Norm n° 20/2007 - R, of 31 December and by Regulation Norm n° 22/2010 - R, of 16 December, issued by the Instituto de Seguros de Portugal, that are a true and appropriate demonstration of the Company’s financial position, the result of its operations, its comprehensive income, cash flows and changes to its equity capital, as well as to adopt adequate accounting criteria and policies and maintain an appropriate internal control system.

3. Our responsibility is to express an independent, professional opinion based on our audit of these financial statements.

Scope

4. The audit was done as laid down in the Technical Standards and Practices for Revision/Auditing of the Order of Official Registered Auditors, which stipulate that the audit be planned and executed with a view to obtaining an acceptable level of certainty as to whether the financial statements contain any materially relevant distortions or not. To this end the audit included:

- examining, on a test sample basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing estimates based on the judgement and criteria defined by the Board of Directors and used in preparing the same;
- assessing the adequacy of the accounting policies adopted and their disclosure, bearing in mind the circumstances;
- verifying whether the going concern principle is applicable; and
- assessing the overall adequacy of the presentation of the financial statements.

5. Our audit also verified that the financial information in the management report agrees with the financial statements.

6. We consider that the audit provides a good basis for us to express an opinion on these financial statements.

Opinion

7. In our opinion these financial statements present a true and appropriate view, in all relevant material aspects, of the financial position of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., as at 31 December 2013, the result of its operations, its compre-

alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador, estabelecidos na Norma n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2014

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A. (N.º 189)
Representada por: ANA CRISTINA VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

hensive income, cash flows and changes to equity capital in the year then ending, in accordance with accounting principles generally accepted in Portugal for the insurance sector, as laid down in Regulation Norm n° 4/2007, of 27 April, with subsequent amendments introduced by Regulation Norm n° 20/2007 - R, of 31 December and by Regulation Norm n° 22/2010 - R, of 16 December, issued by the Instituto de Seguros de Portugal.

Other legal requirements

8. *We are also of the opinion that the financial information in the Management Report is in agreement with the financial statements for the year.*

Lisbon, 11 March 2014

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (N.º 189)
Represented by: ANA CRISTINA VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

Fotografia
Photography

António Lanceiro

Tradução para língua inglesa
Translation to English

Sheilah S. Cardno

Coordenação e Produção Gráfica
Graphic Coordination and Production

Pepe, Imagem e Comunicação, Lda.

Impressão
Print

Guide, Artes Gráficas, Lda.

Junho 2014

Agradecimentos

Acknowledgements

A Lusitania Vida agradece
à Directora do Museu dos Coches,
Dra. Silvana Bessone, a cedência
da imagem da capa.

*Lusitania Vida would like to thank
the Director of the "Museu dos Coches",
Dra. Silvana Bessone, for allowing us
to use the painting shown on the cover
of this report.*

Pormenor do coche dos Oceanos que integrou a Embaixada de D. João V ao Papa Clemente XI - Roma 8 de Julho de 1716

A deslumbrante embaixada de D. João V ao Papa Clemente XI constituiu uma das mais importantes afirmações públicas de Portugal no plano internacional no Séc. XVIII.

O pormenor que ilustra a capa, representa o alçado traseiro do terceiro carro triunfal, o coche dos Oceanos. No primeiro carro triunfal alusivo à navegação e conquistas dos Portugueses, seguiu o Embaixador D. Rodrigo de Sá Almeida e Menezes, 3º Marquês de Fontes, o segundo era dedicado a Lisboa capital do Império, figura que aparece coroada pela fama e pela abundância.

O Coche dos Oceanos, o de maior valor simbólico, evoca o encontro dos oceanos Atlântico e Índico, que as navegações portuguesas proporcionaram, encontro traduzido num aperto de mão entre duas figuras masculinas de tamanho natural, figuras tuteladas por Apolo, representado com a lira, apontando ao céu e emergindo do globo terrestre.

Diversos querubins enquadram duas figuras femininas, representando a Primavera e o Verão, a primeira adornada com uma coroa de flores e a cornucópia da abundância e o Verão com um feixe de espigas e uma coroa vegetal.

As figuras que simbolizam o Outono e o Inverno, não visíveis na imagem, ornamentam a parte frontal deste coche e estão decoradas, o Inverno com um braseiro e uma capa e o Outono coroada e com frutos no regaço, ambas também rodeadas por querubins.

Este magnífico conjunto escultórico é considerado um dos mais representativos, senão o mais representativo do Barroco Europeu, aplicado a carruagens de gala.

Quinto coche da ordem de entrada na Corte Pontifícia, dos quinze que integraram o cortejo, o Coche dos Oceanos deslumbrou a cidade eterna “*continuava nella terza ricca carroza, che seguiva facendo un sol corpo colle due antecedenti, la medesima allusione a i gloriosi titoli del Rè di Portogallo, como Signore del Commércio, e perche poteasi solo interamente conseguire colla ritrovata da Portughesi comunicazione de’ due mari*” (descrição de Luca António Chracas. Roma MDCC XVI).

A imagem que reproduzimos, por deferência do Museu Nacional dos Coches, assinala uma página importante da história diplomática da Nação Portuguesa.

Detail of the Oceans Coach that was part of the Embassy sent to Pope Clement XI by King D. Joao V - Rome 8 July 1716

The dazzling embassy of D. Joao V to Pope Clement XI was one of the most public affirmations of Portugal on the world stage in the eighteenth century.

The detail illustrating the cover shows the rear elevation of the third triumphal coach, the Oceans coach. The first triumphal coach, alluding to Portuguese navigation and conquests, carried the Ambassador D. Rodrigo de Sá Almeida e Menezes, 3rd. Marquis de Fontes, the second was dedicated to Lisbon as capital of the Empire, depicted as a figure crowned by fame and abundance.

The Oceans Coach, the one with the greatest symbolic value, depicts the meeting of the Atlantic and Indian Oceans, made possible by Portuguese navigation, a meeting reflected in a handshake between two life-size male figures, guided by Apollo, shown holding a lyre, pointing to the heavens and emerging from the terrestrial globe. Several cherubim frame two female figures, representing Spring and Summer, the first adorned with a crown of flowers and the cornucopia of abundance, and Summer holding a sheaf of corn and wearing a crown of leaves.

The figures symbolising Autumn and Winter, not visible in the image, decorate the front part of this coach, Winter bearing a brazier and wearing a cape, and Autumn crowned and with a lapful of fruit, both also surrounded by cherubim.

This magnificent sculptured group is considered one of the finest representations, if not the finest, of European Baroque applied to gala coaches.

The fifth coach to enter the Pontifical Court, of the fifteen making up the procession, the Oceans Coach dazzled the eternal city “continuava nella terza ricca carroza, che seguiva facendo un sol corpo colle due antecedenti, la medesima allusione a i gloriosi titoli del Rè di Portogallo, como Signore del Commércio, e perche poteasi solo interamente conseguire colla ritrovata da Portughesi comunicazione de’ due mari” (description by Luca António Chracas. Rome 1716).

The image shown here, thanks to the National Coach Museum, marks an important page in the diplomatic history of the Portuguese Nation.